

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

VINICIUS PRADO JANUZZI

O céu e a terra

O Setor Noroeste e seus primeiros moradores

Brasília

Distrito Federal e Entorno

2016

VINICIUS PRADO JANUZZI

O céu e a terra

O Setor Noroeste e seus primeiros moradores

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientadora: Cristina Patriota de Moura

Brasília

Distrito Federal e Entorno

2016

VINICIUS PRADO JANUZZI

O céu e a terra

O Setor Noroeste e seus primeiros moradores

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientadora: Cristina Patriota de Moura

Avaliado em: __/__/2016

Aprovado em: __/__/2016

BANCA EXAMINADORA

Cristina Patriota de Moura (DAN/UnB – Presidenta da Banca)

Heitor Frúgoli Jr. (DA/FFLCH/USP)

Antonádia Monteiro Borges (DAN/UnB)

Guilherme José da Silva e Sá (DAN/UnB – Suplente)

*Aos que construíram e constroem
anonimamente esta cidade*

AGRADECIMENTOS

Aos moradores e às moradoras do Noroeste, meu agradecimento por me deixarem entrar em suas casas e frequentar um pouco de suas vidas. Embora isso soe redundante, sem isso essa pesquisa não seria possível.

À minha mãe, Lucilene, muito obrigado pelo exemplo de garra e de sensibilidade inigualáveis. Quem vê a mãe chorando, mal sabe o que se esconde atrás das lágrimas que escorrem desses teus olhos castanhos.

Ao meu pai, José Roberto, agradeço pela serenidade e por me ensinar que canja e prudência mal fazem a ninguém. Não menos decisiva é sua participação em me tornar torcedor do Corinthians com *Th*, time que nos une apesar dos quilômetros e das saudades enormes que nos acompanham.

À Jaqueline, minha irmã, obrigado por me ajudar a me tornar quem hoje sou. Sem seu espírito crítico e ácido e sua força eu seria alguém menos feliz nesta vida, alguém menos comprometido, alguém menos sensível. Mana, love you big.

À Natalie, agradeço pelo inesperado e pelo inimaginável. Com você sou outro, com você sou alguém mais feliz. Ao seu encanto, a sua perspicácia e a sua graça, meu abraço apertado e um beijo na testa. Ao seu olhar sempre atento, responsável pela edição e revisão desse amontoado, uma piscadela. Amo você grandão.

A você Bruna, agradeço por sempre estar presente, mudem as circunstâncias para pior ou para melhor Por trás de seus olhos verdes e singelos, há uma mulher decidida, forte e intensa, pronta para o que der e vier. Vai Curintia!

À Ananda, por mais que seja difícil escolher as palavras precisas para descrever os teus ensinamentos, aqui arrisco. Por me mostrar que sempre é possível - e desejável - ir além e de que transcender é o melhor caminho, meus sinceros sorrisos. Agradeço ainda por mostrar para todos que a rodeiam que não somos eternos e únicos nessas nossas trajetórias. Estamos porque já estivemos, estaremos porque somos, seremos porque fomos.

A Pedro Abelin, um abraço fraterno de quem descobriu um irmão em novas paragens. Aos seus conselhos e a sua dedicação incansável com seus amigos e mesmo com aqueles que não são próximos, muito obrigado.

A Caio Matos, meu abraço por mostrar as virtudes da humildade, da prática e da amizade construída no mais calmo dos mares. Entre Taguatinga e Borborema, há mais semelhanças do que supõem os leigos.

A Leandro, Caio Jardim, Daniel e Antônio Manoel, digo que Brasília seria bem menos prazerosa sem a companhia e a amizade de vocês. Pelas noites mal dormidas, pelos choros compartilhados, pelas alegrias inesperadas e pelas esperanças que juntos construímos, sou eterno e ternamente agradecido.

Ao companheiro de cinemas, de discussões e de ótimas gargalhadas, Lucas Ferreira Gesser, gratidão eterna daqui da 405 Bloco O, com todos seus mistérios e maravilhas.

A Joelmar, tão espirituoso e capaz, ávido por novos saberes e novas alianças nessa vida, agradeço pelos segundos preciosos que me concedeu e pela esperança que me transmitiu. A você desejo os melhores dos mundos.

À Família do Eduvan, agradeço pelo acolhimento e pelas tardes e noites conjuntas. Ao Eduardo e à Angela, a Matheus, Guilherme, Ygor e João Lucas, minhas mais efusivas comemorações.

À Cristina Patriota de Moura, minha orientadora nesses dois últimos anos, emociono-me por cada conversa e palavra trocadas. Pelos conselhos profissionais sempre sagazes, pelos sorrisos espontâneos e, sobretudo, pela pessoa tão espirituosa e afetuosa que é, meu mais profundo agradecimento.

Meu muito obrigado também à Antonádia Borges, que me acompanhou em Teoria Antropológica 1 enquanto tutora e cujas reflexões me levaram a acreditar ainda mais na experiência docente como transformadora. Ouvi-la e vê-la em ação é ver um exemplo concreto de sabedoria e perspicácia, acompanhadas de destreza e paixão pelo que faz.

Gustavo, Matheus, Marcela, Ranna, Marcela, Bianca, Rodrigo, Maria José, Fabiana, Nicolas, Carol e Felipe, obrigado pela companhia e amizade. Fica meu desejo que levem

suas coragens e inteligências mundo afora, melhorando-o como a mim fizeram. Sejam os anjos tortos, sejam os gauches nessa vida.

Ao CNPq, agradeço pela concessão da bolsa de estudos, indispensável ao prosseguimento de meus estudos no mestrado, e por fazer do meu início de mês um período mais feliz.

Aos professores e às professoras do DAN, agradeço pelo ambiente reflexivo de altíssimo nível proporcionado em salas de aula e nos corredores. Andréa Lobo, Carla Teixeira, Carlos Sautchuck, Guilherme de Sá, José Pimenta, Soraya Fleischer e Wilson Trajano foram imprescindivelmente decisivos nessa caminhada.

Aos funcionários da pós e da graduação, Jorge, Rosa, Thaís, Idamar, Branca, meu profundo obrigado. Foram ótimas as manhãs em que os encontrei na Secretaria e lá estavam para resolver todo e qualquer pepino com a maior das disposições e a mais tranquilizadora das vozes.

À UnB, na qual estou desde 2010, só posso dizer que o ICC, o ICS, o IPOL, o RU, a FA fizeram meus dias diferentes, melhores e inquietantes.

À Brasília, por fim, que possibilitou o encontro com tantas e maravilhosas pessoas, com tantas surpreendentes e motivadoras histórias, meu último agradecimento. Cheguei nessas bandas há cinco anos, em março. Não era um dia seco, mas não chovia. Fazia um tempo agradável, o céu estava limpo e enorme. No ônibus a caminho de uma nova casa, me encantei de cara, talvez ingenuamente, talvez não. Que esse céu possa um dia ser contemplado ardorosamente por todas e todos, nos dias de seca e de chuva, nesses dias tão seus e só seus, Brasília.

Brasília é um céu aberto. Quem quiser ir, quem tiver passando dificuldade. [...] Vocês vão embora para Brasília que vocês vão melhorar a vida. [...] Tá precisando de gente para construir Brasília.

(Pioneiro anônimo, em *Conterrâneos Velhos de Guerra*)

RESUMO

O Setor Noroeste é um dos mais novos espaços habitados de Brasília. Com um projeto ancorado nos fundamentos urbanísticos do Plano Piloto, o bairro se apresenta como uma ecovila e como ponto de encruzilhada na trajetória da capital federal. Em meio a conflitos com povos indígenas, ambientalistas, acadêmicos, servidores públicos e empreendedores imobiliários, o bairro foi se tornando “legítimo”.

Tomando como base os discursos dos moradores e das moradoras que compraram um imóvel na região, o objetivo da dissertação é compreender os processos de legitimação que atravessam o Setor Noroeste e que, em alguma medida, atravessam Brasília e o Distrito Federal. Encarado como ambiente de intervenção, o espaço urbano é composto e recomposto pela articulação de agentes, valores e seus recursos. Nessas composições urbanas, despontam projetos pessoais e familiares e processos de reclassificação do espaço.

Palavras-chave: Antropologia Urbana, Brasília, Composições multiescalares, Ambientes de intervenção, Reclassificação do espaço

ABSTRACT

The Northwest Sector (Setor Noroeste) is one of the new living spaces of Brasília. Anchored in the urban foundations of the Pilot Plan (Plano Piloto), the neighborhood is presented as an ecovillage and as a crossroads point in the history of federal capital. In the midst of conflicts with indigenous peoples, environmentalists, academics, civil servants and real estate developers, the neighborhood became "legitimate".

Taking into account the discourses of the residents who bought a property in the region, the aim of this work is to understand the processes of legitimation which cross the Northwest Sector and, to some extent, cross Brasília and the Federal District (Distrito Federal). Here, the urban space is regarded as a field of intervention and as composed and recomposed by the articulation of agents, values, and resources. In these urban compositions emerge personal and family projects and reclassification processes of the space.

Keywords: Urban Anthropology, Brasilia, Assemblages, Fields of intervention, Reclassification of space

RESUMÉ

Le Secteur Nord-Ouest (Setor Noroeste) est l'un des nouveaux espaces de vie à Brasília. Avec un projet ancré dans les fondations urbaines du Plan Pilote (Plano Piloto), le quartier est présenté comme un écovillage et comme un point carrefour dans l'histoire de la capitale fédérale. Au milieu des conflits avec les peuples autochtones, les environnementalistes, les universitaires, les fonctionnaires et les promoteurs immobiliers, le quartier est devenu de plus en plus «légitime».

Basé sur les discours des résidents qui ont acheté une propriété dans la région, le but de ce travail est de comprendre les processus de légitimation qui traversent le secteur Nord-Ouest et, dans une certaine mesure, traversent Brasília et le District Fédéral (Distrito Federal). Considéré comme milieu d'intervention, l'espace urbain est composé et recomposé par l'articulation des agents, des valeurs et des ressources. Dans ces compositions urbaines, émergent des projets personnels et familiaux et des processus de reclassification de l'espace.

Mots-clés: Anthropologie Urbaine, Brasília, Assemblages, Millieu d'intervention, Reclassification de l'espace

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – Setor Noroeste feito por João Pereira. O retângulo central é o bairro. Os números 1 e 2 situados sem seus extremos simbolizam as duas etapas de construção. Acima, onde se vê o 3 rabiscado à esquerda, está localizado o Parque Burle Marx. Abaixo e por toda a imagem está uma área destinada ao lazer do bairro. O Santuário dos Pajés foi desenhado por Pereira com rabiscos, logo abaixo do número 7.	28
Imagem 2 – O Setor Noroeste, mais novo bairro do Plano Piloto (2015). O Parque Burle Marx, o Parque Nacional e a via EPIA compõem suas adjacências. O Santuário dos Pajés é a Terra Indígena que é envolvida pelo bairro.....	31
Imagem 3 - Algumas das áreas propostas por Lúcio Costa (1987). A imagem é utilizada (como indica a customização no canto inferior direito) por diversos blogs de apoiadores/as da construção do bairro.....	88
Imagem 4 – O Setor Noroeste visto de cima (2002). A ferramenta Google Earth ainda não fotografava assiduamente a região nem mesmo se preocupava muito com a qualidade das imagens, como se vê pelo borrão à esquerda	90
Imagem 5 – O Setor Noroeste visto de cima (2010). Traçados de muitos dos blocos e das vias principais se avolumam	91
Imagem 6 – O Setor Noroeste visto de cima (2011). Blocos já em pé, com Santuário dos Pajés cercado	94
Imagem 7 – Setor Noroeste visto de cima (2012)	96
Imagem 8 - Setor Noroeste em expansão, visto de cima (2016).....	97
Imagem 9 – Famílias, sombras e água fresca	112
Imagem 10 – Brincadeiras e diversão.....	112
Imagem 11 – Ordem no trânsito, ordem na vida.....	113
Imagem 12 – Muitos carros, tráfego organizado	113
Imagem 13 – Proximidade destacada. A imagem, carregada de verde, é mais do que um item de propaganda, é um item artístico, como se vê pela assinatura ao lado.....	115

Imagem 14 – O Setor Noroeste está perto de tudo e, ao mesmo tempo, longe do que pode incomodar.....	116
Imagem 15 – Variação da imagem 3. Os jogos de palavra beiram o infinito	118
Foto 25 – O bairro tem pegada ecológica, como dizem alguns de seus moradores	92
Foto 26 – A felicidade ainda em construção, embora destinada para ser eterna	119
Imagem 16 – O que o Noroeste tem de melhor a oferecer...em apartamentos menores	121
Imagem 17 – Seja o seu próprio vizinho de cima	121
Imagem 18 – O Sol ilumina os caminhos do Setor Noroeste?.....	124
Imagem 19 – O Setor Noroeste, menos o Santuários dos Pajés. Compare essa foto com a primeira imagem de Satélite (Imagem 2).....	137
Imagem 20- O Setor Noroeste, menos o Santuários dos Pajés – conforme anúncio de construtora.....	138
Imagem 21 – Nuvem de palavras do PDOT(2016)	151
Imagem 22 – Um DF territorialmente racializado (2016).....	153
Imagem 23 – Sinal Verde para o Noroeste	154
Imagem 24- Um horizonte de conforto	175
Imagem 25 – Anúncio da construtora Villela e Carvalho. O que é ou não mensurável?	176
Imagem 26 – O céu em Águas Claras. Você nas alturas.....	179
Foto 1- Trabalhadores chegam ao Setor Noroeste. São cinco da manhã e o sol ainda não saiu no tempo da seca	50
Foto 2 – Trabalhadoras também começam a chegar por volta das cinco horas. A divisão de gênero no trabalho é marcante	51
Foto 3- Trabalhadoras passam a chegar com mais intensidade a partir das seis da manhã. São diaristas, babás, cuidadoras e empregadas domésticas que começam o quanto antes suas jornadas de trabalho	52

Foto 4 – O Distrito Federal já está iluminado pelo sol. São sete da manhã. O Setor Noroeste emana calor	54
Foto 5 – A W7 Norte logo pela manhã. Idas e vindas e barulhos se juntam à poeira nos tempos de seca.....	55
Foto 6 – Moradores e operários dividem as ruas do bairro. A história se repete, primeiro como tragédia... ..	57
Foto 7 – ...depois como farsa. De um lado, SUVs e carros potentes; bem próximos, operários e suas mochilas	58
Foto 8 – As obras começam. A partir de agora horas são horas de trabalho.....	59
Foto 9 – Movimentação cotidiana na Padaria do Noroeste	60
Foto 10 – Alguns cachorros do bairro e suas condutoras em caminhada matinal. O percurso não é de sossego.....	62
Foto 11 – Quem manda em quem?.....	63
Foto 12 -Babás e crianças são protagonistas na manhã do bairro. Seus patrões, seus pais e suas mães estão, em geral, em trabalho fora do Noroeste	64
Foto 13 – Umas pedalam, outras carregam	65
Foto 14– Uns trabalham, outros correm. O barulho ou, melhor, os barulhos não cessam	66
Foto 15 – O dia passa e a rotina de labuta segue em frente... ..	67
Foto 16 – Com todas as faixas salariais movimentado suas ferramentas em torno de seus objetivos	68
Foto 17 –Ultraleves começam, a partir das dez da manhã, a povoar o céu do Setor Noroeste	70
Foto 18 – Operários em pausa para o almoço. Tão mais rápida é a refeição, tão menor é o tempo de espera para o dominó, o baralho ou a conversa jogada fora	71

Foto 19 – Garis se refrescam o quanto podem. A seca não alivia para ninguém, em especial para os que não têm um teto no Setor Noroeste.....	72
Foto 20 – É horário de almoço na W7 Norte. Após um pequeno aumento do movimento, antes do tilintar de facas e garfos, a via fica em silêncio	73
Foto 21 – Domingo é dia de descanso para os moradores e as moradores do Noroeste..	79
Foto 22 – Embora seja um dia diferente para o bairro, a seca não escolhe dia para arrefecer	80
Foto 23 – Não há, no geral, obras aos domingos. Não há operários, diaristas e movimentos incessantes.....	83
Foto 24 – Luzes acesas, prontas para serem apagadas. Uma nova semana está próxima de se iniciar	84
Foto 27 – As empresas construtoras e suas trilhas no Setor Noroeste.....	127
Foto 27 – No meio do Santuário, havia um Noroeste.....	139
Foto 28 – Acima do Setor Noroeste o céu.....	143
Foto 29 – Um bairro com o que há de melhor	165

LISTA DE ABREVIATURAS

ADEMI	Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal
Amonor	Associações de Moradores do Noroeste
ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil
APUB	Associação dos Pilotos de Ultraleve de Brasília
CEB	Companhia Energética de Brasília
CIAM	Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna
DF	Distrito Federal
EIA/RIMA	Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental
EPIA	Estrada Parque Indústria e Abastecimento
EPNB	Estrada Parque Núcleo Bandeirante
EPTG	Estrada Parque Taguatinga
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GDF	Governo do Distrito Federal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
MPDFT	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PDOT	Plano Diretor de Ordenamento Territorial
PR	Partido da República
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores

RS	Rio Grande do Sul
SEGETH	Secretaria de Gestão do Território e Habitação
SHCNW	Setor de Habitações Coletivas Noroeste
SIA	Setor de Indústria e Abastecimento
SICOVI	Sindicato da Habitação do Distrito Federal
Sinduscon	Sindicato das Construtoras
SQN	Superquadra Norte
SQNW	Superquadra Noroeste
SUGAP	Superintendência de Gestão de Áreas Protegidas
TCDF	Tribunal de Contas do Distrito Federal
Terracap	Companhia Imobiliária de Brasília
TJ	Tribunal de Justiça
TJDFT	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

PRÓLOGO.....	19
INTRODUÇÃO	30
CAPÍTULO 1 Algumas reminiscências e reflexões metodológicas	35
PARTE I Setor Noroeste, bairro e projeto de vida.....	47
CAPÍTULO 2 Sons entre a poeira, o barulho, o silêncio e a noite.....	48
2.1 Tempos de seca - Segunda-feira.....	48
2.2 Tempos de seca – Domingo.....	76
CAPÍTULO 3 Um bairro em planejamento.....	85
CAPÍTULO 4 A mudança para o Setor Noroeste.....	99
PARTE II Um bairro de recursos	108
CAPÍTULO 5 Um sonho que se compra.....	109
CAPÍTULO 6 Um bairro em desenvolvimento.....	125
CAPÍTULO 7 Objetivo: um céu em particular	141

PARTE III A luta pelo céu	148
CAPÍTULO 8 Mobilizações em torno do/contra o Setor Noroeste.....	149
CAPÍTULO 9 Um céu distinto.....	163
CONCLUSÃO Mediações, intervenções e legitimações.....	183
REFERÊNCIAS	191
DADOS ESTATÍSTICOS, MATERIAIS GOVERNAMENTAIS E LEGISLAÇÃO.....	191
FILMES	191
MATERIAL BIBLIOGRÁFICO	192
REPORTAGENS	196
ANEXOS	198
Anexo 1 - Brasília Revisitada - 1985/87	198
Anexo 2 - Carta de João Pereira à Diretoria da Amonor	212

PRÓLOGO

Diário de Campo¹ - 13 de Maio de 2015, Quarta-feira

Índio bom é índio morto?

Estive hoje à tarde no Setor Noroeste, retomando o trabalho de campo após um período de dedicação quase que exclusiva ao Mestrado.

Meu propósito: conversar com o ex-presidente da Associação de Moradores do Noroeste (Amonor²) e atual síndico do Bloco B da SQNW 311. Ocorre que até dois dias antes não sabia desta informação. Havia visto no site da Associação que o *Presidente*, como era chamado, não mais se encontrava no cargo.

Entrei em contato com ele via e-mail na segunda-feira, quando me avisou que não era mais presidente da Associação e que muita coisa havia mudado desde então, quando nos encontramos da última vez. Persisti com ele e disse que, mesmo assim, considerava uma conversa com ele muito proveitosa, porque queria entender como era a vida dos moradores no bairro e não só este ou aquele aspecto político.

João Pereira³ se mostrou disposto a contribuir com o que fosse necessário. Em mente, além de tentar captar suas experiências no Noroeste, esperava entender mais acerca de sua saída da Amonor e, mais, sobre a própria Associação em si e, quem sabe, sobre o conjunto das obras nas quais o bairro, as instituições e as pessoas ali estão envolvidas. Felizmente, meu palpite estava certo.

Saí de casa, na SQN 405 Bloco O, às 13 horas. Consegui pegar o ônibus 0.115 às 13h10min. Em 10 minutos, estava na parada em frente ao Boulevard Shopping e pronto para seguir a pé em direção ao bairro. A caminhada não é das mais proveitosas; o caminho não é convidativo aos pedestres e os carros que por ali trafegam o fazem em alta velocidade, o que me pôs constantemente alerta.

Em 20 minutos, sob o céu nublado, cheguei ao bairro e me dirigi ao Bloco B, só que...da SQNW 111. Após avisar Pereira por Whatsapp que estava presente e esperar um pouco,

1 A versão presente foi editada na sua forma, com o propósito de ser incluída na dissertação.

2 Pronuncia-se Amonór, com ênfase aguda no último “o” e fechada no primeiro.

3 Os nomes foram propositadamente alterados. Considero o anonimato relativo uma questão de proteção, igualmente relativa, dos meus anfitriões em pesquisa de campo.

decidi ir ao porteiro do bloco e perguntar qual era o apartamento de João Pereira. Respondeu-me dizendo que estava na quadra errada e que tinha 100% de certeza, em suas palavras, que o homem que procurava morava no bloco ao norte, na 311 e não na em que eu estava, na 111.

Erro bobo, mas em algum sentido útil, porque pude observar um pouco da rotina do bairro. O barulho de obras é constante, estejamos onde quer que estejamos no Noroeste. O fluxo de operários, trabalhadores de limpeza, porteiros, zeladores e faxineiras (atentemos para a configuração de gênero) é constante. Enquanto esperava erroneamente por Pereira, um caminhão da CEB estacionou em frente ao Bloco B e dele saíram oito operários, dos que contei, para consertar um poste ali instalado.

Vi algumas famílias andando por ali, não muito diferentes das que veria na Asa Norte: mães levando à ou trazendo seus filhos da escola; homens passeando com seus cachorros; homens e mulheres se preparando para correr ou praticar qualquer outra atividade física.

Até onde vi, no entanto, depois de todas essas visitas ao Noroeste, o bairro parece ser um degrau a mais na jornada crescente dessas pessoas. É como se representasse um *upgrade* em suas vidas, de caráter decisivo, porque corroborando uma vida de desafios, lutas, obstáculos e sofrimentos. Os moradores, portanto, conquistaram algo, chegaram a uma boa vida e ao sonho sempre almejado.

Às 14h05min, me dirigi ao Bloco B da SQNW 311. Notei que cada portaria recebe a alcunha *portre* e uma adjetivação relacionada a algum símbolo francês. Há as *Portres* Paris, Louvre, Versalhes, por exemplo. Chegando ao prédio, já vi João Pereira em frente à portaria principal, conversando com o porteiro. Vestia uma camiseta azul escura de mangas compridas (arregaçadas no cotovelo durante toda a nossa conversa), uma bermuda jeans cinza que chegava até os joelhos e um par de tênis esportivos. Intuí no momento e depois confirmei: sua roupa denotava o perfil de um aposentado ativo.

Pereira me conduziu até uma pequena sala situada no pilotis do bloco. Pequeno cômodo, de não mais que 6 metros quadrados, onde funciona o escritório do síndico, no caso o próprio João. No cômodo, havia algumas pastas, uma pequena mesa de trabalho, duas cadeiras, além de uma central de internet. Após um breve início de papo, com os tudo bem, boa tarde, vamos lá, disse ao Presidente, como o chamei na oportunidade, que

poderíamos começar por onde havíamos parado (na conversa por e-mail): de sua relação com a Amonor e de sua saída.

João Pereira começou a falar. Em um primeiro momento, descreveu sua situação como síndico do bloco B e do seu papel naquele lugar. Estava responsável pelo condomínio desde fevereiro/2014, mais precisamente desde a reunião do dia 26/02/2014, na qual se viu forçado a assumir o condomínio, por conta de dois candidatos que se mostraram dispostos ao cargo e que, segundo ele, não eram capacitados. Já havia sido síndico um ano antes, mas abdicara do cargo seis meses depois após se envolver em conflitos com os moradores. Disse, no entanto, que na nova eleição compreenderam suas razões e o elegeram com 100% dos votos, dando aval absoluto ao que ele pretendia para o Bloco. “Fizemos muitas obras aqui já”, foi o que me disse.

Pereira mencionou que o bloco não foi construído de acordo com o Manual Verde e com os padrões ecológicos recomendados ao bairro. O piso é de porcelanato rugoso e não liso e isso exige muito para sua limpeza; um desperdício de água absurdo. Para se limpá-lo ou se usa muita água ou se usam produtos fortes, que acabam por se infiltrar no solo; em ambas as situações, o roteiro verde do Noroeste não estaria sendo seguido. “Foi uma sacanagem da João Fortes, a construtora, Vinicius”. “Fizeram isso aqui sem fiscalização, não respeitando nada, o manual, nem nada.” Me disse que a Construtora João Fortes foi responsável pela construção desse bloco e de mais três, também localizados nas quadras 300. No Bloco B, a construtora tinha o prazo para entrega do prédio limitado até julho de 2012, com uma prorrogação possível de seis meses (180 dias). A João Fortes se valeu desse prazo e entregou o bloco B em fevereiro/2013, em cerimônia de abertura de condomínio. O dia era 28/02. “A gente poderia, poderia, se mudar para cá no dia 1º de março, se quiséssemos.”

O problema, segundo ele, é que o Bloco B foi inaugurado “sem estar pronto”, sem receber nem energia elétrica, por exemplo. Acompanhando as obras desde o início, “quando a W7 ainda tinha uns poucos metros”, João Pereira só conseguiu se mudar para o Noroeste em outubro de 2013, após contestar judicialmente a João Fortes e exigir a padronização do bloco, além de ressarcimento financeiro em decorrência do atraso na entrega da obra completa.

João ainda mencionou que a construtora continua errando no Noroeste.

Ali ao lado, construiu três blocos com 180 apartamentos cada, isto é, blocos compostos de apartamentos de um só quarto, o que contraria o plano original de construção do Noroeste, vai contra o padrão verde e contra o regime de trânsito inicialmente pensado para o bairro. “Vai virar uma luta por vaga isso aqui, Vinicius, vai virar um engarrafamento; o problema vai causar um impacto federal no Noroeste.” Para se ter uma ideia, mencionou, o bloco B tem apartamentos de 2 e 3 quartos e coberturas com as mesmas peças, variando de 86 a 230 metros quadrados, comportando cada uma dessas residências uma vaga privativa de garagem, no mínimo.

“O que eles estão fazendo é brincadeira”. Ao longo de toda a conversa, sempre que as construtoras apareciam em suas falas, Pereira se mostrou inquieto e irritado; “elas não colaboram, nos prejudicam.” Aqui, então, entro no ponto da Amonor, a meu ver, elucidativo dessa relação do ex-presidente com as construtoras.

Depois de expor um pouco de seu trabalho como síndico, João disse que o trabalho na Amonor era ingrato. “Você vai de um lado pro outro, não ganha nada, põe seu nome em jogo, gasta em combustível (aqui é tudo longe, né?, ir pra Águas Claras, ir pro SIA, ir pra Taguatinga demanda tempo e dinheiro) e você só recebe pancada e entra em conflitos desnecessários.” Ainda assim, esse não foi o principal motivo de sua saída. Segundo ele, em dezembro do ano passado, Alberto Matos, atual presidente da Associação, na época vice, participou de um evento e assumiu compromissos aos quais a Amonor não podia ter se vinculado.

Tentei “arrancar” dele o que seriam esses compromissos, mas só me respondeu indiretamente, o que, como veremos, foi de algum modo suficiente. João Pereira afirmou

A atuação dele [reparemos na menção indireta] contrariou nossas premissas. Temos aqui para nós que nossa bandeira é o bairro e que sempre que temos que participar de uma reunião era necessário mais de uma pessoa da Amonor presentes. No mínimo duas; em geral éramos ele e eu mesmo, mas no mínimo duas

Assumidos esses compromissos, o assunto foi levado à discussão em fevereiro de 2015, mais exatamente no dia 19/02. Pereira disse que Alberto apresentou uma proposta de Câmara Comunitária para o Noroeste, a ser composta pela Amonor, pelo Sinduscon (Sindicato das Construtoras), pela ADEMI (Associação das Construtoras), por uma nova Associação de Síndicos e por uma nova Associação Comercial. João foi contra, elencando

que as construtoras, quando podiam ter feito algo pelo bairro, só o haviam detonado, que não havia comércios o suficiente para constituir uma Associação (“só tem 4 comércios nessa porra, Vinicius”) e que se a Amonor não estava consolidada, imagina criar uma Associação de Síndicos. Para ele, isso não deveria estar sendo colocado em pauta, pois a atuação da diretoria deveria ser livre, leve e independente, a favor do bairro, sem se misturar com o poder econômico e com o poder político.

Na reunião, argumentaram a favor de uma votação acerca da criação ou não da Câmara. Pereira se opôs e disse que isso não deveria nem ser discutido; a Câmara Comunitária só serviria para entregar poder a quem não deveria ter no bairro, a quem nada fez pelo Noroeste.

“A reunião pegou fogo” e em determinado momento o então presidente ameaçou se retirar do cargo, dando a entender que era ou a Câmara ou ele. Pois bem, papo vai, papo vem, desistiu de argumentar e disse que no dia seguinte poderiam passar no Bloco B para pegar sua carta de desligamento, na qual argumentaria o erro daquela decisão. “A Ficha 001 de filiação não existe mais, Vinicius, a instituição que eu ajudei a criar, como um filho, se perdeu.” Na ocasião, o Presidente ainda disse que gostaria que sua carta fosse colocada à disposição dos moradores. “Imagina se fizeram isso?”

*

Brasília, 20 de Fevereiro de 2015⁴

DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO NOROESTE

Senhores,

Conforme informado na reunião da diretoria, ocorrida em 19.02.2015, e dada a falta de **convergência**, fator preponderante e que sempre manteve forte a Associação, venho pelo presente, colocar à disposição, o cargo de Presidente da Instituição.

A Amonor sempre pautou-se pela lisura e transparência em suas ações, as decisões sempre foram feitas de forma aberta e colegiada. A participação em

4 A versão do prólogo é um excerto do texto integral, disponível no Anexo 2.

eventos públicos ou privados sempre foram precedidas da presença, de no mínimo, 2 (dois) de seus membros.

Minha **divergência** tem como base a participação da Amonor na Câmara Comunitária do Noroeste, que será criada e da qual participaram entidades como: Ademi, Sinduscon, Associação Comercial do Noroeste (não existente), Associação de Condomínios do Noroeste (não existente).

Entidades como Ademi e Sinduscon já tiveram a oportunidade de provar que querem o bem estar do nosso bairro e até hoje não fizeram **nenhum** movimento em prol disso, aliás as suas afiliadas, as construtoras, os corretores tem [sic] feito exatamente o contrário – **elas têm obstruído a qualidade de vida no bairro.**

Relativo a criação/participação da Amonor na Câmara Comunitária, ao final do ano de 2104, numa reunião da Diretoria, fomos informados que a tal Câmara seria criada. Isso me pareceu bastante estranho: como que uma organização deste porte está sendo criada e a Amonor, nem sequer foi chamada a discutir.

Quem, e em que momento, assegurou a participação da Amonor, se isso sequer chegou a ser apreciado pela Diretoria?

Não vejo nada de errado entre a Amonor participar de qualquer movimento que venha trazer benefícios para o nosso bairro, mas **interesses particulares, de dirigentes** das entidades patrocinadoras da criação dessa Câmara são **escusos, como se poderá observar no Relatório de Auditoria do TCDF (Pista de Ultraleves criada dentro do Parque Burle Marx e Kartódromo)**, enquanto que os nossos, pelo menos até a presente data, sempre foram muito **transparentes**. Trilhamos o caminho da independência, do livre arbítrio e nunca precisamos ser **subservientes** a este ou aquele grupo, político ou econômico e, **aliar-se a essas organizações, com essas pessoas é retrocesso** e isso macula e destrói nossa principal força – **a autonomia** [...]

*

Perguntei, então, se ele achava que a Amonor havia se “vendido”. Pereira não ficou desconcertado, mas não respondeu afirmativamente. Procurou, pelo que observei, fugir de usar essa palavra, embora argumentado nesse sentido. Para ele, a Amonor passou a atuar longe dos moradores e próxima de pessoas que não deveriam estar ali. “As construtoras bagunçam tudo aqui, no sábado isso aqui vira uma feira e não há o que fazer”. “E a gente ainda vai conversar com elas?” João me disse que deveria procurar Matos, porque não queria ser injusto e que eu deveria ouvir ambos os lados da história, para ser o mais correto possível. Falou isso em tom de decepção: considerava o atual

presidente um parceiro, um irmão; seu descontentamento me pareceu o de um pai frustrado com o filho.

João Pereira afirmou que não quer mais acompanhar o trabalho da Amonor. Tudo que vem com o selo dela, com o seu patrocínio, ele já não mais participa; só quer mesmo é melhorar o seu bloco. Perguntei em que medida ele se considerava frustrado, primeiro, com a Amonor e, depois, com o bairro. Com o Noroeste, argumentou que se frustrou porque aquilo era um sonho de consumo para ele e para a maioria das pessoas que para ali se mudou. A maior parte estava comprando não só um apartamento, mas um bairro, com todas as benesses, com um parque ao lado, com ótimo acesso a todo o Plano Piloto, um bairro verde, ecologicamente correto, no qual nem chuveiro elétrico há. “Todo o nosso bloco é só energia solar e gás. Se não fosse o problema com a Bolívia, hoje só seria gás.” “Esse é o último pedaço de terra que tem no Plano, Vinicius”.

Me pareceu aqui que Pereira falasse quase como de uma última oportunidade para fazer as coisas darem certo, como se o Noroeste fosse ser uma redenção. Para ele, infelizmente, os moradores, incluindo ele e sua família, foram iludidos pela divulgação, porque queriam comprar um bairro diferenciado, acreditaram nisso e compraram mesmo algo que não existe. Faltou fiscalização do GDF, da Terracap e acabou que o Noroeste saiu dos eixos, mencionou. Quanto à Amonor, reiterou que não espera mais nada dali, que não quer saber mais e que se a Câmara sair, o que já está assim pode ficar pior. “Dias desses, fui fazer uma leitura na missa itinerante que acontece todo domingo e ele (Alberto Matos) veio conversar com minha esposa, perguntando por que não falo mais com ele, já que ele nos considera como irmãos”. “Cara, eu tenho quatro irmãos e nenhum deles nunca me aprontou isso; se for pra ter um irmão assim, é melhor ficar sozinho”. “Ainda assim, o que eu posso te dizer, Vinicius, é para procurar ele, pra você também ficar sabendo o que acontece no bairro.”

Questionei-o nesse momento, após um breve silêncio, como é que havia chegado ao Noroeste. João discorreu sobre seu perfil: foi funcionário do Banco do Brasil a vida toda e conseguiu transferência para Brasília em 1992, onde pretendia passar somente dois anos de sua vida, acumulando um pouco de dinheiro para então voltar a Santa Catarina, sua terra natal. Está aqui desde então.

Morou na 703 Norte até se mudar para o Noroeste e ainda mantém o apartamento como fonte de renda. Em 2008, aposentou-se, após ter criado uma Diretoria de Crédito Imobiliário no banco, “coisa que o pessoal não tocou muito para frente”. Casado, pai de dois filhos, um que já retornou ao estado de origem, outra ainda morando com ele e a esposa, João queria ter um lugar só dele, uma cobertura, um espaço gourmet, um lugar “pra queimar sua carne tranquilo.” Quitou o apartamento e se mudou; “os problemas de energia e água, que faltavam, hoje já estão melhores; conseguimos dar um jeito nisso. A internet é um problema, esses safados da NET [empresa de telecomunicação] não se movem e dizem que só instalam as coisas aqui quando o bairro estiver pronto”. Como tem tempo, por ser aposentado, pode se dedicar ao bairro, à bandeira do Noroeste, sem se misturar com partidos, empresas, ideologia x ou y, coisa que ocorreu, ou “acha que ocorreu”, com a Amonor.

Nesse ponto de nossa conversa, perguntei a Pereira da sua relação, e a do bairro, com políticos. Mencionei Joe Valle⁵, que vira e mexe posta no Facebook algo relacionado ao Noroeste. João disse que seu envolvimento era bom, na medida em que auxiliava o bairro e que não se filiava a ninguém quando pensava em ajudar o bairro. “Ele não me procurou mais, não mais, mas mesmo assim sei que acabo sendo uma referência, não sei a quantas anda, por isso te digo para procurar ele [Alberto Matos].” Nesse momento, mencionou a campanha e comentei com ele da participação⁶ dos candidatos a governadores em reuniões com moradores; citei Arruda⁷ e nesse momento procurei inserir o Santuário dos Pajés em nossa conversa. “O Arruda, quando veio, disse que no dia seguinte dele assumir o mandato, botava esses caras para fora”. João Pereira ficou visivelmente mais agitado aqui, decorrida uma hora e trinta minutos de conversa, e passou a discorrer sobre o caso dos indígenas.

5 Trata-se aqui de nome não fictício. Joe Valle (PDT/DF) é deputado distrital pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, com mandato até o fim de 2018.

6 Os vídeos em que os candidatos se apresentam e debatem suas propostas estão no seguinte link: <<https://www.youtube.com/playlist?list=PLa12kapRBVddaxXz9sjZDaOftjwazTG>>. Acesso em: 22 dez. 2015. Todo o material audiovisual em formato de vídeo que cito ao longo da dissertação (com disponibilidade pública) podem ser acessados, a partir do link acima, no canal *O céu e a terra*.

7 José Roberto Arruda, ex-governador do Distrito Federal pelo PSDB, foi afastado pela Justiça Federal em 2010 após denúncias de irregularidades envolvendo licitações e aprovações de projetos no território distrital. Em 2014, tentou candidatar-se novamente ao GDF, desta vez pelo PR, sem sucesso. Diante da possibilidade de ter sua candidatura cassada, abandonou a eleição, apoiando formalmente Jofran Frejat, também do PR, ao posto de governador.

Disse, então, que os indígenas consideravam aquele um lugar sagrado, que havia um monumento, um cemitério ali, mas que por 70 milhões aquilo já não era mais cultura e eles poderiam sair dali, numa boa. “Que cultura é essa?” Descreveu a situação, desenhando num papel o mapa (Mapa 1) da região: das 19 famílias, somente três não aceitaram, “mas vão ter que aceitar, porque o bairro precisa sair e a W9 só está trancada por conta deles; não há como construir entre as quadras 09 e 07, na altura das 300, por conta dessa terra”. No desenho, fez o esboço do Noroeste, das etapas 01 e 02, desenhando a região ao norte da EPIA e mencionou um acordo com a Bélgica para instalação de um museu no local.

Disse ainda que será construída a Fundação Cruls, em homenagem a “um dos primeiros expedicionários que vieram para cá”. “Cara, a FUNAI disse que não é terra indígena, o governo diz que não é, os caras aceitam sair, tudo só não dá certo por conta desses desocupados, desses vagabundos dos direitos humanos que vêm atrapalhar. Índio bom é índio morto” (sic).

Não esbocei reação e continuei a ouvi-lo atentamente, no mesmo ritmo, até para aguentar um pouco o baque da declaração. “Os índios estão barganhando e as nossas custas, mas tudo vai sair”. “Sabe mesmo do que eles precisam? É de um pau de pica grossa que faça eles se mudarem”. É irônico pensar, mas Pereira comentou isso pouco antes de iniciarmos outro tópico de discussão: as missas itinerantes que são realizadas no bairro todos os domingos.

O assunto surgiu meio que por acaso. Ao falar dos indígenas e criticá-los, meu anfitrião afirmou que queria mesmo era levar a vida numa boa. Citou como exemplo suas idas às missas dominicais. Oferecidas semanalmente, cada vez em um bloco diferente do Noroeste. A celebração é feita pela Igreja São Francisco de Assis, localizada na altura da W3 Norte. Frei Rafael e Frei Norberto [interlocutores, de nomes não fictícios] de João Pereira são “ótimas pessoas, estão fazendo de tudo para construir uma Igreja aqui. Conversamos com a Diocese, que disse não ter dinheiro, que uma obra dessas fica nuns 3 milhões ou mais e que, por isso, não há condição”. “Mas nós vamos conseguir, vamos construir essa Igreja aqui, pega uma doação dali, outra daqui, rouba um pedaço de terreno daqui, outro dali e a gente acaba construindo”.

Imagem 1 – Setor Noroeste feito por João Pereira.

O retângulo central é o bairro. Os números 1 e 2 situados sem seus extremos simbolizam as duas etapas de construção. Acima, onde se vê o 3 rabiscado à esquerda, está localizado o Parque Burle Marx. Abaixo e por toda a imagem está uma área destinada ao lazer do bairro. O Santuário dos Pajés foi desenhado por Pereira com rabiscos, logo abaixo do número 7



Comentei com Pereira que havia nascido em família católica, de prática até fervorosa, com exceção dos meus pais, tentando com isso prolongar o papo. Me disse que também não era nada praticante, mas que tinha fé, era da Igreja Católica Apostólica Semana (em alusão ao fato de só frequentar missas e não praticar das atividades institucionais da Igreja Católica como um todo). “Vou à missa vez ou outra, mas sinto que poderia me dedicar mais.” Perguntei, então, a que horas é realizada a cerimônia e me informando ser às 10 questionei se era aberta ao público. “É, sim, é”, me disse demonstrando certa impaciência, como quem diz é, mas não é.

Já tínhamos conversado por duas horas e senti que talvez fosse o momento para terminarmos o diálogo. Perguntei a Pereira se ele poderia me enviar a carta de desligamento e se também não seria problema pegar com ele os contatos da Amonor. Quanto à carta, tudo bem (tão logo abri as portas de minha casa, já estava em meu e-mail), agora quanto aos contatos, me disse que excluiu tudo, que não quer nem saber,

mas que acha que devo sim procurá-los, além de procurar a Terracap, para entender a questão indígena e o estado atual dela.

Agradei a disposição dele e disse que com certeza entraria em contato, dessa vez em breve, para uma conversa. Disse ainda que o papo havia sido frutífero e que algumas perguntas de pesquisas com certeza surgiriam dali. João mostrou-se disposto: “estou sempre pronto, estou sempre aí.” Despedimo-nos com um aperto de mão forte.

Fui em direção à W7, por onde passam os ônibus com direção ao Plano Piloto e à L2 Norte. Havia um parado e corri para conseguir pegá-lo. O ônibus percorreu a W7 até a altura da quadra 7 e nas 5 paradas em que parou (paradas informais, na ida e na volta) recebeu praticamente só mulheres, entre seus 20 e 60 anos. Devem ser diaristas, empregadas domésticas e cuidadoras. No percurso, o ônibus esteve praticamente todo o tempo interativo, com as mulheres conversando entre si, em geral em duplas, ou em diálogos com o cobrador e vez ou outra com o motorista.

INTRODUÇÃO

Índio bom não é índio morto.

Quando João Pereira me afirmou enfaticamente o contrário em nossa conversa, minha reação foi de silêncio.

Talvez não devesse ter sido assim e devesse, na medida do possível, ter tentado expor o quanto tal visão é genocida e nenhuma novidade, porque parte integrante da formação histórica do Brasil enquanto Estado nacional com fronteiras conflituosamente definidas. Talvez minha quietude na ocasião tenha sido complacente com o que havia me dito.

Ao me sentar para escrever esta dissertação e olhar repetidamente para meus diários de campo, no entanto, percebi que minha reação poderia ter múltiplos significados, a depender do que fizesse com ela. A principal reação que escolhi integra o argumento do texto que segue.

João Pereira quis negar o Outro.

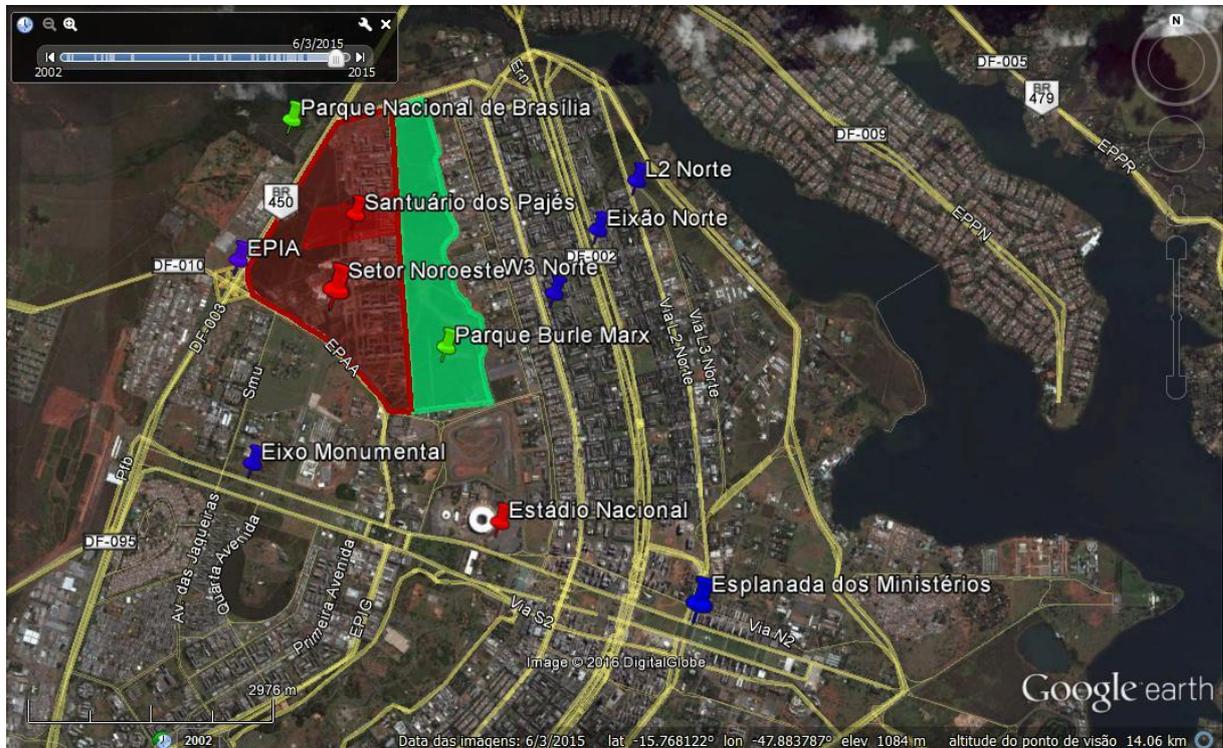
O indígena, em sua prática no mundo, não tem vez. Além de negado, deve ser aniquilado. Em seu projeto de vida, povos indígenas são incômodos que devem ser tirados de cena.

Acontece que a frase de João Pereira não é única. Os termos sanguinários constituem, em outro nível, uma narrativa de muitos. Seu projeto de vida é o de outras tantas pessoas que encontrei etnograficamente. Embora possam discordar veementemente do que disse o ex-presidente da Amonor, o bairro como vem sendo delineado exclui o Outro indígena.

Esse bairro é o Setor Noroeste, localizado no Plano Piloto de Brasília e do Distrito Federal, objeto etnográfico desta dissertação (Imagem 2).

O Setor Noroeste (em vermelho) é um bairro ocupado por camadas médias e altas. Com blocos que seguem o gabarito máximo de seis andares (no padrão de Lúcio Costa para o Plano Piloto) e com uma proposta ecológica para suas edificações, apresentou-se durante sua venda (Schvarsberg, 2009) como uma *ecovila*. Conta hoje com 8000 habitantes, que para lá começaram se mudar a partir de 2012, quando o primeiro bloco recebeu autorização para ser habitado e foi inaugurado.

Imagem 2 – O Setor Noroeste, mais novo bairro do Plano Piloto (2015). O Parque Burle Marx, o Parque Nacional e a via EPIA compõem suas adjacências. O Santuário dos Pajés é a Terra Indígena que é envolvida pelo bairro⁸



O projeto urbanístico do Setor Noroeste procura concretizar, ainda, aquela é uma das unidades fundamentais do projeto de Costa (1957) para Brasília: a superquadra.

Com a superquadra, o arquiteto-urbanista pretendia articular, em um mesmo espaço, diferentes dimensões da vida urbana. A unidade doméstica ladeada por espaços públicos de livre circulação, somando-se aos espaços de lazer e de educação. As superquadras não seriam, ainda, núcleos isolados do restante da cidade (Ferreira; Gorovitz, 2008). Uma vez replicadas ao longo do território do Plano, fariam parte de um todo integrado.

O Setor Noroeste, no entanto, não se apresenta como bairro que somente replica as noções de Lúcio Costa. Como veremos, antes se mostra como espaço que procura adaptar as superquadras para as exigências de um novo século.

8 Todas as fotografias de satélite foram retiradas com a ferramenta Google Earth (2015), que permite a visualização de imagens da Terra tiradas por satélite. É possível também criar vídeos e interagir com outros usuários da plataforma. Para saber mais como se valer do software, acessar: <<https://support.google.com/earth/answer/176576?hl=pt-BR>>. Acesso em: 22 dez. 2015.

*

Em 2011, o Santuário dos Pajés⁹, Terra Indígena de ocupação que remonta à própria construção de Brasília, foi cercado pela polícia e por agentes de segurança das construtoras com interesse imobiliário na área. Seu objetivo: retirar, à força, famílias indígenas para que o bairro pudesse ser construído sem interferência. Movimentos sociais, estudantes da UnB e outros apoiadores se mobilizaram contra¹⁰. Após alguns processos judiciais e ataques violentos por parte das construtoras, do GDF e da Polícia Militar, os conflitos arrefeceram com o tempo e o Noroeste conseguiu aval para continuar. O Outro, (até o momento) não aniquilado, foi invisibilizado.

Sobre a questão indígena e o bairro, alguns autores e autoras já se debruçaram academicamente (Brayner, 2013, Doyle, 2013, Penhavel, 2013, Crevels, 2014). Outras questões sobre o Noroeste também foram levantadas por Doyle (2013) e pelo próprio Schvarsberg (2009). O diagnóstico é unívoco. O Noroeste é um caso claro de especulação imobiliária e expropriação urbana, afirmação corroborada por Paviani (2010) e Pereira Barreto (2010). A violência da qual foram alvo os indígenas, que será objeto de análise mais à frente, foi elemento central para que se tornasse possível – legal e politicamente – a edificação do Noroeste. Com esse diagnóstico, concordo integralmente. Para se tornar concreto enquanto bairro habitado, processo ainda em operação, muitos agentes foram mobilizados e diversas justificações dadas para que sua construção se tornasse “legítima”.

9 O Santuário dos Pajés (Imagem 2) fica localizado em área antes pertencente à Fazenda Bananal (Brayner, 2013). Em um dos sites que acompanharam o processo de luta pela Terra, o aspecto *sagrado* do território é definido, em sua relação com a resistência e com a articulação de povos indígenas: “[...] Assim se levantou o Santuário Sagrado dos Pajés, um ponto sagrado que liga as rotas tradicionais dos antepassados: rotas religiosas, de troca e fuga, reconhecidas pelo nosso povo indígena ancestral. Milhares de etnias passaram pelo Planalto Central durante os séculos que se seguiram a invasão e ocupação dos territórios indígenas. Fugindo do massacre, da perseguição e da escravidão, o Planalto Central é um ponto da memória espiritual e histórica do espírito do índio no tempo. Como falavam os anciãos da tribo: “o traçado do plano piloto é o cruzamento das rotas de fuga indígena vindas de leste para oeste e do sul para o norte” [...]. Disponível em: <<http://santuariodospajes.blogspot.com.br/2010/02/nas-rotas-dos-pajes.html>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

10 Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2011/11/04/interna_cidadesdf,276957/manifestantes-enfrentam-policiais-para-impedir-obras-no-noroeste.shtml. Acesso em: 02 fev. 2016.

Em minha pesquisa de campo, não convivi, como nas pesquisas acima citadas¹¹, com os operários que trabalham na construção dos prédios comerciais e residenciais ou com as famílias indígenas que habitam o Santuários dos Pajés, ainda encravado no meio da área onde está localizado o bairro.

Interagi com moradores que compraram apartamentos na região e para lá se mudaram recentemente. Compare o imagem 1 e o imagem 2. Em meu trabalho de campo, conversei, majoritariamente, com pessoas que concordam com a visualização proposta por João Pereira e não com a outra, que produzi com base na ferramenta Google Earth. Daí que ou os indígenas são considerados grupos que devem ser extintos ou são, no máximo, aqueles que podem ser tolerados.

De julho de 2014 até setembro 2015 visitei o Setor Noroeste inúmeras vezes. As visitas ocorreram, em sua maioria, em período de seca¹². Por esse motivo, embora tenha em algumas ocasiões convivido com moradores durante dias de chuva, não considerei prudente englobar em minha análise esses períodos. O Setor Noroeste de minha etnografia é o dos tempos em que não chove em Brasília. Tempos de seca.

Em 15 oportunidades conversei¹³ com famílias que já moram na região ou que vão para lá se mudar e com agentes que procuram construir o bairro de acordo com determinados objetivos e meios. Todas essas famílias eram mononucleares e heterossexuais e boa parte de seus membros adultos era de funcionários públicos de alto e médio escalão ou, quando não, com experiências profissionais anteriores no serviço público.

Conversei ainda com uma família indígena, chefiada por Estela, e com um funcionário da Secretaria de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal (SEGETH). Ainda que tenham sido diálogos pouco frequentes, foram, pelo conteúdo, relevantes para o

11 Em particular Crevels (2013) e Doyle (2013)

12 Durante 2015, a temperatura média do DF foi a mais alta desde a origem das medições, em 1961. Em outubro, a temperatura chegou a 36,4 °C, com umidade relativa do ar de 11 %. Em setembro, último mês de meu trabalho de campo, os termômetros marcaram 35,8 °C, com umidade em 10%. A sensação térmica chegou a ser, tanto em outubro quanto em setembro, de 38 °C. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/09/df-igual-a-recorde-de-calor-e-tem-umidade-menor-do-que-do-saara.html>; <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/10/com-364-c-df-volta-bater-recorde-de-temperatura-umidade-chega-11.html>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

13 Uso o verbo “conversar” porque não formulei entrevistas estruturadas ou semiestruturadas ou mesmo questionários de pesquisas, embora nossos papos tenham sido norteados por questões de pesquisa que, com o passar do tempo, foram se tornando mais e mais presentes.

processo reflexivo que fomentou minha narrativa. Em especial, seus depoimentos foram significativos ao me apontarem direções para o material etnográfico que tinha em mãos. Suas perspectivas, acima de tudo, me mostraram que não poderia desconsiderar, de início, nenhuma vírgula, parênteses ou reticências do que me diziam em campo.

Como um todo, a dissertação é fruto desses contornos dos encontros etnográficos e teóricos que tive a partir do Setor Noroeste.

CAPÍTULO 1

Algumas reminiscências e reflexões metodológicas

Ao escolher os moradores e as moradoras como anfitriões de pesquisa, visava, inicialmente, ver como o processo de ocupação do bairro era por eles entendido. Se havia especulação, expropriação e violência dirigida aos indígenas para que saíssem de sua Terra (explorarei tudo isso mais adiante), meu objetivo era ouvir as pessoas que, de fato, compram o Setor Noroeste. Delas, queria saber, singularmente, como foi a compra, a mudança e como estava (e está) sendo a vida no bairro.

Três questões basilares se desdobram em muitas trilhas de pesquisa: para se comprar um apartamento na área, houve quem intermediasse o negócio, como corretores, imobiliárias, construtoras, propagandas e jornais; a mudança envolveu projetos de futuro e de vida, escolhas e toda uma série de arranjos com a família e com outras pessoas também interessadas no bairro; ainda, ao me falarem sobre como é seu cotidiano no Noroeste, muitas dimensões são postas em evidência. A tecnologia dos apartamentos, o conforto, a proximidade, o silêncio, a convivência em família e com a religião foram algumas das reivindicações feitas pelas pessoas com quem conversei.

Do intuito inicial migrei, a partir de meus encontros etnográficos, para a questão que fundamenta essa dissertação e que a atravessa nos diálogos empreendidos com autores e autoras da academia e do cotidiano que vivi nos últimos anos.

Como se dão os processos de legitimação em torno do Setor Noroeste e o que informam sobre as composições que atravessam um ambiente de intervenção como é Brasília, o Distrito Federal e o Entorno?

O trecho do diário de campo que é prólogo desta narrativa é elemento chave nessa questão. Além da expressão execrável sobre os indígenas, João Pereira fez uso, para construir seu discurso, de múltiplas expressões. Além da Amonor, citou a ADEMI, a Terracap, o GDF, sua família, a APUB, o Parque Burle Marx, Santa Catarina, o Banco do Brasil, seus filhos, seus sonhos, a Igreja Católica, FUNAI, a Bélgica, o Santuário dos Pajés, os indígenas, políticos, eleições, o IBRAM, Sinduscon, sua esposa, entre outros.

Em maior ou menor medida, todos os citados Pereira estão em ação no bairro, de forma mais presente em alguns períodos e em outros não. Em articulação, formam

composições (Patriota de Moura, 2010), com as quais disputam o espaço urbano e dialogam no dia a dia. Essas composições fazem parte do Setor Noroeste e de Brasília.

A seguir, traço os postulados conceituais que fundamentam a narrativa do texto e que balizam os porquês da pergunta-chave que norteia meu argumento.

*

Para que os indígenas sejam vistos como aqueles que devem ser retirados do Setor Noroeste, são muitos os acionamentos feitos. O argumento de que indígenas “só pensam no dinheiro” ou que eles “não são dali”, como disse Pereira, combina com os cálculos da Terracap, com o que a FUNAI possa ou não ter dito, com os objetivos das construtoras, com a necessidade dos ultraleves não sobrevoarem a região e com a fé católica.

Entre esses vais e vens sociológicos, aparentemente desconexos e contraditórios, são definidos aqueles que podem ou não compartilhar de determinado espaço, aqueles que podem ser ocupantes “legítimos” do Setor Noroeste. Essa *legitimidade* é calcada em valores e em capitais. Relacionada a posições de classe (Bourdieu, 2013) específicas.

Embora não tenha feito um survey no bairro e mesmo não tenha pedido de meus anfitriões o quanto ganham, é possível estipular sem risco de erro seu pertencimento às camadas médias. Um apartamento no Setor Noroeste está entre os mais caros do Plano Piloto, mesmo que, em relação ao início das obras, tenha baixado seu valor médio¹⁴. Por si só, isso reduz o escopo das pessoas que podem bancar financeiramente um imóvel ali. A quase totalidade dos membros adultos com quem conversei tinha – ou teve – empregos públicos estáveis cujos salários são altos. Um dos entrevistados não era nem nunca tinha sido assalariado público, mas era proprietário de uma rede de consultórios no DF; morava em uma cobertura com 4 suítes.

14 O valor médio de um metro quadrado no bairro chegou a valer, em 2008, 12500 reais. Em 2013, esse valor foi de 11070. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/distrito-federal/bairro-de-brasilia-que-ja-teve-metro-quadrado-entre-os-mais-caros-do-brasil-sofre-com-falta-de-estrutura-e-desvalorizacao-25022015>>; <<http://noticias.r7.com/distrito-federal/sudoeste-e-noroeste-estao-entre-os-bairros-mais-caros-do-brasil-17092013>>; <<http://www.politicaeconomia.com/2013/05/setor-noroeste-variacao-do-metro.html>>. Acesso em 16 fev. 2016.

A condição de fundo que permite a compra de um apartamento no Noroeste é, portanto, de classe. Classe em seu sentido econômico e relativo quanto a quem possui determinados capitais e quem não possui. Indígenas não têm em mãos os capitais e os recursos¹⁵ que os moradores e as construtoras têm. O mesmo pode ser dito para os operários, para os que trabalham nos comércios ou para as babás. Há um mínimo necessário para se morar ali, mínimo que, no geral, aproxima-se ao do Plano Piloto.

Holston (1993) mostra que a segregação em Brasília já estava nos próprios germes do projeto de construção da cidade. Por trás dos ideais modernistas de ruptura com o passado e de reconstrução de uma nova sociedade nacional a partir de um centro exemplar como seria a capital federal, existia uma sociedade viva e desigual que não seria desmontada do dia para a noite a partir de uma nova configuração espacial.

A isso, Ribeiro (2008) pontua que, longe de receber aqueles que vieram para construir a capital, Brasília acabou, senão expulsando, marginalizando seus operários e trabalhadores. Não sendo os moradores que se desejava para Brasília, deveriam sair daqui tão logo fosse a cidade inaugurada. Se assim fosse, talvez o desejo de Lúcio Costa e dos demais projetistas se concretizasse; não porque a cidade não estivesse engendrando outras relações entre as classes, mas porque, não se teria em terras brasilienses as disparidades encontradas Brasil afora. A desigualdade seria – falsamente – invisibilizada.

Acontece que os operários ficaram e aqui construíram suas casas e suas famílias. Taguatinga, Ceilândia, Sobradinho, Vila Planalto, Riacho Fundo, Samambaia, Núcleo Bandeirante, Brazlândia e Planaltina são alguns desses espaços construídos por aqueles que, desde o início, não puderam comprar um lugar no Plano Piloto.

Logo, a segregação em Brasília foi, em sua origem, de classe e de status¹⁶ e assim continua. A assimetria geográfica, no entanto, é maior aqui do que em qualquer outro lugar do país (Ferreira; Steinberg, 2003, Paviani, 2010). Determinados grupos sociais e

15 Como procuro mostrar mais adiante, recursos incluem a mobilização de capitais.

16 A condição de funcionário público por exemplo, que motoristas vinculados a Ministérios ou Secretarias de governo e chefes de gabinete morassem na mesma superquadra (Holston, 1993). Classes diferentes conviviam sob o mesmo status, embora, com o passar dos anos, tal configuração tenha dado lugar a processos de reclassificação do espaço e, logo, à expropriação de determinadas faixas salariais do Plano Piloto.

econômicos moram em determinadas regiões distantes umas das outras, sem que haja contatos algumas vezes frequentes em outras cidades do país. Em Brasília, tudo o mais constante, quem têm boas condições financeiras ou é rico vive bem longe daqueles que não têm e não o são.

Esse é o primeiro postulado conceitual de minha narrativa. O Setor Noroeste é uma ocupação de espaço por determinadas classes sociais.

*

Ocupar um espaço em Brasília, como em quase qualquer outra cidade do mundo, é ocupá-lo em relação a outros. Melhor dizendo, viver em determinada localidade envolve relações estabelecidas com outros mundos sociais. Com outras escalas, por assim dizer. O Setor Noroeste se conecta com a EPIA, com a Asa Norte, com o Eixo Monumental, com o Parque Nacional, com o Lago Paranoá e com o Parque Burle Marx. No entanto, sua construção afeta bem mais do que somente essas regiões.

Críticos como Paviani (2010) e Furtado (2010) argumentam que o Noroeste terá efeitos negativos sobre o ecossistema do DF; o regime de chuvas, o escoamento de água e a temperatura média da cidade serão alguns dos fatores alterados com a instalação do bairro no modo como vem sendo feita.

Os empreendedores imobiliários, por sua vez, ao venderem imóveis, narram que o bairro representa o que denomino de *encruzilhada*. Por *encruzilhada*, quero dizer o arranjo interpretativo segundo o qual o Setor Noroeste é a composição ideal de passado, presente e futuro. Com essa noção, firma-se uma âncora divisória em relação a determinada trajetória: trata-se, em última instância, da Brasília de *antes* do Noroeste e de *depois* do bairro. A história da capital, em outro nível, torna-se como um todo melhor a partir da própria existência do Setor Noroeste. De modo paradoxal, o antes e o depois podem também se tornar um só, melhor porque qualificado por um espaço em particular. *Encruzilhada*.

Depositário da tradição arquitetônica de Brasília e, sobretudo, do ideal de que planejamento-urbano-gera-resultados-planejados-e-pessoas-diferentes, o Noroeste reivindica também exemplo do que há de mais atual em construção de imóveis. Como

idealizado (Manual Verde, 2009), o bairro é projetado para desperdiçar pouca água, selecionar o lixo e não utilizar eletricidade que não a própria dos aquecedores solares ou a gás para esquentar seus chuveiros. O tráfego e o próprio som que vai circular pelo bairro são também calculados. Como Brasília seria o centro exemplar para o Brasil e como era o Estado Balinês para seus súditos (Geertz, 1991), o Noroeste é apresentado como a coordenada ao qual toda a cidade e a população devem em algum momento chegar.

Em torno da noção de escala, Latour (2012) postula que estipulá-la e restringi-la não é uma tarefa cuja competência seja, de antemão, do cientista social. Trata-se de algo de que se valem as próprias pessoas em seus mundos. A escala é utilizada na prática, quando visa a incorporar determinados agentes, determinados contextos e determinados tempos em detrimento de outros.

O problema é que as cientistas sociais usam a escala como uma das numerosas variáveis de que necessitam para começar *antes* de fazer a estudo, enquanto a escala é o que os atores realizam representando *escalando, espaçando e contextualizando* uns aos outros mediante o transporte em alguns veículos específicos de alguns traços específicos. Pouco vale respeitar as realizações dos atores, se no final nós lhes negamos um dos seus privilégios mais importantes, isto é, que eles são os que definem a escala relativa. Não é tarefa do analista impor uma escala absoluta. Como bem sabe qualquer leitor da teoria da relatividade, as estruturas de referência absolutas só geram deformações horríveis, frustrando qualquer esperança de sobrepor documentos em algum formato legível, enquanto os moles e viscosos "moluscos de referência" (termo de Einstein) permitem aos físicos viajarem de uma estrutura para a seguinte, se não suavemente, pelo menos continuamente. Ou o sociólogo é rígido e a mundo se torna uma confusão, ou o sociólogo é flexível o bastante e o mundo se põe em ordem. [...] A escala é a própria realização do ator (2012, p.265-266, p.267, grifos no original).

A escala é operativa na medida em que engendra relações entre agentes. É nessa medida que deve ser incorporada sociologicamente à análise. Daí que quando críticos associam ao bairro efeitos negativos que pode gerar, reclamam que o Setor Noroeste, afinal de contas, não se restringe as suas coordenadas geográficas limite.

Daí que, também, quando se alega que o bairro é um exemplo da história de Brasília e para a história da capital, bem como exemplo para o Brasil e para o mundo em termos de sustentabilidade, estamos falando de escalas outras que são próprias do Noroeste em determinados momentos.

Equipando as caixas de ferramentas dos pesquisadores com diferentes instrumentos (oligópticos e panoramas), permitimos que eles localizassem o global e o acompanhassem com segurança no interior dos circuitos onde agora se movimentam para frente e para trás. Sempre que se manifestou a necessidade de fugir às interações locais, e em vez de arriscar um *salto mortale* ao mundo que está no fundo do contexto social, propus uma lenta caminhada rumo aos muitos lugares em que o global, o estrutural e o total estavam sendo arregimentados e se projetavam para fora, em consequência da instalação de cabos e tubos específicos. (Latour, 2012, p. 277)

As escalas dizem respeito, portanto, a conexões e circulações que são postas em evidência por aqueles que se movimentam pelo¹⁷ Setor Noroeste. O espaço em que o bairro é edificado não é, a priori, local ou global; é, a depender do referencial e da mediação em questão, ambos, um dos dois, ou mesmo nenhum deles, caso isso nem seja significativo para as redes de ação em que estão imersos os agentes.

A circulação de referenciais e mediadores e a articulação de agentes envolvem, seguindo com Latour (2012), processos de *escalamento*, isto é, de definição de quais escalas entram em disputa e em jogo e de que modo entram. Nesse ponto, o conceito de *assemblages* ou *composição* é o maior pilar de sustentação de meu argumento. Como argumenta Patriota de Moura, com as composições, é possível conjugar noções de singularidade à possibilidade de comparação.

Elementos semelhantes podem estar presentes em diferentes articulações, gerando combinações únicas, porém mais inteligíveis à luz de observações cruzadas e interpretações analógicas. Assim, o transporte público do Rio de Janeiro se mostra mais excludente quando contraposto a sistemas de transporte em Buenos Aires ou Nova York, mas experiências de acesso ao “direito à moradia” em Buenos Aires também podem estar mais ou menos próximas de alcançar o “direito à cidade”, a depender de valores presentes em composições espaço-sócio-político-culturais de diferentes tempos *bonaïrenses* (Patriota de Moura, 2013, p. 11)

As composições (Sassen, 2006, Patriota de Moura, 2010, 2013) não são, portanto, nem “realidades” incomparáveis tampouco fenômenos que ocorrem em todo e qualquer lugar. Sua utilização propicia que a busca teórica não seja por modelos rígidos e estruturas sociológicas inquebráveis, mas antes por arranjos entre elementos e agentes.

Ao falar de composições, estou também falando de agentes, escalas e classes sociais. Isto é, a ADEMI, a Amonor e os indígenas são composições. Também o são o GDF, a Terracap

17 No duplo sentido: (1) de propor algo para e; (2) de andar por.

e a SEDETH. De igual modo são os acadêmicos que escolheram o Setor Noroeste e Brasília como objeto de estudo, a Igreja, o regime de chuvas, a ecovila, o gabarito máximo dos prédios, a estimativa do tráfego e da amplitude térmica do bairro e da cidade.

Composição denota, portanto, o entrelaçamento de todos esses agentes com vistas a determinados objetivos e em dados momentos. Quando João Pereira expõe o que pensa sobre o conflito na Amonor, hifeniza suas relações. O jogo de disputa passa a ser: Pereira-Amonor-Terracap-partido-do-Noroeste- contra Alberto Matos-Amonor-Sinduscon-ADEMI-APUB.

O Setor Noroeste, como procuro argumentar, é atravessado por questões de *centralidade urbana* (Frúgoli Jr., 2000). Isso não significa que é exatamente igual a outros casos em que disputas por centralidade ocorrem ou que seja totalmente diferente. A centralidade, como a que buscam os moradores e as moradoras do bairro, é uma composição em torno do espaço urbano do DF e dos valores e recursos das camadas médias de Brasília. Edificar o bairro requer arranjar escalas, escalonar, compor.

Esse é meu segundo postulado. O Setor Noroeste é uma composição multiescalar.

*

Venho utilizando desde o começo do texto a expressão *agentes*. A bem da verdade, não se trata de uso indiscriminado e mero sinônimo de outras palavras que são colocadas no texto quando não se quer repetir alguns usos em demasia (agentes seriam também atores que seriam grupos que seriam agrupamentos e tudo isso ao mesmo tempo e a mesma coisa).

Por agentes, me valho da formatação dada à noção por Frúgoli Jr. et al (2006). O agente não é aquele se pauta tão só pela escolha individual ou é pautado pela influência do meio. Não é também aquele que não negocia com os espaços em que vive e tão só os interpreta. Tampouco é alguém que somente pratique a ação sem representá-la, idealizá-la ou planejá-la de forma coletiva ou autônoma.

A agência pressupõe a conjunção de todas essas circunstâncias, que são, na verdade, muito mais fluxos da ação, momentos diversos dentro dos quais emergem diferentes padrões de intervenção social. O/a agente constrói seu cotidiano com essas miríades de significado, de modo concomitante entre a prática e a representação.

Com a noção de agente/agência, torna-se possível pensar em uma antropologia não só *na*, como *da* cidade, isto é, o espaço urbano não é só um pano de fundo ou um palco no qual as pessoas pensam, bebem, conversam, brigam e se emocionam. A cidade não é uma tábula rasa que não engendra determinadas condições específicas para a ação ou, por outro ângulo, uma consequência geográfica de outras realidades.

Agentes estão envolvidos em muitas circunstâncias e estão, ao mesmo tempo e de formas diversas, em disputa ou em acordo com outros agentes. Agentes, enfim, disputam o espaço urbano, procurando modificá-lo, redefini-lo, recortá-lo e representá-lo, isto é, produzi-lo.

Na conversa que tive com João Pereira ou na carta que enviou à diretoria da Associação de Moradores do Noroeste, a depender do foco que meu anfitrião deu a cada um dos momentos que relatou, determinados agentes se sobressaíram, outros foram invisibilizados, associações foram reivindicadas e conflitos narrados e interpretados.

Sua fala foi *objetivada* por determinadas características do espaço em que vive. Se está falando de relações tecidas no Setor Noroeste, pelo Parque Burle Marx, contra as construtoras, contra os povos indígenas, está defendendo um sentido que vê como necessário para Brasília como um todo. Em última instância, está tratando da própria produção – social e histórica – da capital. Sua narrativa é atravessada pela trajetória – subjetivada – da própria cidade que quer modificar.

Esse é meu terceiro e último postulado. Agentes procuram produzir a cidade, produzir Brasília e produzir o Setor Noroeste.

*

No entanto, pouco mais acima, quando trouxe a pergunta de pesquisa que norteia esta dissertação, não mencionei diretamente agentes, escalas e tampouco classes sociais.

Além das composições (Sassen, 2006, Patriota de Moura, 2010, 2013,), falei de processos de legitimação e ambientes de intervenção. O momento agora é de deixar claro o que quero dizer com essas duas outras expressões.

A perspectiva de Foucault pode ser de extrema valia. Da mesma forma como o poder é um feixe de relações (FOUCAULT, 2008a), também a cidade pode ser entendida pela mesma ótica: “[...] [He] consels us to consider the city as a milieu, or ‘a field of intervention’ in which individuals, populations and groups put into conjunction of elements and events that circulate beyond the site itself¹⁸ (Foucault, 2007, p. 21 apud Roy; Ong, p. 10)”.

O ambiente de intervenção, como colocado por Foucault, abre margem para que nem nos apeguemos à flexibilidade nem à rigidez sociológicas como valores-últimos. O espaço urbano é atravessado por lógicas, agentes, problemas, ordens de valores e também atravessa todos que procuram nele intervir.

Intervenção é conceito-chave, porque marca a postura ativa sobre algo, mas sem implicar domínio absoluto sobre o que se procura intervir. Sobre isso, dizem Roy e Ong (2011)

Spatializing practices, in the dual senses of the gathering and the dispersing of circulating ideas, forms, and techniques, are constitutive of emerging globalized spaces. Spatializing practices thus form the urban as a problem-space in which a cast of disparate actors – the state, capitalists, NGOs, foreign experts, and ordinary people – define what is problematic, uncertain, or in need of mediation, and then go about solving these non-identified problems such as urban planning, class politics, and human capital. The *starting point* of analysis is thus not how singular principles define a city environment, but rather the array of problem-solving and spatializing practices that are in play in shaping the urban field¹⁹ (Roy; Ong, 2011, p. 10, grifo meu)

18 “[Ele] nos aconselha a considerar a cidade como um *milieu*, ou um ‘ambiente de intervenção’ no qual indivíduos, populações e grupos conjugam elementos e eventos que circulam para além da localidade em si” (tradução minha)

19 Espacializar práticas, no duplo sentido de arranjo e de dispersão de ideias, formas e técnicas que circulam é constitutivo de espaços globalizados emergentes. A espacialização de práticas, assim, forma o urbano como um problema do espaço em que um elenco de atores diferentes - o estado, capitalistas, ONGs, especialistas estrangeiros e pessoas comuns – definem o que é problemático, incerto, ou o que necessita de mediação e, em seguida, procuram resolver estes problemas não identificados, tais como o planejamento urbano, as políticas de classe e o capital humano. O ponto de partida da análise é, portanto, não como os princípios singulares definem um ambiente da cidade, mas sim como o conjunto

Enxergo Brasília e o Setor Noroeste por essa ótica. Ao longo da dissertação, o tratamento analítico que proponho sobre a construção do bairro se nutre, primordialmente, dessa perspectiva. Além de iluminar arranjos que se mostraram relevantes etnograficamente, também posso levar em conta que essas combinações não ignoram relações de classe, desigualdades econômicas e de poder, clivagens geográficas, raciais e de gênero. Encarando o Noroeste como um ambiente de intervenção, não são estabelecidos, a priori, quais poderiam ser os composições articuladas e em articulação no bairro. Antes, é preciso, e João Pereira foi um dos que me indicaram as trilhas menos espinhosas, ir atrás daqueles que procuram e de como procuram intervir no espaço urbano: *quem e como*.

O *como* nos leva a uma das últimas reflexões desse capítulo. Quando intervêm no bairro, os agentes o fazem segundo modos específicos. Thevenot (2002) denomina esses modos de *regimes de justificação*, isto é, maneiras particulares com que se coordenam agentes e seus valores para que algo seja validado e feito. Um bairro deve ser como, para quem, quem deve construí-lo, arcar – financeira e simbolicamente – com seus custos e benefícios?

Justificar certos contornos que se quer para mundos em disputa envolve, além do mais, *esforços de coordenação*. Para que o Noroeste tenha colado em seu selo de venda a marca da ecologia, que foi preciso fazer e o que é necessário, de agora em diante, mobilizar para que isso não se perca? Para que o padrão de construção seja X e não Y, quem e o que é preciso acionar? Como garantir que alguns grupos de pessoas ocupem de modo “legítimo” o espaço do bairro?

Processos de legitimação têm a ver, portanto, com os arranjos valorativos estabelecidos em relação ao Setor Noroeste. Quando digo legítimo, falo especificamente de valores que alcançam patamares pouco contestados. Como antropólogo, considero legítima a ocupação indígena do Santuário dos Pajés e a construção do Noroeste como uma possibilidade de afronta a essa legitimidade. Agora, para o arcabouço legal mobilizado por construtoras, jornais locais e para os moradores em geral tal visão é frouxa. Quem comprou um imóvel, parcelou-o e investiu grandes recursos é quem pode ocupar aquela

de resolução de problemas e de espacialização das práticas que estão em jogo moldam o ambiente urbano (tradução minha).

área. De modo sintético, a noção está relacionada ao argumento de Gramsci (1980): hegemônico é aquilo que é mais aceito; aquilo que dificilmente é abalado pelas poucas críticas que pretendam invalidar essa aceitação.

Esses processos, contudo, nunca terminam. Daí a relevância de compreender o Setor Noroeste como um ambiente de intervenção. Não há garantias sociológicas, políticas e morais de que o bairro vá ser como é hoje e de que quem tem a voz mais ouvida agora terá daqui para frente. Considerados os capitais, os recursos e os acessos privilegiados que têm os moradores e as moradores do bairro, ainda assim aquele ambiente não é plenamente capturável (Patriota de Moura, 2013), seja pela lógica de estado, por empreendedores imobiliários, por servidores públicos ou por quaisquer outras composições que envolvam todos esses agentes, valores e classes.

*

Esta dissertação é composta de três partes. Ao todo, além da introdução, deste capítulo metodológico e da conclusão, dividi meu argumento em oito capítulos: três na primeira parte, três na segunda e dois na terceira e última.

Na primeira me dedico à rotina do bairro e às escolhas que guiaram o processo de mudança dos moradores para a região. Na segunda, trago o ambiente de disputas de agentes interessados Setor Noroeste. Dos moradores como protagonistas em um primeiro momento, surgem outros e outras a compor o cenário, com propósitos ora em conflito ora em consonância. Chegando à última parte, com um quadro amplo do que e de como se disputam espaços e tempos do Noroeste, proponho uma discussão de fundo teórico, procurando, na medida de minhas considerações etnográficas, tecer algumas proposições para Brasília e para o Distrito Federal de forma mais ampla.

Ao longo de todo o texto, faço uso de asteriscos (*) para criar pausas dentro dos capítulos. O objetivo desse recurso tipográfico é firmar uma separação entre textos, que, embora sob a mesma temática, têm outros contornos e focos. De modo secundário, esses pontos criam zonas de respiração, para que a leitura seja tanto mais fluida quanto proveitosa.

Fotos e imagens²⁰ constituem, com o mesmo peso do texto verbal, o argumento apresentado. Integram o fio condutor da narrativa textual e formam com ela um todo coerente.

Por último, no caso de citações em inglês, mantenha a versão original no corpo do texto, colocando a tradução em notas de rodapé. Necessário dizer que as notas, além das traduções, contém referências adicionais, considerações conceituais ou alguns contrapontos em relação a afirmações feitas na própria página. Não podem, portanto, ser ignoradas de antemão, como se não constituíssem o texto em si.

Dito isso, sigamos.

²⁰ A distinção aqui é em relação à autoria do material. Quando menciono *fotos*, falo de produção própria em parceria com Lucas Gesser. Quando trabalho com *imagens*, trata-se de material compilado a partir de pesquisa bibliográfica e de ferramentas virtuais.

PARTE I

Setor Noroeste, bairro e projeto de vida

“Cerrado derrubado, obras de terraplanagem, construção de ruas. As cenas típicas da construção de Brasília no final da década de 1950 se repetem neste momento. Só mudam a região do Distrito Federal e o ritmo da obra. O setor Noroeste foi previsto pelo urbanista Lúcio Costa e se anuncia como o primeiro bairro ecológico do Brasil, com autossuficiência energética e hídrica. Mas logo surgiu a primeira polêmica, porque o bairro se localizaria sobre um aquífero. Depois veio a ação judicial de índios que moram na região há 40 anos.”

(Rodrigo Bertolloto, em reportagem para o site UOL)

“Nós vamos atrás do sonho que nos venderam.”

(Morador no Setor Noroeste, em conversa de campo)

CAPÍTULO 2

Sons entre a poeira, o barulho, o silêncio e a noite.²¹

2.1

Tempos de seca - Segunda-feira

O dia começa cedo no Setor Noroeste. Para alguns mais, para outros menos.

No auge da seca brasiliense, entre julho e setembro, é começo de semana, logo, recomeço de jornada. Bem ao longe, ouve-se, da EPIA²² (ver Imagem 2), burburinho constante de carros.

Às cinco da manhã (Fotos 1 e 2²³), lado a lado desse som uma ou outra pessoa começa a chegar ao bairro. Frise-se: chegando. Os primeiros a dar ritmo ao Noroeste não têm apartamentos, coberturas ou comércios na região. São os operários, vindos de Águas Lindas de Goiás, Taguatinga, Ceilândia, Valparaíso, Planaltina, Unaí, que chegam ao trabalho antes mesmo do sol cumprimentar os que ali moram. Digo aqueles, valendo-me do uso masculino da língua, porque o dia no bairro também é marcado por algumas divisões de gênero.

No espaço de uma hora, das cinco às seis da manhã (Foto 3), o ritmo é bem mais intenso, embora quem dê o tom ainda continuam sendo os operários, acompanhados agora de empregadas domésticas, diaristas, babás e funcionárias das lojas. Se pouco antes se viam carros com uma ou duas pessoas, agora estão cheios, com mulheres e homens que se juntam nas regiões periféricas do DF e nas cidades do Entorno para vir juntos ao trabalho. A EPIA emite ainda mais sinais de vida e passa a integrar permanentemente a sonoridade do bairro. Ocorre o mesmo com a W7 Norte, principal via de acesso ao

21 Para construir essa seção, inspirei-me em Jane Jacobs e sua clássica obra *The Death and Life of Great American Cities* (1961), na qual a autora narra o cotidiano de um bairro de Nova Iorque se valendo de analogias com o balé.

22 A Estrada Parque Indústria e Abastecimento (EPIA), ou DF-003, é uma das principais estradas rodoviárias do Distrito Federal. Por atravessar o território distrital, ligando o DF ao Norte, ao Nordeste e ao Sudeste, seu tráfego é intenso e marcado não só por carros, como também por caminhões e carretas.

23 Todas as fotografias foram tiradas (2015) por mim com a colaboração de Lucas Ferreira Gesser. Sempre que a legenda mencionar *foto*, trata-se dessa parceria. A sua técnica e ao seu olhar atento, devo boa parte da qualidade das fotografias.

Noroeste, encravada entre os terrenos onde estão os apartamentos e o Parque Burle Marx.

Foto 1- Trabalhadores chegam ao Setor Noroeste. São cinco da manhã e o sol ainda não saiu no tempo da seca

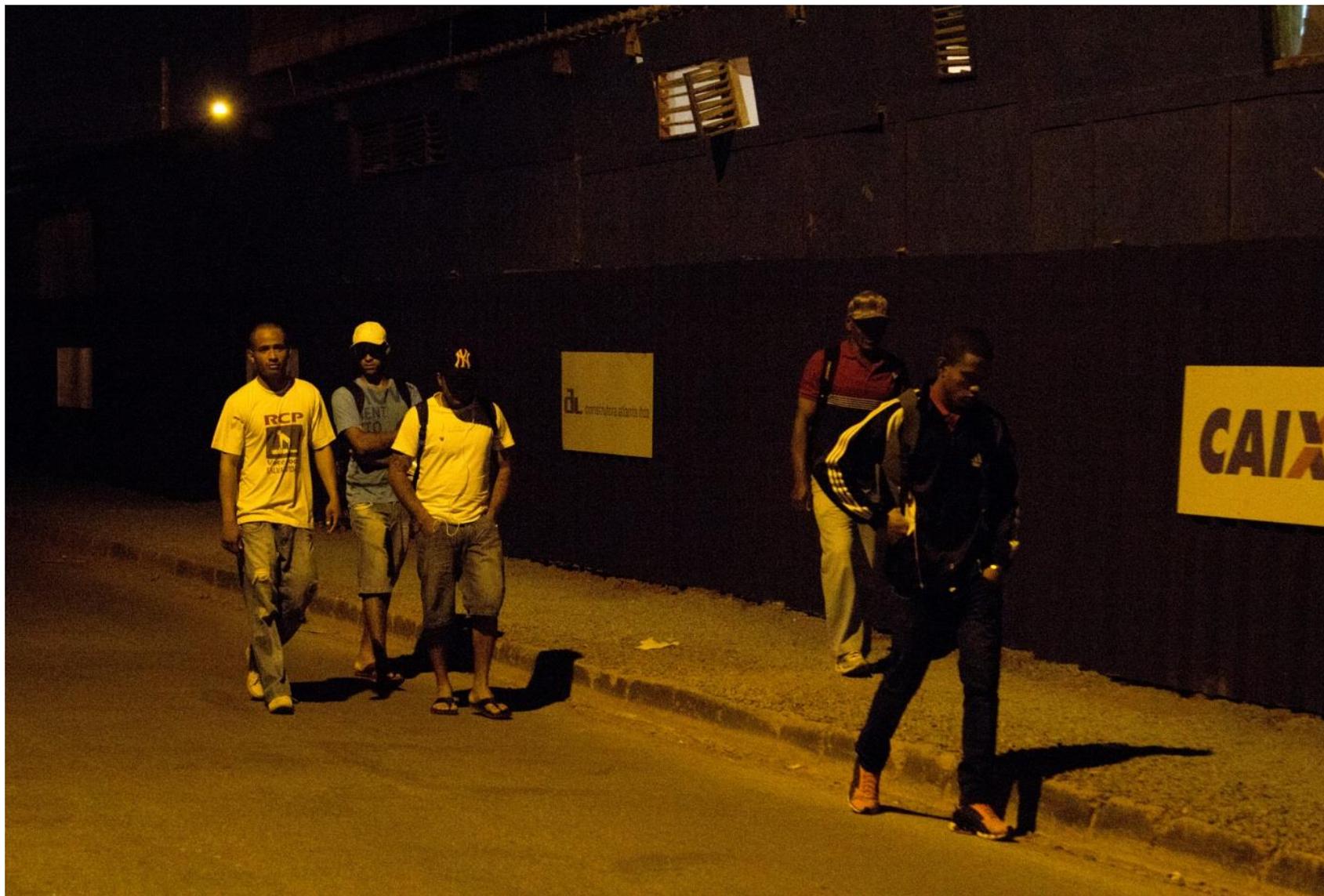


Foto 2 – Trabalhadoras também começam a chegar por volta das cinco horas. A divisão de gênero no trabalho é marcante

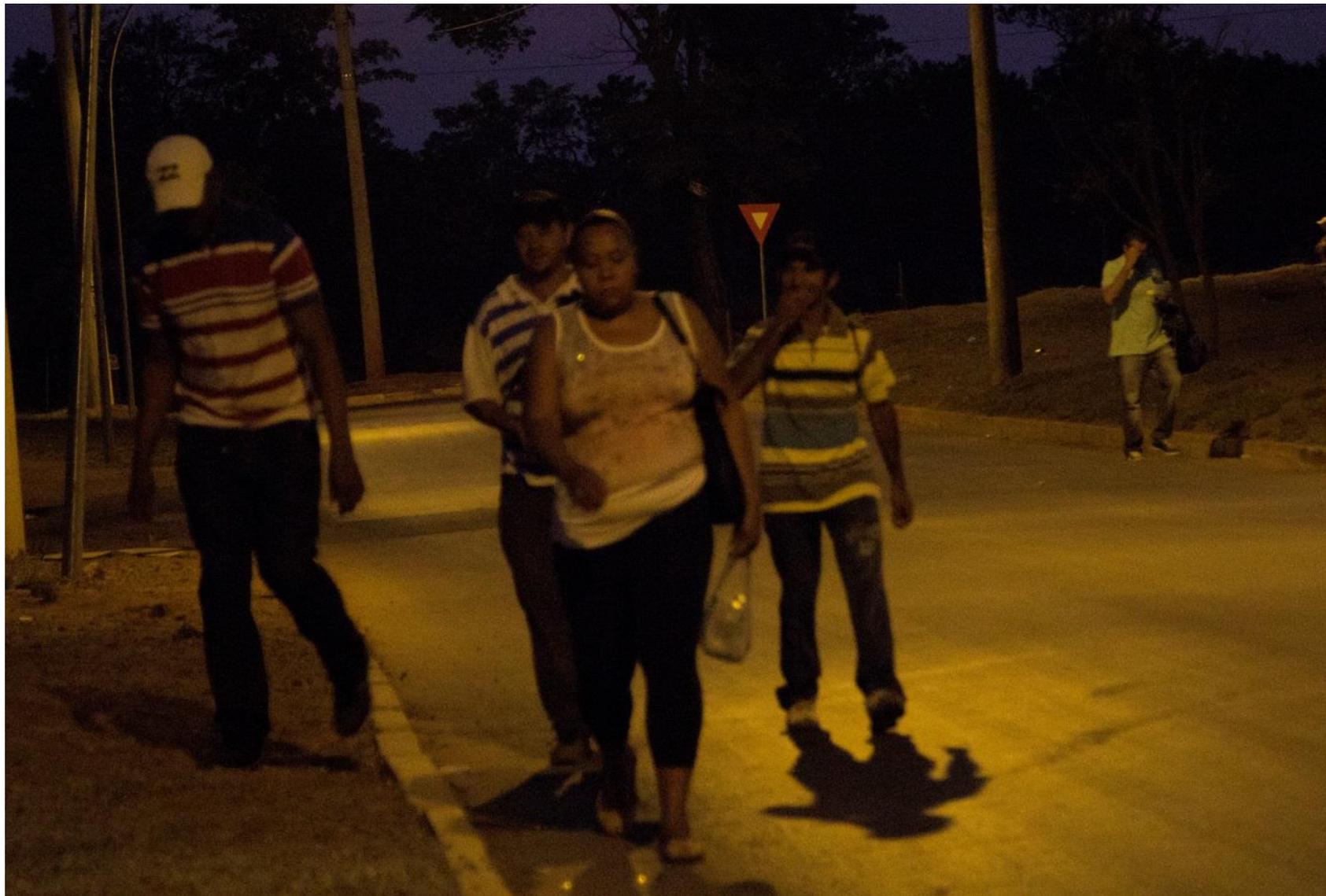
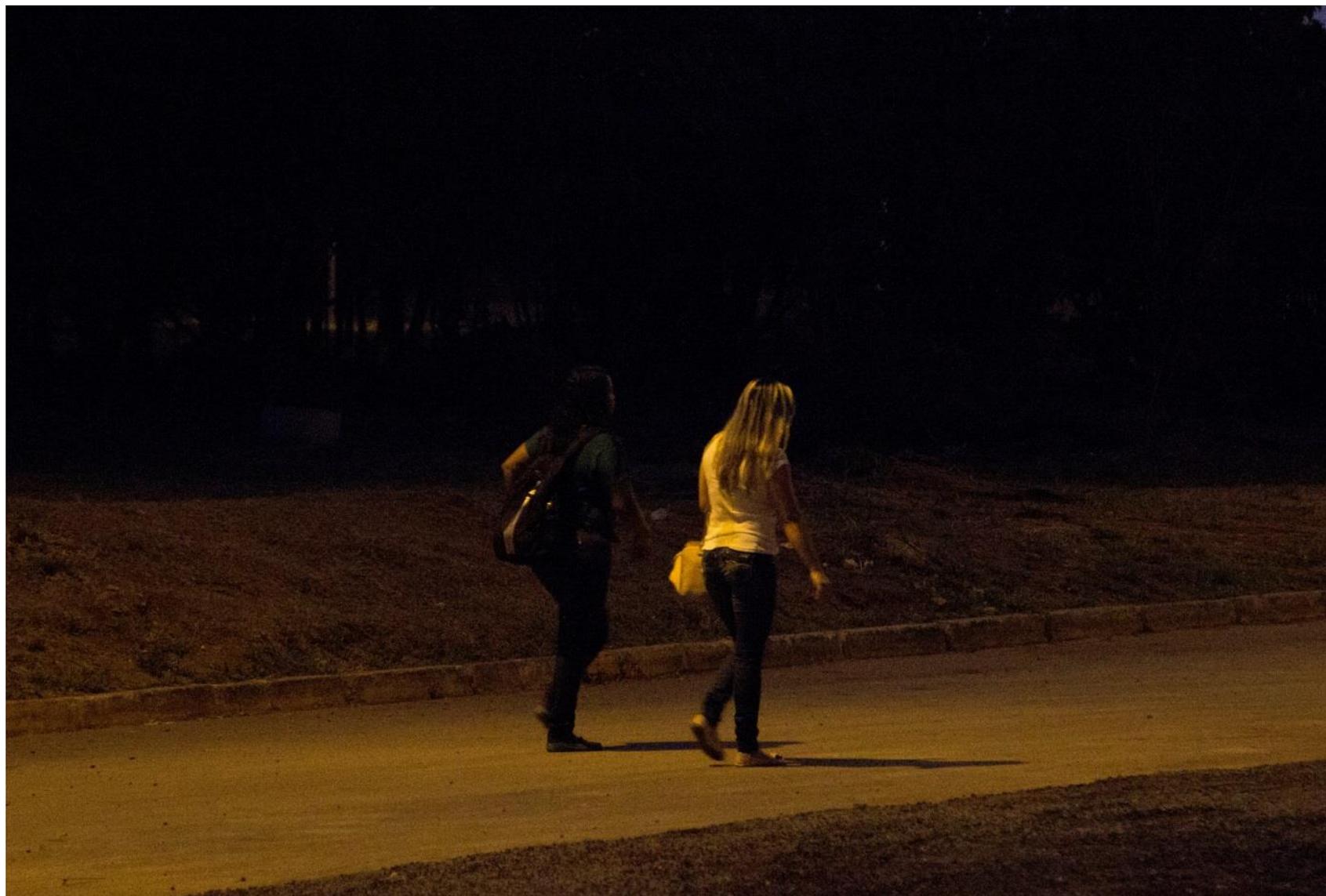


Foto 3- Trabalhadoras passam a chegar com mais intensidade a partir das seis da manhã. São diaristas, babás, cuidadoras e empregadas domésticas que começam o quanto antes suas jornadas de trabalho



Às seis da manhã, pode-se dizer que o despertador do Setor Noroeste tocou. Os operários que chegaram há um bom tempo estão uniformizados. Ganham a companhia de mais e mais companheiros de trabalho, que passam a chegar em volume impressionante. Aos carros e às caronas, somam-se agora alguns ônibus fretados das construtoras com obras ali. Se as ruas do Noroeste tinham quase sentido único, de chegada, passam a carregar também vias de fluxo contrário.

Passado o início da manhã e agora com o sol iluminando o Distrito Federal (Foto 4), os portões das garagens dos blocos começam a se movimentar. Nas janelas dos prédios, as luzes começam a se acender. É o horário em que adolescentes e crianças estão indo à escola. O banco do motorista é ocupado pelo pai ou pela mãe; ambos vão mais ou menos à mesma hora para o trabalho e, no geral, somente um deles é responsável por levar o filho ou a filha para os colégios particulares do Plano Piloto. Necessário dizer que, no mais das vezes, é a mãe, já maquiada, vestida com roupas sociais, óculos escuros (por que não dizê-lo: uniformizada), aquela que sai um pouco antes para fazer esse trajeto um pouco mais longo, marcado pelo seu itinerário e pelo dos filhos.

Às sete da manhã, os barulhos não são apenas de automóveis, portões e vozes. As obras iniciam oficialmente seus trabalhos e daí em diante param definitivamente apenas no fim do dia. Aqui e ali pipocam sons de picaretas, betoneiras, elevadores, baldes, marteladas, conversas e mais conversas. A EPIA e a W7 (Foto 5), nesse momento, não aliviam em um minuto seu movimento; carros, motos, ônibus, caminhões, bicicletas e pedestres, em especial na via paralela ao Setor Noroeste, participam ritmicamente do bairro e contribuem para a mistura eclética e por vezes caótica de ruídos que vêm de todos os lados. De todos mesmo.

Foto 4 – O Distrito Federal já está iluminado pelo sol. São sete da manhã. O Setor Noroeste emana calor

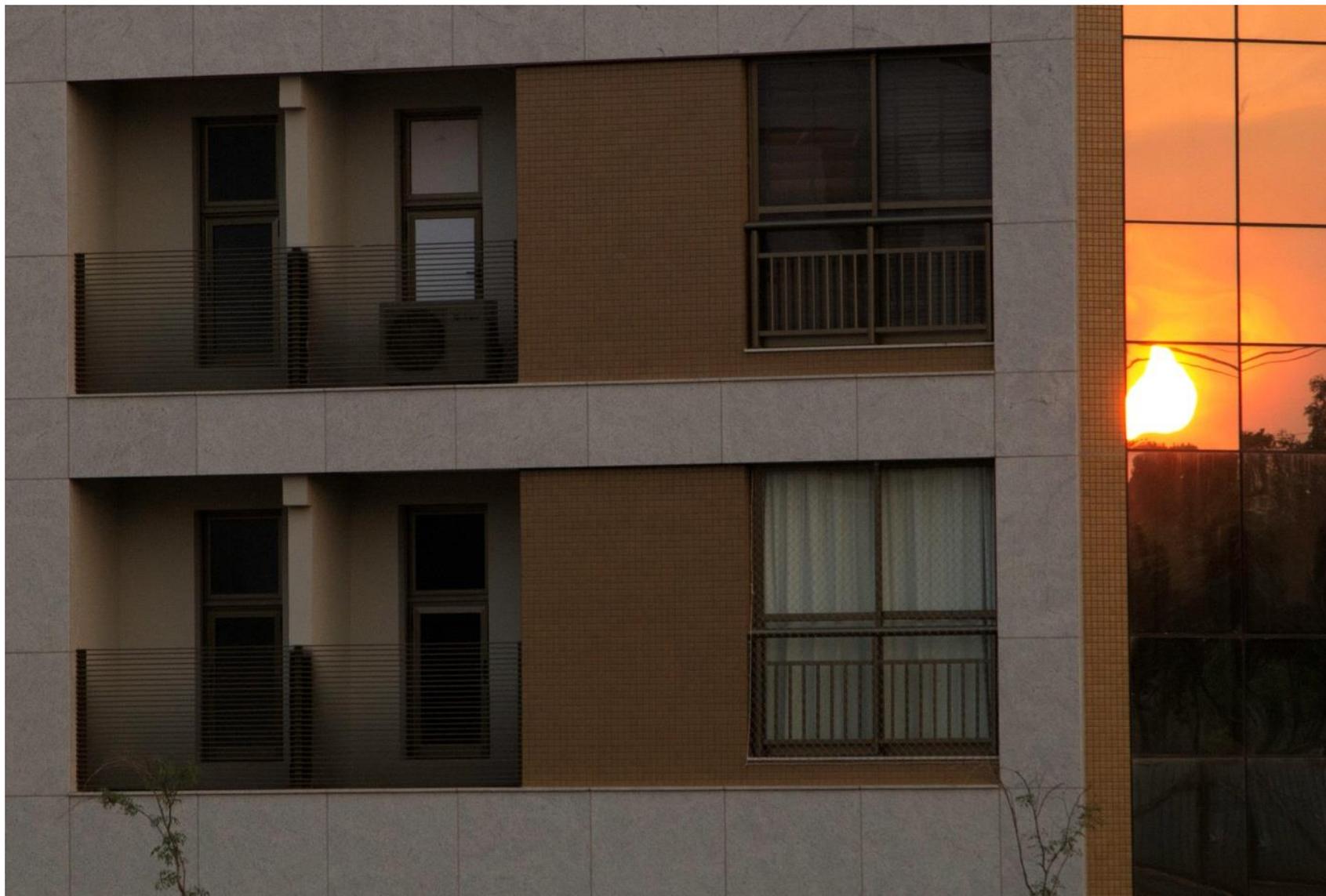


Foto 5 – A W7 Norte logo pela manhã. Idas e vindas e barulhos se juntam à poeira nos tempos de seca



Entre seis e oito da manhã, pode-se daí cogitar que o Setor Noroeste é exemplo clássico das contradições de classes (Fotos 6 e 7). Operários chegam às obras e domésticas aos lares de seus patrões; esses e essas estão saindo de vez de seus apartamentos, prontos para mais um dia de trabalho como funcionários públicos, privados, gerentes, empreendedores e estudantes. As ruas do bairro sintetizam essa lógica (dialética, quem sabe) por meio de seus fluxos; quem vai e quem vem pertence a mundos diferentes, cujos campos de possibilidades são diversos, em larga medida antagônicos, quase intransponíveis.

Nesse processo, matizado pelo amanhecer e pela opulência dos raios do sol, permeado pelo aumento vertiginoso dos sons, inicia-se o dia de trabalho (Foto 8). Grande parte dos que ali moram não ouvem nem sentem os momentos da construção; os que para ali vão participam integralmente dessa rotina, saindo dela somente quando o sol já não aparece mais e a seca arrefece um pouco.

Todos e todas tendo batido seus pontos em seus respectivos postos de serviço, o dia segue. Veem-se os e as jovens saindo com seus carros: vão aos cursinhos, às faculdades e às universidades. Seus carros são pouco menos possantes que o dos pais, embora à menor potência do motor se agreguem músicas mais altas e acelerações mais brutais. Algumas pessoas, em geral de folga, de férias, outras mais velhas, descem de seus apartamentos para a compra do pão, do café, do leite (Foto 9). Na padaria (no singular), surgem alguns grupos de executivos com seus ternos bem alinhados para conversar casualmente sobre negócios.

Foto 6 – Moradores e operários dividem as ruas do bairro. A história se repete, primeiro como tragédia...

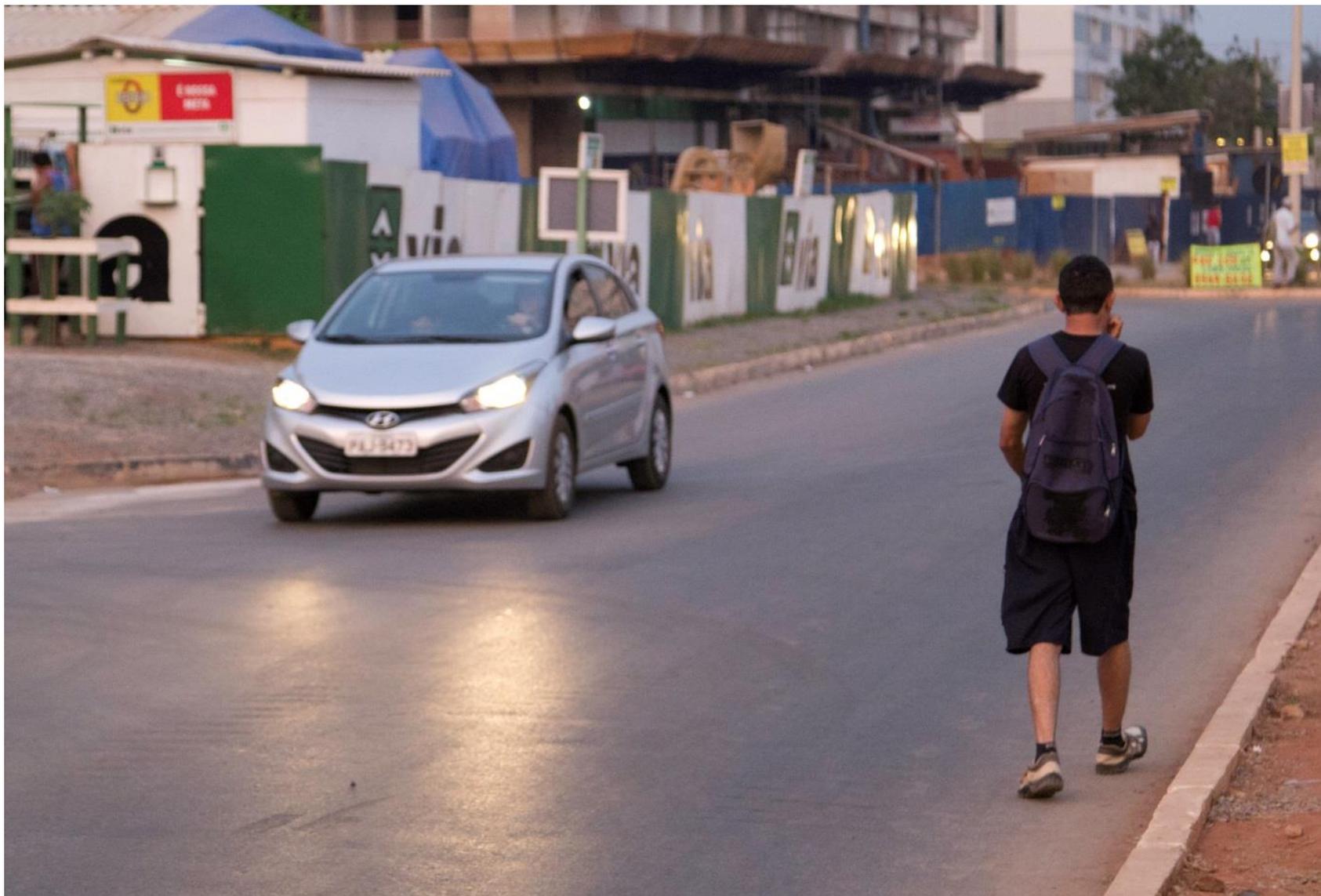


Foto 7 – ...depois como farsa. De um lado, SUVs e carros potentes; bem próximos, operários e suas mochilas



Foto 8 – As obras começam. A partir de agora horas são horas de trabalho



Foto 9 – Movimentação cotidiana na Padaria do Noroeste



Alguns minutos depois das oito da manhã, mas também depois das nove, das dez, as ruas do Noroeste se colorem com outros agentes: os cachorros (Foto 10). Não só com eles, a propósito. Apesar de serem esses os paparicados, não vão passear sozinhos. São as empregadas domésticas que os conduzem pelos pilotis dos blocos, pelas ruas em construção, em encontros caninos frequentes com outros da mesma espécie.

Fácil dizer que se antes eram carros que davam o tom aos sons que ouvi em pesquisa de campo, agora são os cães, seus latidos e suas esganiçadas. Não à toa, entre os não muitos comércios instalados no Noroeste até o momento, a maioria é de petshops, espalhados pela principal quadra comercial do bairro. É nesse período que, entre cães e condutoras, despontam as crianças e suas babás (Fotos 11, 12 e 13). É o horário, com o sol ainda não muito angustiante, em que elas andam de bicicleta, divertem-se, saem para sentir o vento na face, põem-se ao mundo fora dos apartamentos.

Para os cães, infelizmente, o Noroeste não é só deles nesse período de meio de manhã. Além das crianças, seus automóveis e brinquedos de plástico, a maioria dos corredores amadores do bairro (Foto 14) prefere esse turno do dia para praticar atividades físicas. Correm ou na via paralela à W7 Norte, construída ainda de modo provisório para facilitar as caminhadas e corridas de seus moradores, ou mesmo nas ruas do bairro, junto aos pilotis. Apesar de estarem em seus próprios mundos, auxiliados por seus fones de ouvidos que permitem uma trilha sonora própria, vez ou outra são afrontados pelos latidos e têm que deslocar seus rumos em outras direções. Mais um pouco e lá vêm alguns cães novamente raivosos. Nas faces das mulheres que os trazem nas coleiras se vê certo desespero e impaciência, por não saber muito como lidar com a situação nem o que fazer para erradicá-la. Sorte delas, dos cães e dos corredores que o dia, afinal de contas, passa (Fotos 15 e 16).

Foto 10 – Alguns cachorros do bairro e suas condutoras em caminhada matinal. O percurso não é de sossego



Foto 11 – Quem manda em quem?



Foto 12 -Babás e crianças são protagonistas na manhã do bairro. Seus patrões, seus pais e suas mães estão, em geral, em trabalho fora do Noroeste



Foto 13 – Umas pedalam, outras carregam



Foto 14- Uns trabalham, outros correm. O barulho ou, melhor, os barulhos não cessam



Foto 15 – O dia passa e a rotina de labuta segue em frente...



Foto 16 – Com todas as faixas salariais movimentado suas ferramentas em torno de seus objetivos



Se há pouco disse que o barulho no Setor Noroeste vem de todos os lados, às dez da manhã é que isso começa a ficar mais evidente. Instalada no Burle Marx está, afinal, uma pista da Associação dos Pilotos de Ultraleve de Brasília (APUB); o movimento nela começa por volta desse horário. Entre aviões que sobem e descem (Foto 17), passam poucos minutos, não mais que dez, não menos que cinco. As obras e as picaretas (que, a propósito, estão sempre presentes) ficam agora acompanhadas de motores; embora pouco potentes quando ouvidos lá no alto, seu ruído é mais outro a compor como instrumento a orquestra sonora do bairro.

Nessa segunda-feira típica de seca no Setor Noroeste, após o ápice sonoro da manhã, há também, digamos, um interlúdio. Pouco depois das onze da manhã, o ritmo do bairro deixa de ser alucinante. É o horário de almoço (Fotos 18 e 19); nas obras só se ouvem algumas risadas e nas ruas há quase ninguém. A W7 se constitui como (breve) exceção (Foto 20) por carregar o movimento dos moradores e das moradoras que chegam para o almoço. O fluxo, no entanto, é rápido e, antes mesmo que se possa refletir sobre o movimento automotivo, ele já cessou.

Até uma da tarde para algumas, as duas para outros, o Setor Noroeste tem poucas atividades fora das moradias e dos trabalhos. Em meio aos barulhos matutinos e aos vespertinos se destaca, pelo contraponto, esse clarão musical, complementado pelo fato do sol atingir seu pico ao meio-dia.

Foto 17 –Ultraleves começam, a partir das dez da manhã, a povoar o céu do Setor Noroeste

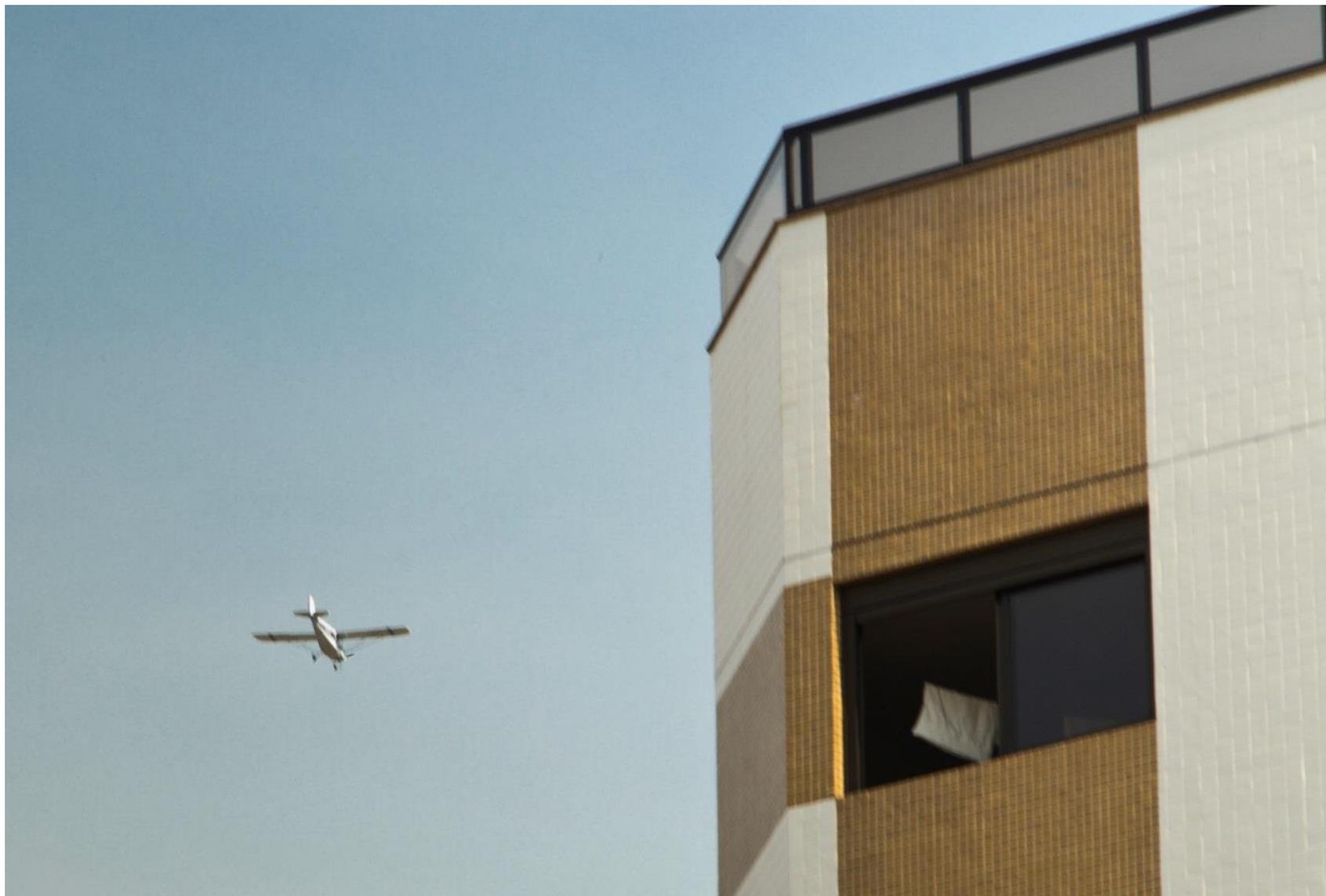


Foto 18 – Operários em pausa para o almoço. Tão mais rápida é a refeição, tão menor é o tempo de espera para o dominó, o baralho ou a conversa jogada fora



Foto 19 – Garis se refrescam o quanto podem. A seca não alivia para ninguém, em especial para os que não têm um teto no Setor Noroeste



Foto 20 – É horário de almoço na W7 Norte. Após um pequeno aumento do movimento, antes do tilintar de facas e garfos, a via fica em silêncio



*

Às 13 horas, os prédios voltam a ser erguidos como que num rompante. Se pouco antes se ouvia quase o silêncio no bairro, “do nada” elas estão a todo vapor. Fortalecidos pela comida do almoço e pela diversão com os amigos de obras (após se alimentarem, pedreiros, eletricitas e marceneiros se juntam para jogar baralho ou dominó – Doyle, 2013), a intensidade do trabalho é agora maior do que em relação à manhã. De agora em diante, as obras não têm nenhum intervalo para descanso oficial, já no fim do dia.

Uma hora depois do reinício do trabalho da construção civil, voltam a seus postos os moradores do Setor Noroeste, esses que chegaram recentemente ao bairro. Repetem, em maior ou menor medida, o movimento que fizeram logo cedo, saindo de suas garagens com os vidros já fechados, os óculos de sol postos sobre os olhos ou acima da cabeça e o ar-condicionado do veículo em potência máxima. Na seca, sob o sol escaldante, com a poeira podendo incomodar a gregos e a troianos, impossível não dizer que estar num carro possibilita conforto e destino bem melhor em relação aos que não o possuem.

A partir das 14 horas, a população diurna do Setor Noroeste começa a sair da região. O fluxo de ônibus e carros aumenta novamente, embora não se assemelhe nem um pouco em ritmo ao matutino. Terminaram as diárias de faxina, algumas crianças já estão acompanhadas de seus irmãos adolescentes ou foram para creches próximas; os animais estão bem alimentados ou foram para os petshops receber os cuidados a que estão acostumados. Abre-se, então, margem para que essas mulheres possam voltar aos seus lares, para, na maioria das vezes, cumprirem rotina similar a qual cumpriram em seus trabalhos (lavar, passar, esfregar, enxugar, por assim dizer).

Até às 17 horas, o movimento continua relativamente homogêneo no Noroeste. Martelos e serrotes prosseguem suas escalas de trabalho sem aumentos ou diminuições de ritmo. Com exceção das funcionárias que estão voltando para suas casas e dos trabalhadores terceirizados que trabalham nos blocos, poucas são as vozes ouvidas. No alto, os aviões ultraleves seguem seus trajetos de subida e descida, mantendo o zunido constante de seus motores na atmosfera da região.

Ao fim do dia, faltando uma hora ou pouco menos para as 18 horas, o despertador do Noroeste novamente toca; é hora de ir embora para uns, hora de voltar para outros. Alguns operários vão se desfazendo de seus uniformes, enquanto outros resolvem ir embora como estão, para apressar o máximo possível a volta para casa. Os carros, antes todos estacionados e há um bom tempo parados, ganham vida e tomam as ruas, no que voltamos à dialética automotiva do começo do dia. Mulheres e homens começam a retornar de seus serviços, com seus filhos e filhas no banco do passageiro. Se antes saíam do bairro enquanto os operários e funcionários entravam, a relação agora é a oposta.

Tendo chegado a seus apartamentos, já sem o barulho das obras e dos ultraleves (que param seus voos mais ou menos às 18 horas), os moradores do Setor Noroeste não tem rotina nada diferente da que se encontra no Plano Piloto ou em outras regiões de Brasília, em especial aquelas em que moram as camadas médias. Ligam seus televisores, algum aparelho musical, trocam-se e descem de seus apartamentos: para brincar com os filhos no playground, correr enquanto o sol se despede, ir à padaria encontrar algum conhecido ou mesmo somente comprar unidades de pão, passear com seus cães, agora mais silenciosos e menos rebeldes do que durante a manhã. É como se agora, ao fim do dia, as cordas dos instrumentos que compõem orquestralmente o bairro estivessem todas distensionadas, à espera da noite.

*

Noroeste: 19 horas. Noite. E noite significa, sobretudo, silêncio. Passear pelas ruas do bairro a partir desse horário é passear com os próprios barulhos dos pés e daqueles que povoam nossas mentes.

A EPIA quase não emite sons e a W7 só vira e mexe vê um carro em suas pistas, de pessoas que chegam a suas casas ou a utilizam para cortar caminho para chegar mais rápido aos seus destinos (como o bairro tangencia a Asa Norte, atravessá-lo é acessar mais facilmente áreas outras da região sem ter que se passar por semáforos, radares e, principalmente, limites máximos de velocidade, os quais até o momento não existem na W7).

As luzes dos apartamentos estão quase todas acesas, mais de uma para cada um; os filhos estão em seus quartos, ainda mais se já adolescentes ou jovens. Um ou outro veículo passa pelas ruas dali, sem incomodar a quase ninguém. Do início da manhã (com sons vindos de todos os lados, gritos, motores, pancadas) à noite (com ruídos mais de grilos e ventos leves) o Setor Noroeste se transforma quase que do avesso. De um show multi-instrumental, com pirotecnia e todos os acessórios a que se tem direito em um concerto musical gigante, o bairro passa a ser análogo a uma apresentação à capela ou mesmo a uma serenata, feita em cenário bucólico e com luzes apenas a cortar a escuridão, sem realmente abalá-la.

O dia termina no Setor Noroeste. Para todos e para todas agora.

2.2

Tempos de seca - Domingo

Na semana toda não houve um dia de chuva no Setor Noroeste. Para o Distrito Federal e a região do Entorno, o mesmo. Não é diferente no domingo em tempos de seca. Todos já sabem que, sendo julho, agosto, junho ou maio, não há possibilidade real de que caiam gotas refrescantes no chão um tanto quanto poeirento do bairro. Com exceção desse pequeno detalhe pluviométrico, no entanto, todo o resto é diferente, assim como em boa parte da cidade e do Distrito Federal.

No domingo, o despertador muda seus padrões aqui (Fotos 21 e 22). Quase não há construções de prédios residenciais e comerciais. As empregadas domésticas e babás estão em seus dias de folga. Todo o aparato que envolve o ritmo de subida do bairro não é operante nesse dia; às cinco da manhã não há nada além do silêncio e uma ou outra luz acesa: de insones que estão talvez em frente a suas geladeiras ou sentados no sofá; de jovens universitários que acabaram de chegar de alguma festa e precisam se recuperar com açúcar, banho e sono; de pais e mães que estão esquentando mamadeiras para seus pequenos filhos. O dia em si também não começou para elas; vivem apenas um intervalo em seus descansos.

Às seis da manhã, algumas pessoas, as moradoras do bairro, levantaram-se. Logo mais estão nas ruas correndo e caminhando. Algumas tomam seus carros e vão para parques

próximos, como o Olhos d'Água, na Asa Norte, ou o Parque da Cidade, na Asa Sul ou para o Eixo Rodoviário, o Eixão, fechado aos domingos para práticas de lazer. O domingo é exceção aí também; em meio à rotina atribulada do trabalho, o dia em que não se dedica exclusivamente a isso é o dia em que se pode praticar atividades físicas, usar com mais dedicação a academia do prédio, enfim, em que se pode exercitar o corpo de forma mais detida. Até às nove da manhã, vê-se uma ou outra pessoa nesse movimento ginástico. São poucos os cachorros que podem incomodá-las, aliás, o que livra esse processo dos seus encontros conflituosos. A propósito, tanto quanto aos seus donos, o dia de domingo para os cães é um pouco diferente: parecem mais preguiçosos, não se incomodam tanto com as pessoas que passam perto deles, não latem com tanta frequência.

Às nove da manhã, a população adulta do bairro quase toda está acordada. Não que isso seja perceptível pelo movimento fora dos blocos; antes, são os sons que vêm dos apartamentos, de aparelhos eletrodomésticos, de músicas, de conversas entre familiares, que permitem identificar isso. As ruas continuam como estiveram desde o começo da manhã; poucas pessoas, poucos carros, poucos sons.

Os encontros fortuitos são em geral aqueles que se dão próximo à padaria, quando se comenta sobre alguma coisa relacionada à política nacional (“E essa Dilma²⁴, vai ou não vai?”; “E esse Rollemberg²⁵, hein?”) ou ao dia-dia (“E o filhão, como vai? Esses dias vi ele, tá crescido demais”; “E a esposa, como está?”; “Domingo é preguiça, rapaz!”). As pessoas estão operando em diferentes registros, sem que isso cause qualquer ruído em suas comunicações.

Pouco antes das dez da manhã, começa um evento central para uma parte significativa do Setor Noroeste. Todo domingo, nesse horário, começam os preparativos para a celebração de uma missa, coordenada por religiosos da paróquia responsável pela evangelização do bairro (São Francisco de Assis, localizada na 915 norte). Ao longo da semana, os próprios moradores, via Whatsapp, organizam-se para que tudo dê o mais

24 Dilma Rousseff (PT/RS) se reelegeu presidenta do Brasil em outubro de 2014. Iniciado em janeiro de 2015, seu segundo mandato esteve durante todo o período do trabalho de campo questionado pela oposição e por partidos da base aliado.

25 Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) foi eleito governador do DF em 2014. Seu mandato vai até o fim de 2018.

certo possível no domingo. Cadeiras de plástico são reservadas, um bloco específico é definido e algumas pessoas são selecionadas para montarem o cenário próprio da missa.

Foto 21 – Domingo é dia de descanso para os moradores e as moradores do Noroeste



Foto 22 – Embora seja um dia diferente para o bairro, a seca não escolhe dia para arrefecer



Entre 11 e 14 horas as famílias estão juntas em suas cozinhas ou em suas salas para o almoço. Garfos, facas e colheres compõem o horário, acompanhados de conversas mais animadas, garrafas gaseificadas se abrindo e rolhas sendo estouradas. Fora dos apartamentos, a W7 Norte não é percorrida por quase nenhum carro; sua parceira rodoviária, a EPIA, faz um som bem menos orquestrado que o dos dias de semana.

Depois do almoço, as famílias seguem para seus domingos próprios. Pais e mães vão dormir em seus quartos, recuperando a energia que dedicaram aos seus trabalhos de segunda à sexta. Os filhos e as filhas vão para os quartos, para as TVs, para seus celulares.

Acompanhados de suas tecnologias, conectam-se além do Setor Noroeste e logo mais nem no bairro estão, por conta de programações firmadas com seus amigos e namorados. Não há ruídos constantes, não há volumes que se misturam; o bairro é quase do silêncio, ao menos de onde posso escutá-lo, além das janelas dos apartamentos e entre os pilotis.

O Setor Noroeste, no domingo, é aquele dos folhetos publicitários, dos comerciais de margarina, dos *sonhos que foram comprados* por essas pessoas. Sem os barulhos de obras e sem o fluxo incessante de automóveis, o dia segue sem percalços sonoros (Foto 23). Até os ultraleves, nos outros dias tão presentes, dão uma folga e diminuem seu ritmo; são poucos ao longo da manhã e da tarde que se aventuram pelos ares, sem que haja qualquer intervalo temporal padronizado em seus pousos e decolagens.

Pode-se dizer que a rotina sonora é somente quebrada por volta das 16 horas, quando começam a ser exibidas as partidas de futebol nacional. Se há um jogo do Flamengo sendo exibido para o Distrito Federal, então, a linearidade do domingo é ainda mais posta de lado no momento. Se o time carioca enfrenta outro conterrâneo, como Vasco, Fluminense e Botafogo, os ânimos se atizam mais, incluindo-se aí também os dos torcedores adversários, presentes em menor número.

Das 16 às 18 horas, um pouco mais a depender do resultado da partida, o Setor Noroeste ganha o colorido futebolístico e os sons dos times para os quais se torce. Não que se transforme em orquestra voltada ao futebol e somente gire em torno disso; ainda assim, uma vez que não há barulhos outros que envolvam o bairro e que não há pessoas nas

ruas, os gritos, mesmo quando poucos, marcam presença intensa na melodia do domingo.

Às 18 horas, o sol começa a se despedir. Com a ida dele, o bairro e seus moradores começam a se preparar para o começo da semana. A chegada da noite representa esse momento por meio do silêncio quase sepulcral que (não) pode ser ouvido dos apartamentos. As luzes estão acesas (Foto 24), mas prontas para serem apagadas tão logo termine o jantar e as televisões sejam desligadas. Logo mais estarão todos desconectados, com todos, incluindo adolescentes, jovens e bebês, em suas camas, à espera da segunda-feira.

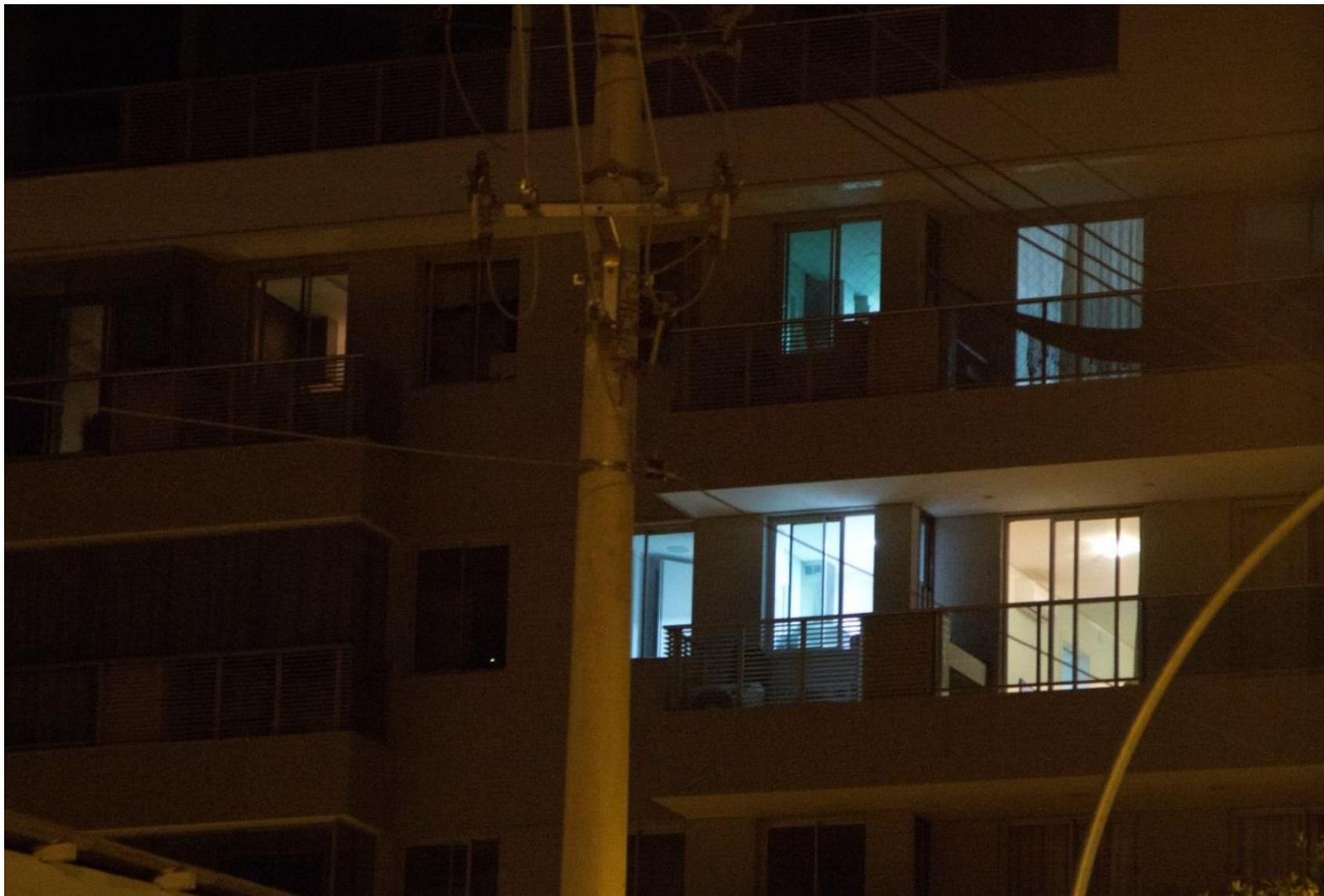
No auge da seca brasiliense, entre julho e setembro, em breve é começo de semana, logo, recomeço de jornada.

O dia vai começar cedo no Setor Noroeste. Para alguns mais, para outros menos.

Foto 23 – Não há, no geral, obras aos domingos. Não há operários, diaristas e movimentos incessantes



Foto 24 – Luzes acesas, prontas para serem apagadas. Uma nova semana está próxima de se iniciar...



CAPÍTULO 3

Um bairro em planejamento

Filiando-me aqui a Gregory Bateson, ponto que todo e qualquer retrato sobre o Setor Noroeste é um retrato compósito (2006). Compósito porque feito a partir de mediações (incluindo a que faço nesse texto) e a partir de composições teóricas das mais diversas. Não há um bairro, uma vila, uma festa, uma cidade totalmente objetivos a não ser na medida em que interferem objetivamente na vida das pessoas e por elas são agenciados. Não há, simetricamente, bairro totalmente subjetivado, no qual não importam como são construídas suas edificações, de que material são feitas, como são os traçados de suas ruas, o tamanho de suas construções, o trânsito, a luminosidade e os barulhos que os constituem.

Se há algo que pode ser dito inicialmente da descrição etnográfica de um bairro como o Setor Noroeste é que se trata de um retrato compósito de composições (Patriota de Moura, 2012). Com isso, quero dizer que, assim como são possíveis registros de diferentes envergaduras, em que a presidenta Dilma e o filho de um morador estão separados por segundos de diferença, também se constitui o Setor Noroeste a partir desses fluxos, dessas composições variadas. O macro e o micro convivem, senão harmonicamente, ao longo de uma mesma trajetória, penetrando a vida de cada um e dos grupos dos quais fazem parte essas pessoas. Dito isso, é hora de dar um passo à frente.

Entre esses muitos retratos, meu ponto nessa seção é com o mais nitidamente histórico, no qual estão imbuídas as portas de entrada que permitiram ao Setor se edificar. Se o primeiro bloco foi entregue em 2012 e os primeiros equipamentos de construção foram postos somente em 2009 na região, a “origem”, ou antes, os antecedentes que são reivindicados como suportes da construção do Noroeste, remontam a décadas. Aos anos 80, mais precisamente.

Em 1987, o arquiteto Lúcio Costa, um dos idealizadores/ideólogos da capital federal, publicou o documento *Brasília Revisitada*, o qual se tornou, ao longo do tempo, peça argumentativa central para o território distrital e ponto de passagem (Latour, 2000, 2012) obrigatório em discussões acerca da cidade, sejam quem sejam os agentes em disputa e as cores ideológicas que propõem para suas rusgas. Longe de desconsiderar a

possível genialidade *per se* do documento, prefiro aqui a visão²⁶ segundo a qual a relevância de seu conteúdo foi formada com o passar dos anos, considerando-se aí a própria atuação do arquiteto-escritor para legitimar seus argumentos e os diversos usos e reusos feitos deles por urbanistas, arquitetos, políticos, sociólogos, economistas, jornalistas, etc.

No documento (Anexo 1), Lúcio Costa propõe como objetivo primordial revisitar o projeto original da capital modernista. Retoma os pilares do planejamento do modernismo arquitetônico e elenca propostas que visam: (a) manter o traçado original de Brasília, preservando as características que tornam a capital o que é no cenário internacional e; (b) a qualificar o Plano Piloto e o território do Distrito Federal.

O arquiteto é novamente aqui planejador urbano, como fora ao ser o principal projetista da cidade. “A Brasília, não interessa ser metrópole”, diz Costa (1987) ao terminar seu texto, sintetizando o seu argumento central em relação ao que deve ser (segundo o autor) Brasília. Que a capital cresceu em proporção indesejada e acima do que previam alguns dos cálculos originais e que passou a segregar mais do que incluir, em oposição ao que seriam alguns dos pilares ideológicos²⁷ que permearam o processo de construção de Brasília, Lúcio Costa não procura discordar. É preciso, em contraponto a isso, estabelecer outro ritmo para a cidade, outros tempos e espaços para a sua expansão.

Costa retoma em sua peça discursiva as bases que fundamentaram a construção de Brasília. Esquadrinhando o território distrital e elencando aqueles que seriam os problemas que se avolumaram ao longo do tempo, o planejador objetiva desacelerar o crescimento (desordenado) da capital.

É preciso estancar alguns fluxos, retomar princípios e, sobretudo, conferir à cidade seu aspecto bucólico, gregário e comunitário, conforme previam os primeiros croquis da

26 Essa visão foi analisada por Merton (1948). As *self-fulfilling prophecies* (profecias autorrealizáveis) seriam aquelas em que certas crenças seriam responsáveis por conformar a realidade em total acordo com seus pressupostos. É assim, por exemplo, que para os estadunidenses brancos de então (e talvez de uma minoria considerável ainda hoje) era lógico concluir que os negros eram inferiores já que, segundo seus próprios termos, tudo o que faziam denotava tal inferioridade. Estabelece-se, com essas profecias, um círculo vicioso em que pressupostos constroem universos sociais em que todos os efeitos esperados dizem respeito tão somente a esses mesmos pressupostos. Para uma análise mais aprofundada, ver Biggs (2009).

27 Sobre os aspectos ideológicos da construção de Brasília, o retrato mais profundo é de Holston, em *A capital modernista* (1993).

cidade. Se a missão de integrar geográfica e economicamente o país foi cumprida, o momento é de dar vazão a outros desejos dos modernistas da década de 50 e 60. A comunidade brasiliense precisa ser reavivada, controlando-se o cenário de metropolização e a expansão descontrolada de seu núcleo urbano. “Um passo para trás, para dar dois à frente”, disse Lênin certa vez, no que Lúcio Costa assentiria sem franzir o rosto.

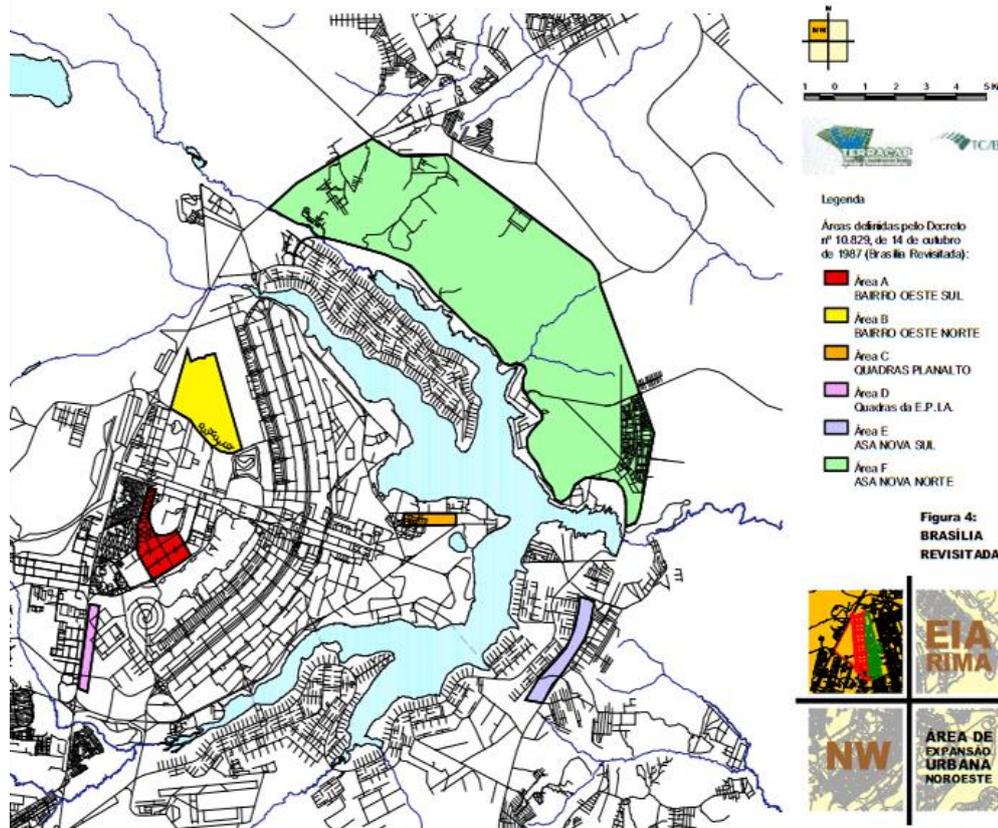
Para se ter uma ideia de alguns dos efeitos gerados com *Brasília Revisitada*, não custa lembrar que se trata do principal aporte documental dado pelo GDF para pleitear o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, concedido pela UNESCO, e conquistado para Brasília em 7 de dezembro de 1987. Não se trata de uma peça publicitária qualquer ou de um comentário desprezioso do arquiteto. Com o tempo e cada vez mais revestido de roupagem histórica e legitimadora, a defesa de Lúcio Costa se tornou elemento imprescindível para a construção do Setor Noroeste.

A construção de duas novas áreas voltadas às classes médias está entre as principais ambições de Lúcio Costa (e de outros anônimos e não anônimos naquele momento) para a capital. Com quadras econômicas e de não mais que três pavimentos, a proposta dos bairros Oeste Sul e bairro Oeste Norte teria por objetivo diminuir a pressão em torno das moradias do Plano Piloto, criando núcleos residenciais e comerciais próximos à região central da capital e possibilitando um readensamento populacional nas Asas Norte e Sul.

Na Imagem 3, ficam mais claras as proposições do arquiteto. A oeste da Asa Sul está localizado um dos bairros construídos tomando-se por base suas sugestões. Trata-se do Sudoeste, cuja construção foi iniciada há pouco mais de 20 anos e que atualmente é um espaço consolidado na rotina de Brasília. A oeste da Asa Norte está a área que seria sua face simétrica. É aí que se situa o Setor Noroeste.

A Imagem 3 é frequente entre aqueles que foram/são favoráveis à construção do Noroeste, servindo como meio de registrar a inspiração do bairro em Lúcio Costa e de demonstrar que a região há muito está para ser construída na cidade. *Brasília Revisitada* e Setor Noroeste se articulam, nessa narrativa, encravados em Brasília, na sua história e em seu futuro.

Imagem 3 - Algumas das áreas propostas por Lúcio Costa (1987). A imagem é utilizada (como indica a customização no canto inferior direito) por diversos blogs de apoiadores/as da construção do bairro²⁸.



*

Do fim dos anos 80 para cá se passaram alguns anos. Muitos sem que se falasse do Noroeste como alternativa para a urbanização na capital. Não é meu intuito aqui traçar em que momento exato (se houve) qual agente ou quais foram responsáveis por concretizá-lo enquanto região residencial e como exatamente se deu esse processo (político, social, econômico), ainda que seja essa uma via investigativa viável e instigante, porque possivelmente reveladora de quais fatos e artefatos (Latour, 1994, 2000) foram instrumentalizados para que o Noroeste despontasse como realidade.

Fato é, com o perdão do trocadilho, que nos anos 2000 o bairro voltou a ser uma possibilidade no Distrito Federal. Interessam aqui prioritariamente alguns pontos de

²⁸ Disponível em: <<http://www.politicaeconomia.com/2011/10/o-setor-noroeste-em-brasilia-os-indios.html>>. Acesso em: 22 dez. 2015.

arregimentação em torno de sua construção; meu foco é, sobretudo, em alguns dos regimes de justificação (Thevenot, 2002) postos em ação para que o Noroeste cravasse estacas no chão batido da Asa Norte. Como o Setor Noroeste se tornou essencial (tal como enxergam seus moradores e, em especial, a Amonor) para a metrópole-Brasília e para os agentes que aqui lutam pelo espaço urbano?

Em 2002, no território (Imagem 4) onde hoje estão localizados os blocos e os primeiros 8000 moradores da região, não havia um sinal sequer de construção na região. O Santuário dos Pajés pode, entretanto, ser nitidamente percebido incrustado quase no centro da área, com vegetação abundante e contornos de residências. Produzida com o Google Earth, é curioso notar que entre essa primeira imagem e a próxima disponível para acesso ao usuário comum há um intervalo de três anos (2005). A partir de 2008 é que os satélites ficam mais atizados com o bairro e passam a fotografá-lo com maior frequência, sendo as fotos quase mensais a partir de 2011 e bimensais nos últimos dois anos.

No Imagem 5, está o Noroeste de 2010, após aprovados os primeiros laudos do bairro e feitas as primeiras negociações entre construtoras, Terracap e GDF. À época, já é mote da região a ideia de um *bairro verde, ecológico e sustentável*.

Pouco acima da Asa Norte, na área que atravessa paralelamente o Noroeste, há também a região delimitada para a construção do Parque Burle Marx, projetado para ser um dos principais da capital federal e como área de valorização do cerrado e da própria *urbis* brasiliense. Um bairro ecológico, integrado à natureza (como propunham as construtoras) e ao cerrado, haveria de ter, além das tecnologias verdes que o distinguem, um parque próximo, extremamente arborizado, bem conservado e voltado não só à cidade, mas também, por que não, ao mundo.

Imagem 4 – O Setor Noroeste visto de cima (2002). A ferramenta Google Earth ainda não fotografava assiduamente a região nem mesmo se preocupava muito com a qualidade das imagens, como se vê pelo borrão à esquerda



Imagem 5 – O Setor Noroeste visto de cima (2010). Traçados de muitos dos blocos e das vias principais se avolumam



Com Lúcio Costa e aqueles que do autor se valeram, emerge a primeira justificação que dá suporte ao Setor Noroeste: a *urbanística* e, por conseguinte, todos os saberes que lhes são correlatos, ou melhor dizendo, todos os saberes-poderes que lhes criam condições para ser mais bem arregimentada. A segunda, e talvez mais preponderante, ao menos nessa fase inicial de construções de edifícios, é a *ecológica* (Foto 25). O Setor Noroeste deixa assim de ser o Sudoeste da Asa Norte, uma face paralela de mesmas características e mesmos propósitos.

Foto 25 – O bairro tem pegada ecológica, como dizem alguns de seus moradores



A força argumentativa aqui é vigorosa, como bem já alertava Lefebvre (2011) e como hoje nos diz Harvey (2012), porque envolve um capitalismo de faces humanizadas,

generoso, privado de conflito; quando se tem em mãos algo *verde*, em contato com o que tomamos como natural e próximos àquelas que seriam nossas “origens”, tem-se também algo que não necessariamente privou alguém de algo e algo de alguém. Compra-se e se consome sem que seja preciso se responsabilizar pelos efeitos gerados a partir desse processo mercantil. O Setor Noroeste não seria somente uma obra de Brasília e para Brasília. Seria muito mais do que isso; uma contribuição ao mundo, tão necessitado de obras responsáveis do ponto de vista ambiental e imobiliário.

*

Em 2011 (Imagem 6), o Setor Noroeste passa a ser contestado mais intensamente por muitas vozes. Em especial a dos indígenas, habitantes tradicionais da área e há muito instalados ali. Brayner (2013) e Crevels (2014) fizeram suas dissertações de mestrado ancorando seus trabalhos de campo na região, analisando os modos de vida indígenas e as relações estabelecidas entre os povos e a terra onde não somente moram como vivem. Santarém (2013) também analisou, ainda que indiretamente, o processo de resistência indígena no bairro. Sobre esses trabalhos falarei mais à frente, na última parte da dissertação.

O ano de 2011 foi de muitas irrupções, conflitos violentos com a política militar e com as construtoras. Aos indígenas em resistência ao avanço das obras se somaram estudantes, promotores, juízes e movimentos sociais. As obras foram embargadas algumas vezes pela via judicial. Até 2012 são bem poucas as modificações na área por conta disso. Com protestos em seus canteiros, poucos foram os movimentos de maior alcance.

Dá que apenas um ou outro traçado acabou sendo modificado, uma ou outra construção sendo alterada, mas nada que se possa dizer significativo. Entretanto, foram significativos os períodos de conflito e de relativa parada na construção de prédios. Tornaram-se momentos liminares, porque uma vez terminado e uma vez “resolvido” o problema judicial que enfrentavam os empreendedores imobiliários, não houve mais quem fosse capaz de deter o aumento vertiginoso dos blocos. Não raro se vê um prédio em construção de um jeito em determinado dia e de outro totalmente diferente na semana seguinte, com mais detalhes, mais coberturas, menos tapumes.

Imagem 6 – O Setor Noroeste visto de cima (2011). Blocos já em pé, com Santuário dos Pajés cercado



Depois do auge dos conflitos em 2011, o Setor Noroeste recebeu do GDF um ano depois aval para construção. O bairro passou a ser *certificado, legalizado e “legítimo”*. Nesse mesmo ano, alguns blocos já foram inaugurados, pondo fim à espera de muitos compradores e muitas compradoras que aguardavam com certa impaciência o momento de suas mudanças para a região. Alberto Matos, presidente da Amonor em boa parte de 2015, foi um dos que para o bairro se mudaram nessa época.

Daí em diante o Setor Noroeste começou a ser erguido para não mais parar. O *urbanismo verde*, como denomino esse que integra tanto Lúcio Costa, *Brasília Revisitada*, as construtoras e incorporadoras imobiliárias quanto o Parque Burle Marx, o planejamento modernista, as construções feitas em padrões sustentáveis e pautadas pelo que dizem órgãos internacionais de renome (Manual Verde, 2009) se constituiu como o fio lógico da narrativa do Setor Noroeste.

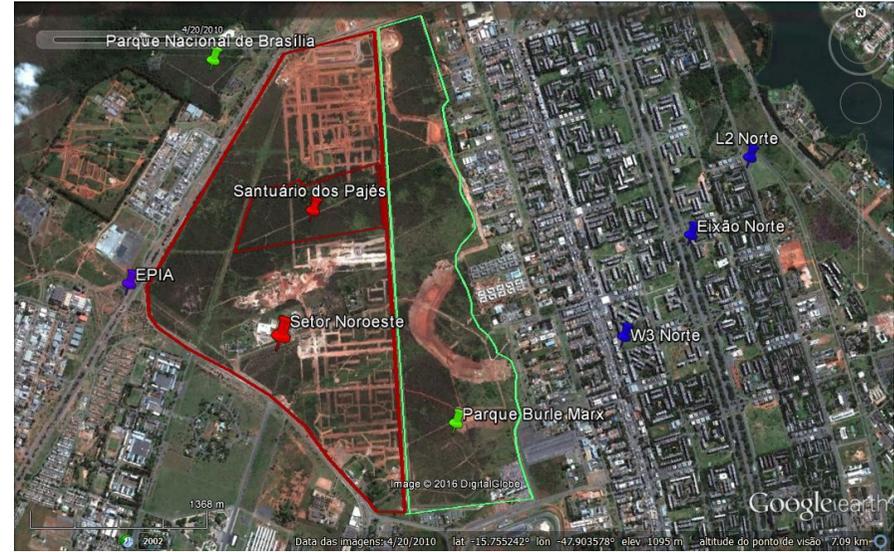
Os indígenas, nesse imbróglio, passaram a ser considerados ilegítimos (embora não necessariamente ilegais) posseiros em suas próprias terras, ilegítimos detentores do Santuário dos Pajés, porque habitantes de uma área (e não mais terra) voltada para o desenvolvimento e para o futuro da cidade.

Três anos nos separam hoje de 2012. Nesse tempo, muitos já se estabeleceram no Setor Noroeste. O bairro é agora uma “realidade” (Imagem 7), como ouvi daqueles com quem conversei. E por realidade exemplifico com as imagens de satélite (Imagem 8) dispostas uma colada à outra, procurando com isso destacar esse processo de mudanças das pessoas e suas famílias e das alterações na área de construção pela qual passou o território ao longo desses anos.

Imagem 7 – Setor Noroeste visto de cima (2012)



Imagem 8 - Setor Noroeste em expansão, visto de cima (2016)



*

Ressalto que esse quadro de imagens bem como as últimas que trouxe aqui não podem ser compreendidas isoladamente. Assim como a linguagem tinha para os kiriwinenses (MALINOWSKI, 1978) um significado intrinsecamente relacionado à magia, não sendo instância autônoma de seus mundos, também as imagens que trago como referências se conjugam às vidas das pessoas com as quais realizei trabalho etnográfico. As imagens 4 a 8 são a ilustração objetivadas dessas andanças a que se submeteram, abertos a serem ressignificados tão logo mais pessoas se mudem para o Noroeste, tão logo outros agentes se interessem pela região, tão logo outros regimes de justificação sejam incorporados e agenciados nessa construção.

Esta dissertação não trata, por exemplo, da Câmara Comunitária do Setor Noroeste²⁹, alternativa política e administrativa vista pelos seus agentes como necessária para seus objetivos. Como fica, daqui em diante, o Setor Noroeste com a Câmara, consolidada já nos meus últimos dias de encontros etnográficos? Se incorporada a minha narrativa, não restam dúvidas de que seriam outros os contornos de meu argumento e possivelmente outras escalas de trabalho.

O retrato compósito é, enfim, sempre algo não prospectivo, não preditivo, não futuroológico. Traz certo estado de coisas, com suas moléculas de ação estabilizadas pela literatura antropológica na qual me ancoro e pela narrativa que com elas estabeleço. Sem nenhuma dúvida, mais e mais serão as cores desses dessas imagens, desses retratos e desse texto, o que dá sempre caráter temporário, inconclusivo e certamente duvidável, embora não inverídico, em relação as minhas afirmações.

²⁹ A Câmara Comunitária do Setor Noroeste foi fundada em 2015, quando já havia finalizado meu trabalho de campo. Entre seus membros estão a AMONOR, o Sinduscon, a ADEMI, os comerciantes e os síndicos do bairro. Como expus no prólogo, sua criação foi motivo de divergências na Associação de Moradores e de reconfiguração das relações entre os agentes em disputa no Noroeste.

CAPÍTULO 4

A mudança para o Setor Noroeste

Para se tornar realidade, como sugerem as imagens 6 e 7 e como o próprio ex-presidente me indicou como evidência (“olha só no mapa para ver se não estou falando a verdade”) o Setor Noroeste dependeu de uma série de *escolhas*. E a palavra vai em itálico porque não é mera figura retórica ou opção textual minha. É categoria que baliza muitas das experiências dos anfitriões que aceitaram que eu os ouvisse. Seu sentido primordial é bastante similar ao das teorias da escolha racional, segundo as quais são individualmente ponderados os prós, os contras e as preferências para que uma decisão seja tomada e objetivos de vida primários e secundários sejam seguidos com planejamento.

Antes de ir em frente na vida é preciso, de acordo com esse viés, balizar todo e qualquer percalço que possa surgir no caminho. É preciso, sobretudo, avaliar e avaliar para investir. E por investir, não se trata só do sentido financeiro. Ao ser comprado um imóvel no bairro, compra-se concomitantemente uma vida de maior conforto, compram-se recursos e tecnologias e investe-se, por fim, em uma propriedade cujo valor permite se contrapor a eventualidades econômicas no futuro (“é caro, mas se paga com o tempo”). Daí que o processo de mudança demanda um bom tempo de reflexão por parte dos novos moradores do Setor Noroeste. Não é uma decisão que se toma de um dia para o outro. Trata-se, pelo contrário, como muitas vez ouvi, de “algo para a vida toda”.

Isso fica ainda mais claro quando se põe na mesa *quem* está se mudando para a região. Lembremo-nos que em todas as famílias de moradores que entrevistei quase todos os membros adultos eram ou tinham sido funcionários públicos em algum momento da vida. Em seus projetos de vida (Velho, 1994, 2006, 2012), essas pessoas acentuam a necessidade de caminhos *estáveis* e *moderados*, “sem sustos”, não valendo a pena enfrentar desafios desnecessários.

Segundo dizem, seus pais passaram por mais dificuldades e construíram seus patrimônios com muito custo ao longo de muitos anos. Não querem, tenham a idade que tenham, sejam mais velhos ou mais novos, viúvos ou casados, repetir essas “canseiras” de suas famílias. Querem tão somente *evoluir*, “sempre ir em frente”, evitando ruídos nesse processo. Um apartamento mais espaçoso, com recursos coletivos como uma

brinquedoteca para os filhos, garagens privativas e uma sala de cinema é algo por essas pessoas considerado desejável. *Quando*, no entanto, em suas perspectivas de vida e em suas trajetórias, tornou-se algo maior do que isso, passando do rumo dos planos para o mundo concreto? Quando foi que decidiram esses funcionários públicos, essas mães e esses pais de família com quem conversei em meu encontro etnográfico, que valia a pena escolher outra moradia?

Ilustro a situação de mudança dos moradores a partir dos exemplos do casais Montenegro e Santos³⁰. A meu ver, conforme pude ver durante o trabalho de campo, nesse período curto de edificação do bairro, ambos representam aproximadamente os tipos sociais³¹ daqueles que desde 2012 escolheram outro lugar para onde voltar depois do trabalho.

*

Os grupo doméstico dos Montenegro é formado por quatro pessoas: o casal Rose e Marcos e seus dois filhos homens, estudantes da UnB. Fui recebido por eles todos em junho de 2015, numa noite de segunda-feira. Estão instalados no Edifício Côte D'Azur, um dos primeiros a serem entregues no Setor Noroeste, instalado na SQNW 111, a quadra em que já está disposto o incipiente comércio da região e na qual os serviços básicos de luz, água, telefone e internet estão, agora, funcionando a pleno vapor.

Mudaram-se para Brasília em 1997 e desde então não mais saíram da cidade. Marcos trabalha atualmente como funcionário público, é bancário, e Rose é assessora parlamentar. A mudança para Brasília, como para boa parte das pessoas que entrevistei, deu-se em torno de seus trabalhos, por conta de transferências feitas de alguma filial regional para a sede nacional no DF, igualmente acompanhadas de promoção em suas

30 Os nomes seguem fictícios.

31 Tipos sociais, *social types*, no modo como entendidos por Simmel (1972) são aqueles que muito mais do que relacionados a determinadas categorias estatisticamente relevantes, são relevantes por conta das relações que estabelecem com outros ao seu redor. Assim que o autor pode falar do estranho e do pobre em torno, sobretudo, do conjunto de relações que firmam com os mundo sociais nos quais se envolvem. Os funcionários públicos e, em especial, os de alto escalão como os que trato aqui, aproximam-se dessa noção do autor.

carreiras e em seus salários. Com o novo trabalho, uma nova cidade e um novo espaço onde viver.

Quando chegaram à capital, o casal já tinha seus dois filhos, ainda crianças à época. Instalaram-se na Asa Norte, na 316, em um apartamento maior que o atual, mas “mais velho e menos completo”. Por lá viveram ininterruptamente até 2013, antes de se deslocarem um pouco mais ao norte e a oeste do Plano Piloto, no Noroeste. Decidiram-se mudar por vários motivos, sendo o principal o *conforto*.

Com os filhos na universidade, já crescidos, e com as carreiras estabelecidas, sem ameaças de crises financeiras pelas quais possa passar o país, a família quis atingir outro patamar, “subir um pouco mais” e “melhorar de vida”. O Setor Noroeste despontou como peça fundamental nessa engrenagem de projetos que tem para suas vidas.

O apartamento em que vivem atualmente é de quatro quartos; além de um para cada um dos filhos e do quarto do casal, há um reservado somente para visitas. É menor que o anterior, mas passa outra impressão, de mais amplitude, já que é mais iluminado e muito mais bem distribuído. A sala de jantar e a sala de TV, antes pequenas, agora são amplas, próprias para a família e para as visitas de amigos e parentes, muito mais comuns hoje em dia com o novo apartamento. Os banheiros, três, são mais espaçosos e confortáveis, “sem nada daquelas coisas mais velhas do Plano”.

Não se trata, ainda, só do apartamento. Assim como João Pereira e sua família, os Montenegro queriam mais espaço, a seu ver menor na Asa Norte. O prédio em que moram tem cobertura coletiva, salas próprias para lazer, vagas privativas para até três carros, espaço gourmet para realização de festas, sala de cinema para todos os moradores, além de pilotis mais amplo e ventilado. O prédio como um todo, não só o apartamento, é apropriado aos seus interesses, as suas escolhas. Muito porque a escala do apartamento e a do prédio envolvem outra mais larga: a da *localização*, isto é, da *posição* do Setor Noroeste no território do Distrito Federal.

Em determinado momento da conversa com o casal e seus filhos, quando todos percorriam os cômodos para me mostrar as facilidades com as quais “ainda estavam se habituando, de tantas que são”, Rose apontou para a janela do quarto dos filhos e me pediu para acompanhá-la. Estendeu o convite a seus filhos e ao seu marido.

Postos diante da janela e com o céu limpo de nuvens e denso de estrelas acima e a nossa frente, como é típico na seca, Rose mostrou a Asa Norte, o Lago Paranoá, o Lago Norte e as regiões adjacentes. Do Setor Noroeste “dá pra ver tudo, aqui é um lugar privilegiado, perto de tudo, mas bem mais acessível”. “Olha esse céu e vê se isso aqui não é uma maravilha?!”, me disse enquanto o apontava e estendia seu indicador também para as construções em terra, como que também sinalizando a composição formada pelo céu e pela cidade como únicas no bairro e no seu apartamento. “O Noroeste é um bairro especial, acima dos demais, único em Brasília; se tivéssemos o [Parque] Burle Marx aqui, estaríamos com mais de 90 por cento das promessas entregues para nós”.

“O sonho seria ainda maior”, complementou.

Assenti, porque além do mais, passado o momento contemplativo na janela, Rose conduziu a mim e a família até a sala de TV, quando passou a enumerar as vantagens do bairro. Vantagens que fizeram com que decidissem se mudar especificamente para o Setor Noroeste e não para outras regiões do Distrito Federal. Vantagens que tornaram, desde então, suas vidas “mais completas e em família”.

Em meados de 2012, Marcos acionou um corretor amigo da família dizendo que a família decidira se mudar do apartamento da Asa Norte. O colega apontou o Noroeste como a alternativa mais viável para o que pretendiam. Não deu certo. Os imóveis estavam muito valorizados e mesmo tendo gostado muito das visitas que fizeram em estandes de venda e em blocos já prontos resolveram que o investimento estava além do que poderiam arcar. Um ano depois, no entanto, a situação era outra. O mercado imobiliário diminuiu seu ritmo em Brasília e os valores do metro quadrado, que se assemelhavam ao do Leblon e de Ipanema no Noroeste, caíram³². Se estavam quase decididos a se mudar para Águas Claras, com a aparição dessa oportunidade não tardaram em mudar de ideia.

Apesar de o apartamento em que hoje vivem ser até um pouco menos *equipado* que o de Águas Claras³³, não há comparação entre as facilidades de acesso que têm no Setor

32 Para se ter uma ideia, ver em: <<http://www.politicaeconomia.com/2013/08/a-bolha-de-distratos-do-setor-noroeste.html>>; <<http://jornalggm.com.br/noticia/a-recessao-e-a-bolha-imobiliaria-por-luiz-alberto-vieira>> e; <<http://www.politicaeconomia.com/2013/08/setor-noroeste-em-brasilia-para-onde.html>>. Acesso em: 04 jan. 2016.

33 A região de Águas Claras se localiza na porção sul do território do Distrito Federal, próxima à Taguatinga, à Ceilândia e ao Guará. A principal característica que marca suas construções é a verticalização dos prédios residenciais e comerciais, não mais comprometida (como já é também

Noroeste e as que teriam em qualquer outro lugar de Brasília. Rose e Marcos não levam mais que 15 minutos para ir ou voltar de seus trabalhos; Se querem ir ao mercado, ao shopping, ao parque ou a qualquer bar ou restaurante, vão e voltam de carro em não mais que uma hora.

O conforto do apartamento e do prédio se estende ao conforto obtido na/da cidade, pela posição/localização do bairro. Os termos aqui são extremamente frutíferos, uma vez que dizem respeito a um universo de valores que não denota privilégio de ocupação de determinado espaço na cidade nem de status específico ou privilégio de dada classe social. Antes denota conjunção de todos esses elementos.

Posição e localização compõem esse conjunto multifacetado, porque envolvido por uma miríade de gramáticas sociais (de composições, por conseguinte) e porque montado pelas escolhas de cada uma das famílias e por elas como um todo, em última instância.

“Olha esse céu e vê se isso aqui não é uma maravilha?”

O céu do Noroeste abarca, ademais, outros recursos que muitos lugares do país não têm. É um bairro único e isso já demonstraram todos os corretores que os acompanharam nas visitas de compra. O bairro foi projetado em todos os seus detalhes, como ocorreu com Brasília, mas foi além, porque incluiu dimensões que outrora não eram consideradas importantes. “Hoje, não tem como se falar de conforto se não se fala de meio ambiente. No Banco [em que trabalho], é um com o outro, são coisas juntas.”, diz Marcos.

O Parque Burle Marx é um desses itens do bairro *ecológico*, do *urbanismo verde*, somando-se aos chuveiros não elétricos, à coleta seletiva do lixo, ao cálculo do trânsito, aos padrões de construção dos prédios e dos apartamentos, ao sistema de aproveitamento da água da chuva. A harmonia que as famílias esperam para suas vidas encontra ancoragem nos próprios contornos do bairro: é uma vida nova, porque melhor, que se busca e é isso que procuram os moradores.

comum em outros lugares do DF) com os padrões do Plano Piloto. Em Águas Claras, são comuns os “espigões”, prédios altos e muito próximos uns aos outros. O crescimento da região foi exponencial nos últimos anos. Para comentários sobre como a região se formou inicialmente, ver Cassemiro (2012),

Ainda que no começo tenha faltado água e luz, com a rotina sendo afetada de forma inesperada e embora o Parque Burle Marx também não tenha saído do papel, isso não é um problema grave, segundo a família Montenegro. O atraso do bairro se deve especialmente à lentidão do GDF em acelerar a construção, ainda mais quando “falta boa vontade do governo”. Juntando tudo e “pondo no papel”, a constatação é uma só: o saldo final é positivo, a soma deu certo e a escolha feita se mostrou acertada. “O Noroeste já é uma realidade pra gente e pra cidade”.

Em tom provocativo, perguntei ao casal: é realidade também para os indígenas do Santuário? A resposta foi negativa. Para a família Montenegro, o modo como foram conduzidas as ações pelo GDF e pelas construtoras foi tenebroso. Os indígenas, se estavam ali antes do bairro, se tinham a área como terra deles, devem permanecer onde estão, buscando-se o consenso necessário para isso, com diálogo pacífico entre as partes. “Com paciência e conversa, resolve-se tudo”.

*

Bernardo concorda com o que diz Rose. “Moro aqui do lado do Santuário, para mim [os indígenas] têm que ficar; é um convívio de civilizações, você que é antropólogo pode falar até melhor sobre isso.”

Bernardo é casado com Luciana desde 2010. São do interior do Rio de Janeiro, jovens e bancários, ele do setor público, ela do privado. Mudaram-se para o Setor Noroeste em 2014. Estão na SQNW 309, colados ao Santuário dos Pajés, num apartamento de 115 metros quadrados e três quartos. Ele chegou a Brasília em 2004, ela um pouco depois, após transferências vinculadas aos seus empregos, morando ambos na Asa Sul, naquele momento em lugares diferentes. Mudaram-se em 2008 para o Sudoeste, onde viveram até a mudança *em definitivo* para o Noroeste.

Fui recebido também em uma noite de junho de 2015 por Bernardo. Estava sozinho em seu apartamento, por conta de uma viagem a trabalho de Luciana. Tão logo entrei em seu imóvel, ofereceu-me uísque, segundo ele, ótimo para a saúde. Não aceitei, embora tenha o acompanhado na água, a minha em um garrafa que tirou de sua geladeira, a dele nos cubos de gelo que colocou em seu drinque.

“Escolhi morar aqui porque esse é o bairro *ideal* para nós”. Conforme argumentou Bernardo, o Noroeste é um bairro legalizado e seguro, os apartamentos são espaçosos e modernos e os espaços de lazer são extremamente bem *equipados*, no que repetem o padrão de todas as construções da região. “*Recurso* aqui é o que não falta”, “pra quem pode pagar, o céu é o limite!”.

O casal Santos sempre quis se mudar de onde estava. Sempre tiveram como desejo para o futuro a mudança para um local definitivo, que contemplasse suas *prioridades* e seus *projetos de vida*. Promovidos no emprego quase ao mesmo tempo em 2011, Luciana e Bernardo passaram a procurar por algo que se encaixasse em suas perspectivas. Com a queda dos preços a que também fizeram alusão os Montenegro, resolveram que o Setor Noroeste poderia ser a opção principal. Idas e vindas nas negociações, após muita pechincha por parte do casal, o negócio foi selado em 2013. Na época, um amigo de ambos fora sequestrado e, com medo, a compra foi acelerada. A *segurança* pesou e, com isso, ambos resolveram acelerar o financiamento do imóvel, diminuindo o número das parcelas e “aumentando o suor do dia-dia”.

O esforço que estão fazendo já está mais do que recompensado. O bairro é completo e vai ser em breve o melhor do Brasil, segundo Bernardo e, tirando um ou outro probleminha que precisamos resolver ao longo do tempo, não falta nada. “Aqui eu tenho paz, eu tenho comodidade, conforto, posso viver minha vida tranquilo”. O apartamento é “aquele pra vida toda”. Aqui entro em um ponto crucial do projeto de vida dos Santos.

Apesar de ainda serem só dois, ambos querem ter filhos em breve. Os quartos além do reservado ao casal são para isso, bem como as vagas da garagem (três), para quando os filhos tiverem seus carros no futuro. O investimento no apartamento e no Setor Noroeste é não somente para agora, mas o é, sobretudo, para os próximos anos da família, quando ela se expandir e quando as necessidades forem outras; todas elas já estando contempladas, é claro, pela estrutura do bairro. “É um bairro estruturado, completo e que não tem pendências judiciais: tudo legítimo e no papel³⁴”.

34 O mercado imobiliário brasileiro é particularmente interessante nesse ponto. Pelo número frequente de regiões em situação pendente quanto à regularização, a legalidade se torna uma distinção positiva. Para ver análises específicas, ver Patriota de Moura (2010) e também Borges (2003).

A estrutura do bairro, aliás, não necessariamente implica que a questão ecológica tenha peso definidor. Bernardo admite que, apesar de ter sido vendida como um diferencial do apartamento e das construções como um todo, não foi o fator que mais contou na balança quando da decisão de se mudar.

“Pesa, mas nem tanto, é papo de vendedor e, mesmo fazendo diferença no final, no dia a dia a gente nem percebe; no futuro vai ficar contrastante, mas por enquanto não”. “Eu e minha esposa, a gente quer tudo isso, mas o Parque [Burle Marx], um apartamento seguro, com lazer para nós e para nossos filhos, são essenciais”. “Com essa vista e com a nossa casinha, o nosso futuro tá logo a nossa frente.”

*

Os Montenegro e os Santos compartilham de uma série de experiências de vida em comum. São casados, têm empregos estáveis, ganham bem, têm carros, viajam com frequência, vão ao cinema e a shows; entre financiamentos, prestações e juros básicos, seguem suas vidas com o *máximo de estabilidade* que puderem. Essa é, a meu ver, a categoria primordial para entrarmos mais a fundo no que vivem os moradores e as moradoras do Setor Noroeste.

Rosa e Marcos têm filhos, enquanto Luciana e Bernardo não. Apesar dessas diferenças e de estarem em momentos diferentes da vida, partilham da necessidade de sempre *planejar* o que fazem e o que ambicionam para o porvir. Por mais que alguns problemas surjam, estão em geral incluídos nos cálculos de seus planos, nas escolhas feitas para suas vidas e nos projetos que desenham para o futuro. A mudança para o Noroeste, nesse sentido, firma-se como coerente em relação a seus balanços financeiros e a seus sonhos.

O bairro é equipado com o que precisam e com o que vão precisar, é organizado e, principalmente, está preparado para crescer, para se expandir. Não é um projeto vago e casuístico, mas preparado para as dificuldades e para funcionar ainda que uma ou outra coisa falte. Diria Radcliffe-Brown (1973) que, por mais que uma ou outra parte não esteja cooperando para o funcionamento geral da estrutura, o equilíbrio final é garantido pela operação harmônica das outras funções.

Embora o GDF não tenha cooperado, segundo me afirmaram meus anfitriões, embora as construtoras não colaborem devidamente, tudo isso entra no planejamento como secundário; são pequenos desvios em relação a uma trajetória traçada para ser acelerada e uniforme. Segue a estrutura geral do bairro como foi primariamente delineada, modificando-se em detalhes e não globalmente.

O projeto do Setor Noroeste mimetiza, de modo alegórico, o que (e como) os seus primeiros moradores querem para suas vidas: *recursos*. Os recursos são aqueles que permitem que algo seja alcançado, aqueles que dizem respeito ao que se quer alcançar e aqueles que possibilitam a realização material e simbólica do objetivo. Os recursos compõem um *projeto*. Projeto esse que se estabelece tanto para suas vidas, dentro das possibilidades que pensam e trazem consigo, quanto para a região para a qual se mudaram. Um *projeto estável*, em última instância, sem sustos e que permita voos longos e sem turbulências.

PARTE II
Um bairro de recursos

*“Tú no puedes comprar al viento
Tú no puedes comprar al sol
Tú no puedes comprar la lluvia
Tú no puedes comprar el calor
Tú no puedes comprar las nubes
Tú no puedes comprar los colores
Tú no puedes comprar mi alegría
Tú no puedes comprar mis Dolores”*

(Calle 13, em Latinoamérica)

CAPÍTULO 5

Um sonho que se compra

O *projeto estável* a que fiz referência no fim da primeira parte é uma das expressões constantes do encontro etnográfico que tive com as famílias que vivem no Setor Noroeste. Uma vez que as pessoas com quem conversei balizam suas vidas nesses referenciais, não poderia deixar de mencionar aqui a noção de *projeto* como definida por Gilberto Velho

Os projetos constituem, portanto, uma dimensão da *cultura*, na medida em que sempre são expressão simbólica. Sendo *conscientes e potencialmente públicos*, estão diretamente ligados à organização social e aos processos de mudança social. Assim, implicando relações de poder, são sempre políticos. Sua eficácia dependerá do instrumental simbólico que puderem manipular, dos paradigmas a que estiverem associados, da capacidade de contaminação e difusão da linguagem que for utilizada, mais ou menos restrita, mais ou menos universalizante (1997, p.33-34, grifos no original)

Em se tratando de um bairro em construção, de um que cresce no seio do Plano Piloto e que se edifica enquanto espaço de moradia no DF, o projeto é ainda mais polissêmico. Se está relacionado ao modo como as pessoas e suas famílias planejam suas vidas e é parte de uma “cultura particular”, os projetos são também aqueles que fundamentam a própria construção de um prédio, de uma rua e de um conjunto habitacional.

O projeto é também o feito por arquitetos, engenheiros e urbanistas, com croquis, escalas e propostas de decoração. Articula-se ainda, em outro nível, com a proposta de *urbanismo verde* do Setor Noroeste (Manual Verde, 2009). Não há, pois, neste caso, projeto pessoal estável sem que haja, de modo conjugado, um projeto arquitetônico, material, imaterial e simbólico de ocupação do espaço.

Essa relação entre estabilidade e projeto de vida pode ser captada, a meu ver, no processo de compra de um apartamento no Setor Noroeste. Não falo tão somente do contato entre possíveis compradores, corretores e construtoras, mas de um mediador imagético que, aparentemente banal, diz muito a respeito do que é bairro, ou antes, do que o bairro *pretende ser*. A propaganda do bairro, feita em folders, em vídeos, em revistas, é um desses mediadores que incorporam o que Velho, na citação acima, chama de *instrumental simbólico*.

Andando pela região, em especial pela quadra comercial já construída (SCLNW 111/311), onde se localizam alguns escritórios de imobiliárias e de construtoras, não é difícil encontrar revistas, placas e encartes em que o Noroeste esteja sendo oferecido. Esses materiais são minha principal fonte de acesso a essas produções, complementadas com materiais disponíveis online³⁵, presentes nos sites de construtoras, em blogs e em jornais.

A premissa básica da qual parto aqui é que os textos não-verbais e verbais utilizados para vender o bairro (e seus apartamentos) informam uma mensagem dirigida a um público específico e a partir de composições específicas com *o que* se quer vender. Falo aqui desde chuveiros, pisos, playgrounds, instalações ecológicas até a posição ocupada pela região no território mais amplo da cidade. Todos esses elementos constituem *recursos* comercializáveis do Setor Noroeste.

*

Um dos principais desejos dos Santos e dos Montenegro e, por extensão, das pessoas com quem interagi, é uma *boa vida*. O termo pode soar genérico e quase vazio. Afinal, quando se imagina uma boa vida, em que terreno estamos pisando? De que momentos de nossa experiência se fala?

Claro que quando se fala de boa vida pode se estar falando de espiritualidade, de poder de compra, de carreira, de prática esportiva ou de um corpo que se considera saudável. De alguma forma, quando o bairro é vendido, todas essas coisas, em combinações específicas, são vendidas. São elas, em última instância, que dão contorno ao estilo de vida das pessoas que estão comprando apartamentos no Setor Noroeste e que representam de forma mais fidedigna o modo como decidiram viver suas vidas.

Entretanto, as propagandas estão situadas em nível, eu diria, anterior, porque relacionadas às bases que oferecem o bairro, o apartamento e o quarto comprados para que todo o mais seja desenvolvido. Uma vez proprietário de um determinado imóvel e daquilo que é fundamentalmente excepcional nele, o comprador está capacitado para

35 No canal *O céu e a terra*, já citado na nota 6, inseri vídeos de publicidade do bairro, feitos por construtoras com negócios na região.

trabalhar suas potencialidades. A moradia é, além da concretização de um sonho, um ponto de partida para uma vida sempre em evolução.

As Figuras 9, 10, 11 e 12 conclamam o futuro morador e a futura moradora à vida, ao que ela pode ter de melhor. Conclamam, acima disso, não só a que se viva, mas a que se viva de uma maneira especial. O Setor Noroeste, como propagado nessas imagens (cuja produção é também do GDF), é um bairro com qualidade de vida, em meio à natureza, com bem-estar assegurado. É um bairro, uma região e um Setor *distintos*³⁶.

A distinção é composta por um trânsito que não incomoda seus moradores, por áreas de lazer que permitem o desafogo em relação à árdua rotina de trabalho, por espaços infantis localizados ou no próprio bloco ou nas áreas próximas de onde se mora, algo considerado pelos novos moradores incomum nas demais regiões do Plano Piloto. Distinção vista em ruas limpas, parques arborizados com ipês (planta já típica de Brasília), quadras poliesportivas, pais ensinando aos seus filhos como andar de bicicleta, como chutar uma bola, em sorrisos escancarados e em abraços apertados. Uma boa vida, única e excepcional.

A *natureza*, ainda, vem para integrar essa experiência urbana. Trata-se de um recado duplo, de que é possível viver com todas as benesses da metrópole, com todas as tecnologias que se associam a ela, sem que seja necessário se privar da vida mais tranquila e sossegada. João Pereira, em uma de nossas conversas, disse que “[...] queria viver como meus pais”. Outro de meus anfitriões, Lucas, de 21 anos, comentou: “quando meu avô vem pra cá [para o apartamento], não se incomoda como se incomodava na Asa [Norte]”.

36 O sentido aqui é duplo: trata-se de uma expressão nativa e carrega o mesmo conteúdo proposto por Bourdieu (2013). O autor será tratado ao longo das próximas partes.

Imagem 9 – Famílias, sombras e água fresca³⁷

Imagem 10 – Brincadeiras e diversão



37 Imagens 9 a 12 disponíveis em:
<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=642633&page=14>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

Imagem 11 – Ordem no trânsito, ordem na vida



Imagem 12 – Muitos carros, tráfego organizado



As propagandas tocam num ponto nevrálgico de seu público-alvo. A mensagem é de que ao se comprar um apartamento, compra-se um espaço na cidade, uma posição particular e privilegiada no território geográfico e simbólico da capital federal. Há algo mais além disso.

Não basta oferecer ao possível comprador a ideia de que o bairro é diferente. É preciso, sobretudo, convencê-lo disso. A linguagem é operada em imagens, textos, cores e frases de impacto (quase sempre no modo imperativo e no subjuntivo da língua portuguesa: “viva sua melhor essência”, “viver a qualidade”). A compra se torna aí um processo de escolha. Esse processo demanda que sejam levados em conta múltiplos fatores até que se chegue à decisão final, que se espera que seja a de um apartamento no bairro. Somados esses fatores, dificilmente vai se escolher outro lugar que não o Noroeste; é a decisão mais racional e “natural” a se tomar, porque totalmente congruente com o que desejam as pessoas compradoras e com o que oferecem os vendedores e as construtoras. Oferta e demanda se acoplam como peças de um todo perfeitamente concebido e articulado para a promoção do bem estar mútuo (das pessoas e de suas famílias, dos vendedores e de suas empresas, do governo e da cidade como um todo).

Essa congruência de objetivos é fortalecida pela perspectiva de acesso que o bairro proporciona. Os Montenegro destacaram isso, assim como os Santos. Se pensaram em comprar imóveis em Águas Claras ou no Park Sul³⁸, quando postos diante de outra opção imobiliária, não pensaram duas vezes. Quando de fato confrontados com opções mais luxuosas, porém mais custosas quando são considerados, por exemplo, o tempo de chegada ao trabalho e a possibilidade de se almoçar em casa com a família, a escolha se mostrou óbvia a essas famílias. O Setor Noroeste era o bairro que queriam para si.

38 O Park Sul é um empreendimento imobiliário recente em Brasília. Fica na porção sul do território do DF, assim como boa parte da população brasiliense, e é caracterizado por apartamentos voltados a camadas médias e altas. Próximo ao Sudoeste e a vias rodoviárias de grande circulação como EPNB e a EPTG, a região consegue estar próxima ao Plano Piloto, sem estar nele, logo, “livrando-se” de problemas que seriam ali típicos (apartamentos velhos, sem conforto e equipamentos urbanos relevantes). A experiência, digna de exploração, parece ser próxima em muitos sentidos com a do Setor Noroeste, em especial no que se refere a como são vendidos os apartamentos e a que mercado consumidor se dirigem essas mensagens. Frise-se desde já, no entanto, que o projeto da região se assemelha aos dos *enclaves fortificados* (Caldeira, 2000), não partindo de umas das premissas urbanísticas do Noroeste, a das superquadras. A circulação no interior Park no Sul é livre, mas somente para aqueles e aquelas que têm um imóvel na região.

A proximidade é o que ressaltam as imagens 13 e 14. E por proximidade entendamos facilidade de acesso. O Setor Noroeste representa um passo além de uma moradia na Asa Norte e na Asa Sul porque, além da qualidade de vida proporcionada, além do Parque Burle Marx, de boas instalações, da boa vida que proporciona, é localizado numa região próxima a tudo (se considerados, implicitamente, os automóveis que essas famílias possuem).

Não é preciso acordar muito cedo para ir ao trabalho tampouco se preocupar com o trânsito quando se volta. Se a vontade é de fazer compras ou passear, há shoppings e hipermercados bem pertinho dali; se se ficou doente ou se se precisa fazer um exame, há hospitais; se se quer respirar ar ainda mais fresco que o do bairro, por que não ir logo ali ao Parque Nacional? Se se quer ir para o outro lado de Brasília, a EPIA está a um palmo de distância, facilitando tudo.

Imagem 13 – Proximidade destacada. A imagem, carregada de verde, é mais do que um item de propaganda, é um item artístico, como se vê pela assinatura ao lado³⁹



39 Disponível em: <<http://superquadrainoveis.com/noroeste/>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

Em meio a tudo isso, a todos os lugares aos quais o Noroeste está conectado, estão o Congresso e o Eixo Monumental. Os mapas de localização inscritos em propagandas incorporam essas referências como particulares do bairro; ao morar no Noroeste, você está também morando em uma região *central*. Longe de parecerem fortuitos, esses referenciais compõem a narrativa segundo a qual o bairro está bem acima dos demais e é considerado distinto. A escala de representação do Setor Noroeste bem poderia não incluir o Congresso Nacional como item localizado nas regiões adjacentes ao bairro. Até onde vai um mapa é, nesse sentido, uma questão das mais relevantes também para a análise antropológica que proponho e para a qual uma das respostas diz respeito ao modo como se quer fundar a *centralidade* (Frúgoli Jr., 2000) de determinada região.

Imagem 14 – O que está e o que não está no mapa? O Setor Noroeste está perto de tudo e, ao mesmo tempo, longe do que pode incomodar⁴⁰



Para atrair o possível morador do Setor Noroeste, o bairro é, portanto, incorporado por duas dimensões básicas: de um lado, a *integração*, de outro, a *distinção*. A região é central, próxima ao trabalho de muitos dos que moram ali, às escolas dos filhos e é

⁴⁰ Disponível em: <http://www.paulopop.com/perfectt-noroeste-cobertura-duplex-de-3-quartos-no-setor-noroeste-brasilia-df_i-282.html>. Acesso em: 20 fev. 2016. Digitar “Imagens” e procurar pela última figura.

envolvida por um conjunto de equipamentos urbanos tanto públicos quanto privados que permitem uma experiência urbana completa, nos termos que oferece Brasília e das condições das famílias que lá moram – quase todas têm carro e bons salários.

Embora central, integrado ao coração da capital federal, o bairro é “diferente por natureza” (Imagem 15). Além de ser um lugar que proporciona, como me disse um corretor certa vez, “trabalhar e se divertir sem que se passe da quarta marcha”, isto é, sem que sejam dispendidas distâncias longas e muitas horas para se chegar ao destino pretendido, os apartamentos e prédios são, senão melhores, “tão bons quanto os muitos bons que se pode encontrar em qualquer lugar da capital federal”, como muitas vezes ouvi de meus interlocutores. Daí que viver ali é experimentar “momentos felizes para sempre” (Foto 26).

A vida no Setor Noroeste é, para as propagandas que o vendem, uma experiência única no Distrito Federal e na própria trajetória das pessoas que o compram. Parcelando o imóvel ou pagando-o à vista, tendo 30 ou 60 anos, tendo cinco anos de carreira ou já aposentado, compra-se um estilo de vida privilegiado, um espaço dos *sonhos*.

Os sonhos compõem esse cenário nativo que é vivido em seus planejamentos, em suas escolhas e em seus projetos. Esses agentes, que negociam, produzem e reproduzem a cidade (Frúgoli Jr. et al, 2006), compram esse sonho, articulam-no aos que formularam em suas trajetórias e, com isso, concretizam mais uma etapa de sucesso entre todas as que já viveram. Com o sonho comprado, firmam-se outras bases para as pessoas que agora moram nos apartamentos. O nível a partir do qual pensam suas vidas já é outro e, nesse momento, é mais concreta a oportunidade de se viver a boa vida.

Nesse jogo entre integração e distinção, vende-se e se compra o bairro. O Setor Noroeste se edifica. O Noroeste, no entanto, não é homogêneo em sua composição, ainda que, panoramicamente, seja ocupado por setores das camadas médias e altas de Brasília e majoritariamente por funcionários públicos. Refiro-me especificamente ao poder (relativo) de compra das pessoas que para lá se mudam. Os preços do metro quadrado na área chegaram a valer cerca de 10 mil reais⁴¹, um dos mais altos do Brasil, e somente

41 Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/07/moradores-do-setor-noroeste-no-df-reclamam-da-falta-de-infraestrutura.html>. Acesso em: 03 fev. 2016.

uma parcela da população, mesmo no DF, detentor da maior renda per capita do país⁴², pode dar conta desses valores.

Imagem 15 – Variação da imagem 3. Os jogos de palavra beiram o infinito⁴³



42 Conforme informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015). Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/232NU>>. Acesso em: 03 fev. 2016.

43 Disponível em: <<http://marko3.com.br/empreendimento/noroeste/index.htm> >. Acesso em: 20 fev. 2016.

Foto 26 – A felicidade ainda em construção, embora destinada para ser eterna



Por mais que o fio narrativo que alinha as propagandas em torno das noções de sonho e de boa vida não tenha muitas dissonâncias, mantendo-se quase sempre coerente e uniforme quando dirigido ao mercado consumidor a que é voltado, há outras dinâmicas nesse processo. O sonho é bom e possibilita um mundo outro que o anterior em que se vivia, mas pode ser realizado com menos ou mais plenitude (Imagens 16 e 17, respectivamente⁴⁴).

Se a estrutura externa é igual para todos e já conta com o cinturão verde (com exceção do Parque Burle Marx, ainda incompleto e objeto de disputa) realçado em quase todos os anúncios anteriores e com os equipamentos urbanos próprios do bairro, o mesmo não pode ser dito para o que está *dentro* dos apartamentos. Daí ser possível viver o

44 Disponíveis em: <http://www.paulopop.com/perfectt-noroeste-cobertura-duplex-de-3-quartos-no-setor-noroeste-brasilia-df_i-282.html>, Acesso em: 20 fev. 2016.

sonho em imóveis de 30 metros quadrados ou em coberturas individuais, em que “posso ser meu próprio vizinho” (Imagem 17).

Entre os privilegiados, por assim dizer, há diferenças não de natureza, mas de grau, entre alguns acessos e confortos que são comuns pela distinção em relação ao que é o DF em termos de oferta imobiliária e outros que permitem vidas ainda melhores do que as já encontradas na região.

Imagem 16 – O que o Noroeste tem de melhor a oferecer...em apartamentos menores

Soul
HOUSING & SHOP

VIVA A SUA MELHOR ESSÊNCIA

CONCLUSÃO DA OBRA:
JUNHO 2017

CLNW 5/10 BLOCO B
LOTES 02, 03 E 04
NOROESTE

APARTAMENTOS
DE 30M² A 60M²

- LOJAS
- DIVERSAS OPÇÕES DE PLANTAS
- 1 VAGA POR APARTAMENTO
- GUARITA
- AQUECIMENTO SOLAR

CENTRAL DE VENDAS:
CLNW 10/11 BLOCO A
(STYLO) LOJA 04
(61) 3307-5757

OBRAS ACELERADAS

CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO:
habitar
Empreendimentos Imobiliários

VENDAS: **MAXXIMA** EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS

FINANCIAMENTO: **BRB**

CONSTRUTORA: **Baeta**

Imagem 17 – Seja o seu próprio vizinho de cima

SEJA O SEU PRÓPRIO VIZINHO DE CIMA.
AUDACE: 2Q e 3Q, lineares duplex e triplex

Ampla estrutura para receber seus amigos.

Ótimo custo-benefício | Conclusão prevista para novembro de 2015

Central de vendas: 3307-5050
www.audacenoroeste.com.br
SHQ1W 340 Projeto A Setor Noroeste

AUDACE

Villela e Carvalho
CORP FACTORY

Registro de Incorporação nº 01.3.134.000001-0/2015, do 1º Ofício do Registro de Imóveis do SP.
*O preço de incorporação no plano de loteamento aprovado em 02/08/2014, com o mesmo endereço, e o preço de venda do imóvel incorporado são considerados. Registre e consulte os dados.

*

Termino nesse ponto meu argumento sobre os anúncios veiculados para os/as compradores/as do bairro. Conosco ficam as noções de *urbanismo verde*, de *projeto estável*, de *boa vida* e de *integração e distinção*. A compra as atravessa como um todo, constituindo o instrumental simbólico que, articulado no e conjugado com a *posição/localização* do Setor Noroeste no território do Distrito Federal, informa as relações estabelecidas entre os agentes que estão construindo cotidianamente aquele lugar *privilegiado*.

A compra se alinhava, sobretudo, à maneira como podem ser tecidos os *sonhos* dessas pessoas e dos tipos sociais os quais constituem. Compra-se, enfim, porque se tem *recursos*, usam-se de *recursos* e são comprados mais e mais *recursos*, marcando-se esse processo de distinção em que estão inseridos os moradores do bairro. Só se compra um apartamento porque se ganha o que se ganha e porque podem ser mobilizados agentes, valores e justificações que se pode mobilizar.

Em agosto de 2015, a Amonor divulgou em jornal próprio encontrado online e em todas as portarias dos prédios do bairro um editorial, de cujo conteúdo trago a seguinte passagem: “É hora de mostramos nossa força e união para que os governantes entendam, de uma vez por todas, que a *comunidade* do Noroeste não vai descansar enquanto não receber o *bairro pelo qual pagou*” (O Noroeste, 2015, p.4, grifo meu).

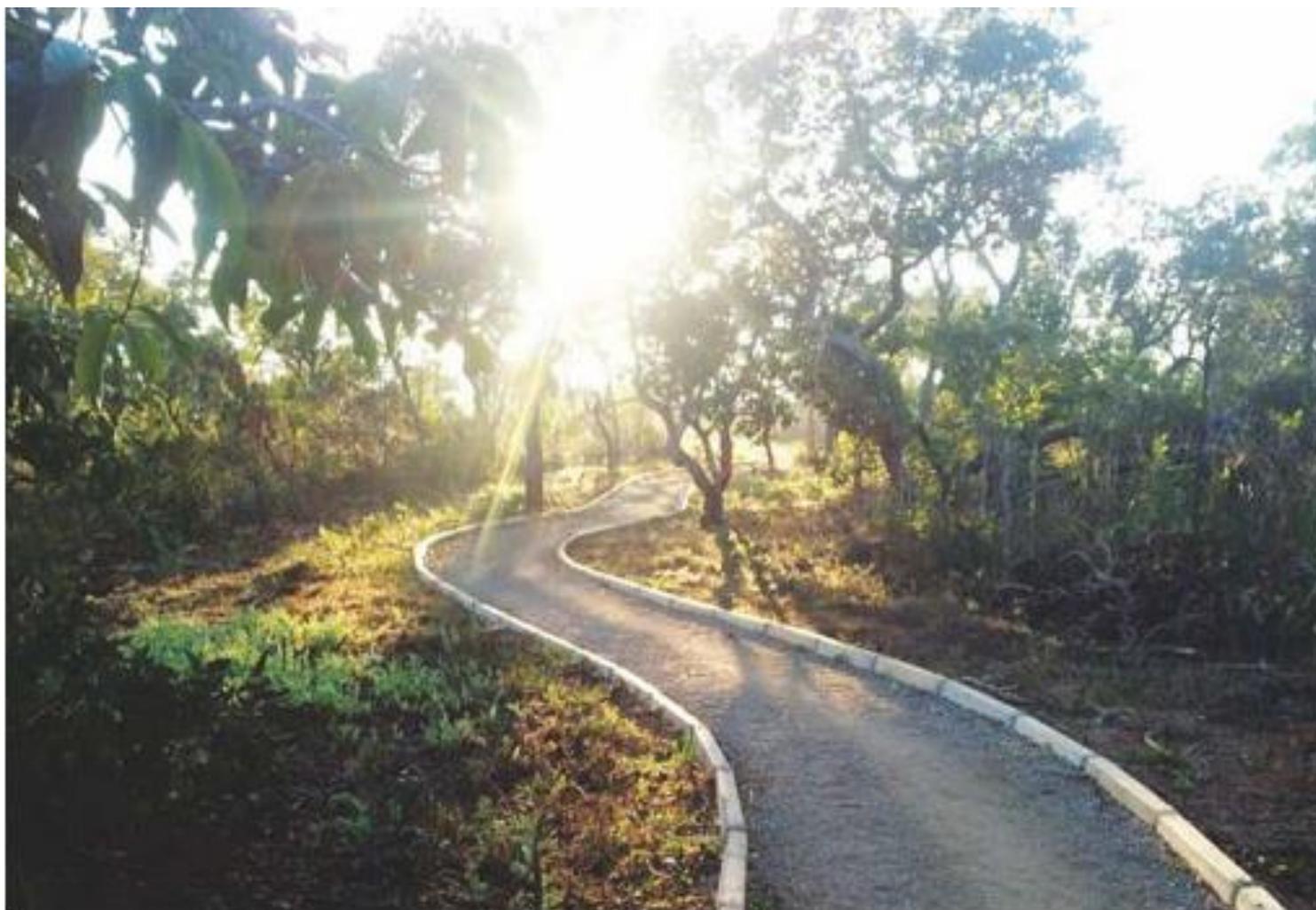
No mesmo periódico, a capa dizia: “o sonho começa a virar realidade”. Acima, uma imagem do Parque Burle Marx, com um caminho de pedras que termina onde o sol nasce, sugerindo possivelmente um trajeto ainda por vir (Imagem 18⁴⁵).

Uma vez visto o processo pelo qual o bairro é vendido e pelo qual as categorias até aqui mencionadas compõem meu universo de pesquisa, analiso no próximo capítulo como são os encontros entre diferentes agentes que disputam o território – físico e simbólico – do Setor Noroeste. Como se arranjam as tramas, os conflitos e os discursos dessas pessoas que trabalham com o objetivo de receber o bairro que já foi pago, objetivo que

45 Disponível em: <http://media.wix.com/ugd/917d26_31c5f2410dad48cf90622d1557b314b8.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2015.

deveria ser único e voltado exclusivamente, como diria João Pereira, ao “partido do Noroeste”?

Imagem 18 – O Sol ilumina os caminhos do Setor Noroeste?



SONHO COMEÇA A VIRAR REALIDADE

CAPÍTULO 6

Um bairro em desenvolvimento

Para pensar as tramas entre agentes e os processos de compra, venda e construção dos sonhos, o editorial citado ao fim do capítulo anterior pode continuar a fornecer pistas instigantes. O texto por completo assim diz:

Metade do ano já se foi e o Noroeste teve várias conquistas nesse primeiro semestre. Conseguimos que a iluminação pública fosse concluída na primeira etapa e em toda a extensão da W7; temos um compromisso formal do governador de que o parque Burle Marx sairá; realizamos a primeira festa junina do bairro e tivemos a criação da Câmara Comunitária do Noroeste (CCN).

Contudo, ainda há muito a ser conquistado. Nossos esforços, que iniciaram (sic) em meados de 2013, não vão cessar enquanto não tivermos o que é nosso de *direito*. Dentre as grandes *demandas* pelas quais lutaremos nesse segundo semestre estão: a finalização do sistema de drenagem pluvial – de modo que nenhum morador ou condomínio tenha que passar por alagamentos e enxurradas-; o paisagismo (englobados aí a grama de toda a área do bairro, parquinhos e quadras poliesportivas); sinalização/fiscalização para o nosso trânsito; e um transporte público que atenda efetivamente a todos que aqui moram ou trabalham.

Nossas frentes de atuação são muitas e uma delas será a Frente Parlamentar do Noroeste, que nasceu de demandas constantes da Amonor aos nossos representantes na Câmara Distrital e ela produzirá, dentre outras medidas, audiências públicas para tratarmos do bairro e do parque. É hora de mostrarmos nossa força e união para que os governantes entendam, de uma vez por todas, que a *comunidade* do Noroeste não vai descansar enquanto não receber o *bairro pelo qual pagou* (O Noroeste, 2015, p.4, grifo meu)

Da mesma forma que a mobilização do argumento de Lúcio Costa (1987) para legitimar o Setor Noroeste foi se tornando mais robusta com o tempo, adquirindo outros vieses que talvez nem mesmo o autor tivesse o propósito de argumentar, o mesmo ocorreu com esse texto. É por essa mesma ótica que encaro o seu conteúdo como algo que traz narrativas feitas sobre e a partir do bairro, essas sempre em transformação e sob permanente ressignificação.

Em linhas gerais, e para me valer das palavras do ex-presidente da Amonor, colocadas no prólogo dessa dissertação, a mensagem que se sinaliza editorialmente é de clara e unívoca *convergência*. A Associação de Moradores, a comunidade, os moradores, os parlamentares e todas as autoridades que têm interesses no bairro estão trabalhando em compasso uníssono. *Estão firmados compromissos em torno dos direitos e das*

demandas que foram pagas pela comunidade e não há como se opor a isso. O que salta aos olhos, longe dos imbróglis e das pendências que envolvam o bairro, é a força e união de esforços com vistas ao bem comum, isto é, ao bem comum daqueles que são os responsáveis pela divulgação e aceitação do que diz a Amonor em seu jornal voltado ao público do Setor Noroeste.

Trata-se, a bem da verdade, de um recado da Associação. Como pode ser comum em textos desse tipo, o texto é positivo e não deixa em evidência explícita as contendas que subjazem as atividades dos associados. O que não significa, daí em diante, que elas não possam existir. Quando elas ficaram mais claras em minha etnografia é o que abordo a seguir.

*

No dia de 15 de agosto de 2015, nos tempos de seca⁴⁶ do Distrito Federal, a Associação de Moradores do Noroeste promoveu um evento comemorativo no bairro. Realizada no domingo pela manhã, a comemoração foi realizada em uma tenda armada próxima à quadra comercial 111/311 e em frente a uma das entradas do Parque Burle Marx. O intuito principal: conclamar os moradores a ver uma das obras já realizadas no parque, executada pelas construtoras com o objetivo de beneficiar a todos e a todas que ali moram.

A três metros da tenda, uma fita vermelha se estendia antes da entrada de uma dessas pistas. Ao lado delas, da fita e da entrada, uma placa (Foto 27) com os nomes das empresas que apoiaram as obras. O caminho, vale ressaltar, já existia antes da construção dos primeiros blocos surgirem na região. Ao longo do tempo e com o fluxo de pessoas tendo aumentado, as trilhas foram sendo consolidadas pelos pedestres que por ali passavam. Quando digo pedestres, entendam-se as diaristas, os operários, os indígenas moradores do Santuário dos Pajés, as babás e, a partir de 2014, também um antropólogo em formação. As pistas não são frequentadas, logo, por boa parte daqueles que compraram ali um imóvel, o que, no entanto, não diz por prosseguimento lógico que não eram um problema *do* bairro. Afinal de contas, os funcionários que trabalham no

46 Cf. capítulo 2.

Noroeste têm que ter *como* e *por onde* ir ao trabalho; as obras significam, além do mais, que o Parque Burle Marx não está de todo não colonizado e que tem a atenção daqueles e daquelas que por ele precisam se preocupar.

Para cortar a fita e glorificar esse momento que se pretendeu decisivo para o bairro, foram convidados, entre outros, os presidentes (no masculino) da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal (ADEMI), do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal (Sinduscon), o secretário de infraestrutura da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) e o governador do DF Rodrigo Rollemberg. Todos integraram, naquele momento, a narrativa de convergência em torno do futuro promissor do Setor Noroeste.

Foto 27 – As empresas construtoras e suas trilhas no Setor Noroeste



Como nem tudo são flores, o evento acabou por trazer à tona, por diversos contrastes aparentes e não tão aparentes assim, que nem tudo cheira bem (peço desculpas antecipadas pelo trocadilho shakesperiano) no reino do Noroeste.

Em maio de 2015, João Pereira já havia me pontuado alguns conflitos que tivera com a Associação. Estes, se vira e mexe os captava em uma outra conversa que tinha com seus

membros, no mais passavam despercebidos ou eram abafados tão logo os inseria em alguns de nossos bate-papos. Ainda no mesmo mês de maio, ao conversar com Alberto Matos na padaria do bairro, perguntei a ele sobre como iam as reuniões e as tratativas com os interesses divergentes daqueles que postualava a Amonor. Gregório Bastos, naquele momento vice-presidente, interrompeu-me e disse que não passavam de rusgas do momento. Dali em diante só consegui conversar com ambos em agosto, no domingo pela manhã em que todos estavam reunidos em um só lugar. Foram muitas as desmarcações de última hora, não da minha parte, ou não respostas às mensagens e e-mails que os encaminhei.

O presidente da ADEMI abriu a fala nesse dia. Eram 10 horas e, assim como os demais, estava vestido de forma casual, sem os ternos e gravatas aos quais estão acostumados no dia a dia. Ao longo dos poucos mais de 10 minutos em que discursou a todos os presentes, em torno de oitenta (com presença maciça de homens), enalteceu o trabalho de cooperação entre as construtoras (em especial Odebrecht, Villela e Carvalho e Via Engenharia) e os moradores para concretização do sonho que é morar no Plano Piloto.

A inauguração das pistas que atravessam o Burle Marx era o primeiro momento que denotava essa confluência de ações que visavam tão somente ao bairro. Por ser o Setor Noroeste uma obra ecológica, no entanto, suas ações não dependiam só deles e precisavam ser auxiliadas por respostas mais rápidas da Terracap e dos organismos de regulação (IBAMA, ICMBio). “Os moradores exigem isso de nós”, disse em sua última frase com o microfone na mão, antes de ser efusivamente aplaudido por todos.

Alberto Matos recebeu das mãos do presidente da ADEMI a incumbência de prosseguir com o evento. Saudou a todos e agradeceu a presença do governador Rollemberg, que, assim como ele e todos os outros, tinha uma família para ser abraçada naquele dia, mas que, diante do “chamado da democracia”, optou por se deslocar até ao evento com toda sua equipe. Matos disse, em seguida, que o bairro passava definitivamente, a partir daquele momento, a ser uma comunidade.

“O Setor Noroeste é mais do que nosso lar agora!”. E por comunidade, disse, não se referia exclusivamente aos moradores. As construtoras e os comerciantes (nada disse sobre operários, empregadas e indígenas) eram parte dessa formação comunitária. Se eram antes algo como um mero conjunto desagregado de apartamentos,

transformavam-se dali em diante, após o simbólico recorte da fita de inauguração, em um corpo unido e com objetivos bem definidos.

Dirigiu-se, então, a Rollemberg e sua assessoria e mencionou que o evento era singelo, mas foi construído por 8 mil moradores, pela ADEMI, pelo Sinduscon e, acima de tudo, por pessoas que têm a “ecologia no sangue”, que sabem que falta ainda muito a se fazer, mas que, diante de tudo isso, esperam mais rapidez na evolução do bairro, para que *o sonho se torne mais realidade do que já é*. “O governador já sabe onde fica o bairro agora.” Foi também aplaudido, dessa vez em pé.

A palavra foi encaminhada em direção ao representante da Terracap. Sua fala foi a mais rápida de todas. No pouco tempo em que discursou, disse que a preocupação dele e a de seus chefes tinham correspondência com aquelas da comunidade ali reunida. Colocou-se como mais um à disposição para essa “bela iniciativa de trabalho conjunto que vem sendo realizado aqui no Noroeste”. Quanto ao Burle Marx, às galerias pluviais e à infraestrutura como um todo, afirmou que estavam fazendo tudo que tinham ao alcance e que não mais tardariam a honrar os compromissos que assumiram em outras ocasiões.

Da Terracap à Sinduscon não houve mais do que palmas contidas. O presidente do sindicato foi mais incisivo em suas pontuações. Começou perguntando a Rollemberg o que ele tinha feito pelo Setor Noroeste na semana que passara. Antes que respondesse e para arruinar qualquer possibilidade de constrangimento entre todos, afirmou que o governador havia feito e havia feito muito. Graças à pressão dos agentes que como ele estavam preocupados com o bairro e dispostos a colaborar com o GDF, o bairro começou a avançar para não mais parar. Algumas reuniões tinham mostrado que a nova equipe de governo era “de palavra” e que não mais seriam os moradores enganados quanto aos seus interesses e quanto ao que “compraram nesse sonho que é o Setor Noroeste.

“Esperamos que tudo seja assim desse domingo para a frente. É o que todos aqui esperamos.”

“Podem contar comigo. O Noroeste é nosso compromisso”, foi a primeira frase dita por Rodrigo Rollemberg, governador do Distrito Federal. Imediatamente agradeceu a todos e elogiou particularmente a Amonor pelo trabalho incansável para o fortalecimento do bairro e, por conseguinte, de toda Brasília. Pontou que, ao contrário da gestão passada, sua equipe tinha o Setor Noroeste como objetivo central para o desenvolvimento da

cidade. “É aqui que nossa sustentabilidade se torna exemplo, é aqui que somos cidade-parque, que provamos ser o que somos, uma cidade diferenciada!”. Seu discurso foi aqui interrompido pelas palmas e sorrisos do público que o acompanhava.

Referindo-se de novo ao governo de Agnelo Queiroz⁴⁷, Rollemberg disse que não seria prática do “nosso governo” a indução da população contra o setor produtivo. “Queremos a expansão de Brasília com qualidade, uma Brasília cada vez melhor, com todos unidos como uma família”. No término de seu discurso, agradeceu novamente a Alberto Matos e afirmou que o seu gabinete é concorrido, mas que o Noroeste tem trânsito livre quando e no horário que quiser. “Estou de mãos limpas e à disposição”, finalizou.

Terminada a cerimônia sob a tenda, Matos convidou a todos para que presenciassem a inauguração das trilhas pelas mãos de todas as autoridades presentes e que, em seguida, se juntassem todos para uma caminhada pelas obras. A cerimônia foi rápida, mas intensamente fotografada pelos presentes, que aplaudiram tão logo Rodrigo Rollemberg, abraçado pelos demais que o fizeram companhia à frente do microfone, recortou o laço que marcava a entrada do Parque. Foram poucos, no entanto, que acompanharam o segundo chamado de Matos, eu entre eles. É de se supor que, passado o auge do evento, tenham retornado aos seus apartamentos, uma vez que já chegava a hora do almoço e o dia tinha que seguir⁴⁸.

O então presidente da Amonor seguiu à frente com os presidentes da ADEMI e do Sinduscon e com o governador do DF. Juntei-me a Gregório Bastos e fomos adiante. No caminho, o vice-presidente da Amonor à época (é o atual presidente, uma vez que Matos assumiu a Câmara Comunitária do Noroeste) me contou que havia muito a se resolver no Noroeste e que o evento não passava de comemoração sem muita importância se os compromissos não fossem cumpridos por todos. Mencionou que há muitas reuniões estavam sendo “jogados de um lado para o outro” e que “ninguém queria resolver nada.” Para ele, não há como o bairro ser dos moradores se tanta gente não contribui para isso.

A caminhada estava programada para se estender até o fim da pista que atravessa o parque, mas, por um pedido de Rollemberg, seguiu até uma das galerias de contenção da

47 Governador do DF entre 2011 e 2015 pelo PT/DF. Concorreu à reeleição em 2014, mas ficou somente em terceiro lugar.

48 Cf. capítulo 2.

chuva do Setor Noroeste, ainda em fase de construção. A galeria está localizada em área mais ao sul e próxima à W6 Norte, ou seja, em porção de terra situada no lado oposto do Parque Burle Marx e oposta também ao espaço onde se constrói o bairro.

Chegando lá e já com a presença de menos moradores, todos os caminhantes se aglomeraram. O governador pediu para que lhe explicassem o que faltava para que aquela obra ficasse pronta. Alberto Matos respondeu que tinham pensado em algumas alternativas e as apresentou ao GDF, ao que recebeu de Rollemberg a informação de que procurariam (ele e sua equipe) fazer o que pudessem para agilizar esse processo.

A conversa seguia tranquilamente e sem nenhum percalço ou constrangimento.

Em determinado momento, no entanto, Matos se afastou do grupo porque alguns jornalistas insistiam em entrevistá-lo. Tão logo ficou um pouco de lado, membros da ADEMI e da Sinduscon se aproximaram do governador e comentaram, após idas e vindas no papo, que os ultraleves da APUB não eram um incomôdo como se pensava que eram. Explicaram que a Associação dos Pilotos de Ultraleve (APUB) tinha que ser, na verdade, “outra parceira” na cooperação em torno do bairro. Rollemberg se mostrou atento, mas não respondeu nada afirmativamente. Bastos, que estava ao meu lado e que acompanhava tudo atentamente, introduziu-se de supetão no diálogo e disse que “as coisas não são bem assim.” “Muita gente se incomoda e todos sabem que uma hora esses ultraleves podem ocasionar algum acidente”. Os representantes da ADEMI e do Sinduscon colocaram rapidamente panos quentes em suas falas e na de Bastos, indicando que essa solução está no futuro e que todas as pessoas estavam ali para comemorar o presente. Aproveitando a deixa dos representantes e o silêncio do meu anfitrião, o governador sorriu e pediu licença para sair, uma vez que tinha outros compromissos para dali a pouco. Antes de ir embora, ainda tirou uma foto com todas as outras autoridades, que já estavam todas sorridentes e com os braços dispostos uns nos ombros dos outros.

No caminho de volta, Bastos pediu para que Matos o acompanhasse. “Precisava falar algo”. Enquanto percorríamos o Parque Burle Marx em direção ao Noroeste e à tenda em que o evento foi realizado, ele narrou a pequena tensão. Assim que terminou, Matos olhou para ele e para mim e disse: “é assim mesmo, a gente não pode confiar em ninguém não, mas vamos conseguir, pode anotar aí, Vinicius.”

Peço aqui, nesse momento da narrativa do evento, licença etnográfica para terminá-la em minha caminhada de volta ao Setor Noroeste. A meu ver, até esse ponto é que se construíram algumas das principais articulações entre os agentes que são reveladoras de certo campo compósito de ações entre eles e seus propósitos. É aqui que mais profundamente nos deparamos com a relevância analítica dos *recursos*. Sigamos.

*

Naquela que é uma das obras de maior impacto na antropologia, *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande* (2005), o britânico Edward Evans-Pritchard afirma que

[...] a menos que todos estejam contando a mesma mentira, é impossível que o informante minta sistematicamente. Pode haver – e quase sempre há – muita diferença de opinião entre dois informantes, sobre um fato ou interpretação em particular, mas isso não quer dizer que um deles esteja mentindo. Assim como nós, os nativos também não têm todos a mesma opinião, e alguns são bem mais informados que os demais [...] Contudo, para um antropólogo observador, uma mentira pode ser mais reveladora que a verdade, pois se ele desconfia ou sabe que está sendo enganado, pergunta-se qual seria o motivo disso, e assim pode encontrar profundezas ocultas (Evans-Pritchard, 2005, p.249)

Tomo a citação como possível guia para compreender como se tecem algumas das relações entre os agentes constantes da construção do Setor Noroeste. Não estou atrás, como tampouco imagino que poderia, de mentiras ou verdades absolutas no que me disseram quando os encontrei. O foco é nos pontos de contato desses discursos que deixam às claras algum tipo de choque, de conflito, de embate de opiniões ou de divergência quanto ao que deve ou não ser feito com relação ao bairro.

“A diferença de opinião”, nas palavras do antropólogo britânico, pode ser um modo de se analisar processos que não são nem necessariamente convergentes nem divergentes no seu todo.

Os interstícios firmados entre essas pessoas são, nesse sentido, tão reveladores, tão sinalizadores de suas “profundezas ocultas” quanto os momentos em que suas intercomunicações não apresentam nenhum ruído. Em outras palavras, é a partir da comparação entre, de um lado, os interstícios dos discursos e, de outro, os momentos em

que tudo segue o mais constante, que se pode “ir mais além” na interpretação de como as coisas se dão como estão se dando.

Não há dúvidas, a meu ver, que a Amonor, a ADEMI, o Sinduscon, a Terracap, o GDF, o IBAMA, o ICMBio, as construtoras, os corretores, os comerciantes e os moradores em geral têm convergência de interesses quanto ao futuro que querem para o bairro. Poucos contestarão que o Setor Noroeste é um sonho e um sonho de e para poucos. Menos ainda dirão que a área não é privilegiada quanto aos acessos facilitados que ela possibilita e que muito do seu alto custo se origina daí.

Boa parte dos agentes concordará que o Parque Burle Marx é elemento vital para a construção desse sonho e da concretização da ideia do bairro enquanto região sustentável e com a “ecologia no sangue”. Em geral, a maioria hoje dirá que, de fato, os indígenas já ocupavam antes a terra onde avançam as obras do bairro e que sua ocupação do território é, além do mais, tradicional e remonta a antes mesmo do início da construção de Brasília. Essas são algumas convergências, entre as muitas que permitem, além do mais, que o Noroeste venha tendo um crescimento quase que, por assim dizer, em progressão geométrica, como procurei mostrar com as imagens de satélite ainda no capítulo 3.

Se é um sonho, como é, a partir daí, que se pode moldá-lo e direcioná-lo? O bairro deve ter seu custo ainda mais elevado ou se deve permitir que sejam construídos apartamentos com áreas menores e menos benefícios? Se o Burle Marx faz parte da posição privilegiada ocupada pelo bairro, como é que devem ser seus contornos no futuro? Deve ser uma reserva ecológica ou um parque urbano? Deve ter entrada controlada? Ainda mais, os ultraleves devem ou não poder decolar e pousar da pista da APUB localizada no mesmo Burle Marx? Os aviões são ou não um incômodo?

Se os indígenas são reconhecidos como sendo indígenas (voilà!), devem, então, ficar na Terra que lhes é de direito ou devem, mediante acordos ou desacordos, dirigir-se a outro lugar? Os indígenas moravam ali antes do Setor Noroeste, mas poderão ser moradores do bairro, ou, melhor dizendo, moradores legítimos do bairro? Quanto à infraestrutura, é melhor que o bairro cresça para que depois arrume suas vias, suas placas de sinalização, seu tráfego, a coleta de lixo ou que diminua seu ritmo para que os problemas que já existem sejam solucionados? Que será do lucro das construtoras se essa decisão for

tomada por todos os que têm autoridade para tal ou, pior, se for tomada por um grupo menor entre aqueles que a podem tomá-la? Que será das ações da Terracap e que será do GDF, parte dessa disputa, mas simultaneamente dependente de pessoas e associações que referendam políticas não só na região como para todo o DF? Não custa repetir o que disse Rollemberg ainda naquele 15 de agosto: “O Noroeste é uma vitrine para Brasília”.

Três questões contribuem para que esse/a novelo/a fique um pouco menos embaraçado/a. Se há *disputas*, eis que podemos questionar *o que, como e quem* disputa. Isso implica, paralelamente mas não de modo secundário, que se há algo pelo qual se rivaliza, há outros elementos pelos quais pode não valer a pena entrar em conflito (ou em relação aos quais é possível se abster) ou que não fazem parte das composições do bairro. Se há, acima de tudo, quem entra na briga por algo, há quem fica de fora, isto é, há aqueles que são desconsiderados como partes legítimas e relevantes para que certas negociações em torno do Setor Noroeste sejam feitas. E se há, enfim, aqueles que podem lutar por algo, há diversas formas cuja luta pode assumir.

*

As disputas no bairro se constroem em torno de *recursos*. Os objetos da contenda são, entre muitos, o Parque Burle Marx, a via W7 Norte, as velocidades de tráfego nas vias locais, a ocupação e seu ritmo nas áreas ainda não construídas, a estratificação da população consumidora que ali vai se estabelecer, a pista de caminhada situada entre o parque e a via W7, as empresas de telecomunicação que vão poder ou não operar nos apartamentos, o transporte público e as permissões possíveis para que possam trabalhar na área postos de combustíveis, igrejas e shoppings.

São igualmente questões não-resolvidas a construção de galerias pluviais (onde, quantas, que tamanho), a distribuição de parques infantis e de praças de idosos entre as quadras residenciais (onde, quantos, que tamanho) e a permissão da operação da pista de ultraleves e de realização de feiras de venda de imóveis, como as que em geral ocorrem aos sábados. Todos esses recursos em luta, passíveis da adição de muitos outros, informam, em relação ao bairro, algo que os atravessa, porque imbuídos dos projetos das pessoas que neles investem seus tempos, seus esforços e seus recursos. São os recursos, dito de outro modo, *que* são objetos de disputa.

Para que sejam, daí, aprovadas ou não permissões, possibilidades, acessos e construções, para que sejam tomadas determinadas decisões em detrimento de outras, valem-se os moradores, as associações, os grupos de agentes do bairro de recursos a eles disponíveis.

Falo de *regimes de justificação* como seriam o urbanismo verde, a pegada ecológica e os laudos técnicos (ver, por exemplo, como argumenta João Pereira na carta em que se demite da Amonor), de discursos midiáticos, de contatos em secretarias, administrações, em escritórios de advocacia, no governo distrital e no federal.

Refiro-me também aos capitais colocados em jogo, conforme os entende Pierre Bourdieu (2013). *Capitais* social, cultural, econômico, que permitem⁴⁹, além da própria entrada dos agentes em determinada disputa, configurações particulares das lutas em torno dos recursos, dadas pela relação daqueles que, quando e onde delas participam.

Em consonância à noção de Bourdieu, entra em cena o *tempo* dedicado e disponível para se batalhar pelos objetivos pretendidos na região: aposentados, assalariados e estudantes têm distintas possibilidades de integrar os processos de luta, ainda mais quando à condição de assalariado se soma à de membro profissional dos grupos envolvidos nas situações litigiosas, como o são, por exemplo, os funcionários da ADEMI, do Sinduscon e da Terracap.

Esses recursos (bens de consumo/regimes de justificação/capitais e tempo) postos em ação poderiam bem não constituir nenhuma peculiaridade intrínseca ao Setor Noroeste, como se formassem uma ilha de calor em meio a um continente gélido. Argumento que essa relação não é, contudo, de exclusão, como se tais relações desenvolvidas no bairro ou são exclusivas dele ou, pelo contrário, são reflexos imediatos e incontornáveis de uma realidade mais ampla.

O universo em que orbitam esses agentes é formado por uma conjunção particular de eventos e de trajetórias em determinados momentos e também por outras similares ao que ocorre para além do bairro, porque entremeadas por justificações e redes de relações que atravessam os tecidos sociais. São recursos que integram o processo, enfim, de *como* se luta por algo no bairro.

49 Na Parte III, aprofundo-me especificamente no tratamento dessas noções.

Esse modo compósito de compreender essas relações, entre o conjuntural e o estrutural, pode ser balizado pelo pensamento do historiador Edward Palmer Thompson, quando diz que

I do not see class as a 'structure', nor even as a 'category', but as something which in fact happens (and can be shown to have happened) in human relationships. If we stop history at a given point, then there are no classes but simply a multitude of individuals with a multitude of experiences. But if we watch these men over an adequate period of social change, we observe patterns in their relationships, their ideas, and their institutions. Class is defined by men as they live their own history, and, in the end, this is its only definition⁵⁰ (Thompson, 1964, p. 9)

O Setor Noroeste, apesar de recente, não é um bairro de camadas médias e altas que surge a partir de um suposto vácuo social e histórico. Para se considerar como concreta a possibilidade do bairro engendrar relações próprias e totalmente endógenas, seria preciso levar a sério a primeira afirmação e levá-la até as últimas consequências; supor esse vácuo como possível.

Se para a pesquisa de campo que realizei e para o encontro etnográfico que tive isso pode ser aplicado, o mesmo se dá, em outro nível e de maneira diversa, a propósito de Brasília.⁵¹ Daí que, assim como as classes se definem por relações e por relações entre ideias, pessoas e instituições ao longo do tempo, o mesmo estendo às lutas por recursos levadas a cabo por aqueles e aquelas com quem me encontrei etnograficamente.

Tomando a classe enquanto relacionamentos permeados pelo conflito e a noção de capital de Bourdieu, a partir da qual é possível entender como grupos atingem os/as espaços/posições que ocupam social e geograficamente e como são entendidos como legítimos detentores dessa marca distintiva, caminho em direção ao que fica menos evidente nas produções de discurso que atravessam a vida dos moradores do Noroeste.

50 Eu não vejo classe como uma 'estrutura', nem como uma categoria, mas como algo que de fato acontece (e que pode ser evidenciada como tendo acontecido) em relacionamentos humanos. Se nós paramos a história em um determinado ponto, então não há classes, mas simples uma multiplicidade de indivíduos com a uma multiplicidade de experiências. Mas se nós observamos esses homens ao longo de um período adequado de mudança social, nós observamos padrões em seus relacionamentos, em suas ideias e em suas instituições. A classe é definida pelos como eles vivem sua própria história, e, no fim das contas, essa é sua única definição (tradução minha).

51 É na última parte da dissertação que dialogo com estudos sobre Brasília.

Estavam presentes na inauguração do dia 15, como há pouco mencionei, cerca de 80 pessoas, se contarmos as autoridades que discursaram e os jornalistas. Entre eles e elas, não estavam indígenas, não estavam operários, não estavam empregadas domésticas, diaristas, babás e funcionários das lojas do comércio local. Com exceção dos seguranças que trabalhavam no momento e uma ou outra pessoa no público, eram poucos os negros.

Na forma como se engendraram as lutas por recursos no Setor Noroeste, portanto, há tipos sociais que figuram como protagonistas e outros que são coadjuvantes, quando não tão somente expectadores. Esse último papel, no modo como agem aqueles que vêm tomando as decisões para o bairro, fica reservado aos indígenas, isolados em sua Terra⁵² e ausentes de toda e qualquer reunião ou acordo que seja feito para o Setor Noroeste e muitas vezes sobre o próprio lugar em que vivem, por mais que isso soe e seja absurdo.

Não é à toa, logo, que os indígenas e o Santuário dos Pajés desapareçam, inclusive, dos mapas que referendam a localização da área e que guiam muitos dos anúncios veiculados aos compradores (Imagens 19 e 20)

Se os mapas ilustram os blocos, os apartamentos, as vias e o Parque Burle Marx e se os anúncios ilustram, como vimos, um estilo de vida que se vende, quando os indígenas aí estão ausentes, entende-se que estão, de antemão, fora de qualquer páreo de disputa.

Ilustrativa, nesse caso, é a fala de Rodrigo Rollemberg em um dos raros momentos em que ficou sozinho com o então presidente da Amonor, Alberto Matos. “Onde fica de fato o Santuário aqui, hein?”, disse, ao que foi respondido com um aceno de mão do interlocutor, indicando a posição aproximada da Terra Indígena (TI), sem que nenhum de ambos se dispusesse a se estender por aquele viés de conversa. Imagino que dificilmente Rollemberg não soubesse da localização da TI, o que não nos leva a crer, por conseguinte, que quisesse saber a localização *exata* dela.

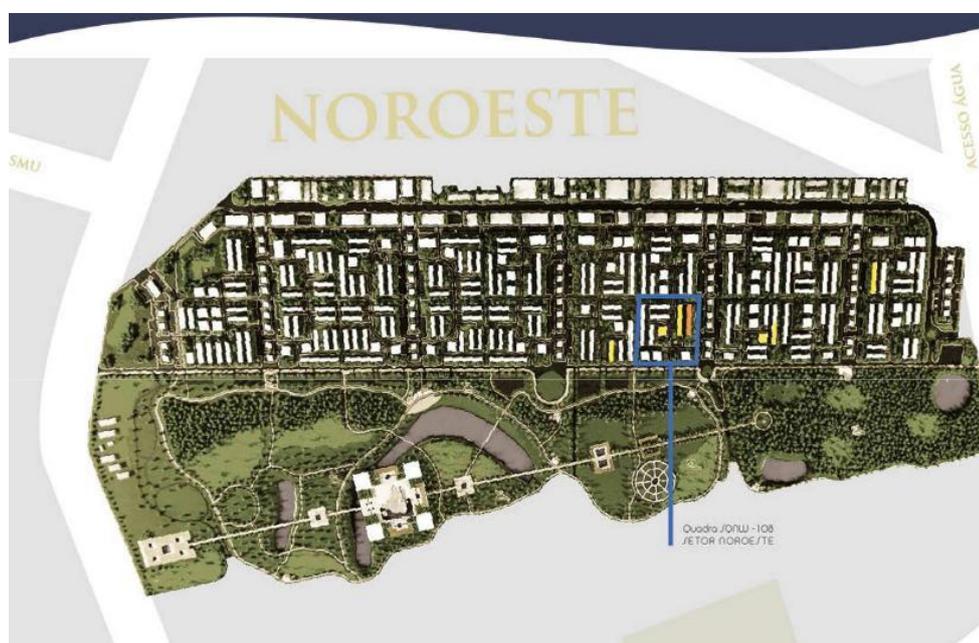
Imagem 19 – O Setor Noroeste, menos o Santuários dos Pajés⁵³. Compare essa foto com a primeira imagem de Satélite (Imagem 2)

52 Ver os trabalhos de Crevels (2014) e Brayner (2013) para entender melhor a relação dos indígenas do Santuário dos Pajés com o território onde vivem.

53 Disponível em: <<http://marko3.com.br/empreendimento/noroeste/index.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2016.



Imagem 20- O Setor Noroeste, menos o Santuários dos Pajés – conforme anúncio de construtora⁵⁴



Os mapas, incluindo-se aí aqueles divulgados com a chancela do poder público, tampouco poderiam respondê-lo. Os indígenas não estão entre aqueles, os *quens*, que

⁵⁴ Disponível em: <<https://imoveis.wordpress.com/imoveis/reserva-especial/>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

lutam formalmente pelo bairro. Apesar de o Setor Noroeste ter crescido ao seu redor (Foto 27), e não o inverso, não constam dos discursos oficiais dos agentes protagonistas, a não ser quando entendidos como problemas, imbróglis cuja está mais do que a tempo de ser concluída.

Foto 27 – No meio do Santuário, havia um Noroeste



*

Tão relevante como saber em um jogo quem são os jogadores e quais são suas regras é ter em mente que o conjunto singular dessas regras e desses jogadores, dos agentes e de seus recursos, exclui aqueles que muitas vezes não compartilham das mesmas bases fundadoras de determinada contenda. Há situação ainda pior, quando nem mesmo foram convidados para dela participar, ainda que os seus efeitos possam transformar e dizimar suas vidas.

Todos os agentes que aqui rotulei como legítimos não são mais do que esses que conduzem o jogo do qual participam. Seus conflitos não são menos “reais” ou custosos por conta disso, por incluírem um rol específico de interlocutores enquanto outro é excluído. Envolvem-se, afinal de contas, até o fim em suas lutas por recursos, apostando todas suas fichas nisso.

A luta na qual entram tem, por esses processos cotidianos, uma composição particular e é válida segundo mecanismos, escalas e propósitos igualmente particulares. Conforme se movem pelo Setor Noroeste e procuram desenvolvê-lo (no sentido de propor um tipo ou mais tipos de envolvimento com algo), essa luta assume facetas cujos contornos são extremamente relevantes para compreender como se fiam algumas tramas em torno dessas disputas por projetos estáveis, sonhos, recursos; disputas, enfim, por espaços, sejam simbólicos, geográficos, culturais e financeiros, ou antes, um conjunto multifacetado de todas as composições.

No próximo capítulo, minha posição é que essa luta, no Setor Noroeste, em Brasília e no Distrito Federal, pode ser compreendida como uma *luta pelo céu*. Sobre ela debruço-me pouco a pouco a partir de agora.

CAPÍTULO 7

Objetivo: um céu em particular

Os encontros etnográficos que tive com a família Montenegro e a família Santos não são representativos apenas porque entre seus membros estão os tipos sociais (Simmel, 1972) de assalariados de renda alta e média, com cargos hierárquicos em geral superiores e com forte presença no setor público. Isso, apesar de relativamente exacerbado no Setor Noroeste até onde pude ver a partir de meu trabalho de campo, é relativamente comum no DF e, em especial, no Plano Piloto.

Os Santos e os Montenegro compartilham ainda de objetivos em comum, projetos que encontram muitas ressonâncias uns nos outros e, embora os Santos não tenham filhos até o momento, vislumbram nos que poventura venham a ter o mesmo que os Montenegro conseguiram para os seus: estudos universitários, cursos de qualificação, carros na garagem e uma vida ainda melhor do que tiveram quando mais novos. Quanto ao DF das camadas médias, o mesmo pode ser dito em suas linhas gerais (Machado; de Magalhães, 2010).

Os pontos de contato, todavia, vão além e é nessas similitudes que reside algo capcioso. Em alguns momentos das conversas que tive com Rose, Marcos, seus filhos e, depois, com Bernardo, respingavam aqui e ali referências ao céu. Bernardo me disse que “para quem tem como pagar, o céu é o limite.” Rosana foi mais direta quando retoricamente me perguntou: “olha esse céu aqui e vê se não é uma maravilha?”

Essas duas referências poderiam bem ser detalhes desnecessários em meio a outras informações possivelmente mais relevantes. Não é raro que ouçamos pelas ruas brasileiras que o céu é o limite quando queremos apontar o quão ilimitadas são as possibilidades em relação a determinadas coisas. “Para os banqueiros, o céu é o limite” seria uma frase perfeitamente compreensível e empiricamente comprovável, uma vez que sabemos como desigualmente o sistema financeiro brasileiro pende sua balança para poucos.

Agora, daí a pegar desse momento banal de uma conversa e usá-lo como um rastro de algo maior a ser explorado antropologicamente pode soar mais do que exagerado, quase uma bravata.

Em relação aos Montenegro, dá-se o mesmo. Será tão relevante assim o momento em que Rosa esticou seu dedo, apontou-o para o céu e para todas as facilidades territoriais que podiam ser vistas de sua janela? Será que sua frase não pode ser posta de lado como muitas vezes se faz com vírgulas mal utilizadas e onomatopéias desnecessárias?

O céu, como utilizado em nossa conversa, não seria um desses recursos com os quais cobrimos pequenos silêncios de nossas conversas cotidianas? Não seria um mero escape para quando não se tem muito o que falar?

O argumento que defendo considera todas essas questões como válidas. Ao longo das reflexões que enfrentei em campo e, principalmente, quando não estava mais propriamente em pesquisa etnográfica, muitas vezes me perguntei até que ponto o céu poderia ou não ser algo relevante para os moradores recentes do Setor Noroeste.

Pouco a pouco e na medida em que fui mais vezes e por mais tempo ao bairro, o céu passou, no entanto, a se destacar ainda mais como uma categoria importante para a vida das pessoas com quem interagi durante alguns períodos dos últimos dois anos.

O que ouvi das famílias com referência ao céu é algo recorrente. Foram muitas as ocasiões em que o céu do bairro, o céu do Setor Noroeste, o céu acima desses apartamentos, foi apontado para mim em conversas mais ou menos longas, das menos às mais profundas.

Em uma sexta-feira de junho de 2015, Lucas, estudante da UnB, o mesmo que comentara sobre o quanto o avô havia simpatizado com o bairro, convidou-me para que subíssemos até a laje de seu prédio, onde ficam as superfícies de captação da radiação solar e de onde, segundo ele, “o céu é imenso.”

A Foto 28 é uma das fotografias que captei nesse dia, em um dos poucos momentos em que, de fato, decidi parar de olhar e contemplar o céu para apenas registrá-lo. Assim como Lucas, fiquei emocionado.

Até aquele momento, nunca tinha visto o céu da capital tão vasto como ao que tive acesso naquele dia. Lucas, antes de se mudar, também não. “Bom pra trazer a namorada”, me disse pouco antes de descermos as escadas que nos devolveriam ao seu apartamento.

Foto 28 – Acima do Setor Noroeste o céu



*

“O céu é o mar de Brasília.”

Quem mora na capital federal já está familiarizado com a frase. Se Brasília, localizada em pleno Planalto Central, não tem as belezas de praias como as que têm o Rio de Janeiro, se não tem a mesma intensidade como a que se atribui à São Paulo, se não tem também a tranquilidade de muitas cidades pequenas do Brasil, tem o céu.

O céu é considerado uma marca distintiva de Brasília, encontrado aqui com cores, dimensões e profundidade únicas. Lúcio Costa (1987) o tomou como um dos pilares da composição artística da capital modernista. “A cidade é deliberadamente aberta aos 360 graus do horizonte que a circunda”, afirma no sexto ponto da defesa que apresentou para o tombamento da cidade como Patrimônio Cultural da Humanidade⁵⁵. Em complemento a esse título, já se propôs, inclusive, que o céu ganhasse uma insígnia

55 Ver o texto todo no Anexo I

própria.⁵⁶ O arquiteto idealizador da proposta, Carlos Fernando Delphim, diz, sobre os contornos de sua ideia

Se as curvas em concreto podem ficar protegidas, por que não a paisagem azul? A proposta do projeto é definir regras de cores, gabaritos, alturas e volumes de construções para não impedirem a vista do céu. Cada lugar tem uma identidade, uma marca. E a de Brasília é o céu

Carlos toca num ponto central também para os moradores do Setor Noroeste. João Pereira comentou algumas vezes comigo e em eventos da Amonor que as empresas de telecomunicação tinham que atender primeiramente aos interesses dos seus consumidores e que não deveriam, como pretendiam, espalhar antenas de forma caótica pelos prédios do bairro. “Isso castigaria a paisagem do bairro, impediria a gente de ver além dos blocos.” Alberto Matos também comentou, sempre apoiado por Gregório Bastos, que não queria, e isso era desejo de todos ali, “essa parafernália que se vê em outros lugares; nós compramos um lugar *diferente*, não vamos viver o que vivíamos antes” (grifo meu).

O céu, para ser como é em Brasília, para ser ainda mais como é no Noroeste, precisa, portanto, ser preservado. Antenas podem impedir isso, bloqueando a visão e, logo, a contemplação de suas cores e de seus contornos. Prédios mais altos do que os outros, aviões ultraleves e vidros espelhados envolvendo construções prejudicam a opulência de vistas como as que todos os dias têm os Santos e os Montenegro e como pude eu mesmo vivenciar um bocadinho durante alguns minutos.

Ressalto, nesse ponto, que o céu não parece ser encarado pelos moradores e pelas moradoras do Setor Noroeste como somente uma beleza natural. O céu igualmente não é uma mera representação simbólica do sucesso de suas trajetórias, como um signo marcador de suas conquistas. Não é também intangível, algo que não pode ser mais do que admirado e que está para além de nossa compreensão. A propósito, não é tão só tudo isso.

56 A reportagem do Correio Braziliense em que o arquiteto Carlos Fernando Delphim defende a proposta está disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/04/23/interna_cidadesdf,424235/proposta-de-tombamento-do-ceu-de-brasilia-ganha-forca-e-adeptos-na-cidade.shtml. Acesso em: 16 jan. 2016.

O céu e o Setor Noroeste formam uma composição específica, que é articulação de perspectivas sobre a natureza, sobre o sucesso e sobre seus projetos. Essa composição, se possível de ser atingida em outros lugares, é ainda mais concreta em Brasília. Que dizer, então, de um bairro privilegiado como é o em que estão essas pessoas?

Ocorre que o céu é um bem universal, ou, de início, disponível para todos. Se não pode ser privatizado ou se transformar intrinsecamente em bem pessoal, entretanto, há maneiras outras de se particularizá-lo. Trata-se o céu, sim, de algo que está acima de quem e do que quer que seja, estejamos onde estejamos, possamos vê-lo ou não. Há, no entanto, modos diferentes de se apropriar disso.

Se partimos do pressuposto que o céu é o mar de Brasília, podemos pensar que talvez não seja esse mar uniforme para todos que o vêem. A experiência de se ter um céu é, assim, mediada por onde se está, como se está e com quem se está. Ver o pôr-do-sol de uma montanha é uma coisa, vê-lo de uma sarjeta é outra. Morar em um apartamento pequeno, com poucos móveis e com o salário insuficiente e daí olhar para o céu é uma coisa, morar em outro grande, amplamente mobiliado e com renda mais do que suficiente para uma vida confortável é outra totalmente diferente.

Em uma cidade de céu único, em um bairro de recursos, onde vivem pessoas de recursos, a vivência é inequivocadamente privilegiada. Quando se compra o sonho de se viver no Noroeste, compra-se também um modo de se ver o céu, um modo particular de se tê-lo sobre o seu próprio apartamento e consigo mesmo.

A particularização do céu, nos modos como ela emerge no Setor Noroeste, pode ser um gatilho para se refletir acerca dos processos de expansão urbana, de segregação e de conflitos nas cidades. Em pesquisa de campo, quase sempre ouvi dos moradores que sua posição é privilegiada e que sua condição econômica, social, cultural (seus capitais, seus recursos) permitiram que chegassem aonde chegaram. Não fossem suas famílias e todo o apoio (afetivo, moral e financeiro) não teriam os carros que têm, nem os filhos poderiam estudar nas escolas em que estudam. Não há pretensão, no geral, de se disfarçar privilégios e processos de exclusão, assim como, por outro lado, também não se procura dizer que tudo o que possuem seja uma consequência direta de desigualdades.

“Trabalhamos, suamos, demos tempo de nossas vidas e conseguimos o que conseguimos, embora saibamos que não seria a mesma coisa se não tivéssemos nascido nas famílias em que nascemos”, ou melhor dizendo, “embora saibamos que não seria a mesma coisa se não tivéssemos nascido nas famílias em que nascemos, trabalhamos, suamos, demos tempo de nossas vidas e conseguimos o que conseguimos”.

Ambas as frases podem ilustrar o que apreendi de meus contatos etnográficos, mas a segunda é mais fiel porque ressalta que, acima de tudo, há uma escolha entre caminhos possíveis, uma margem de possibilidades que poderia ou não ter levado a rumos determinados não fosse o seu bom proveito mediante escolhas individuais. As moradoras e os moradores do Setor Noroeste, os agentes em negociação no bairro, conquistaram, logo, um pedaço do céu. Tornaram-no algo mais seu do que de outros. Tornaram-por por decisões tomadas ao longo de suas trajetórias e merecem estar onde estão.

O céu, embora particularizado, nem por isso deixou de estar acima de todos e estender-se por todo o Distrito Federal com toda sua magnificiência; no Noroeste, entretanto, ele é um pouco *mais*, está um grau acima do restante. No bairro, o bom é inimigo do ótimo.

*

Em estudo dissertativo sobre Brasília, o antropólogo Paulo Henrique Santarém (2013) afirmou que a capital federal se construiu em torno do conflito. Acima das convergências pregadas pelo planejamento modernista e pelo discurso desenvolvimentista que cercou a construção da cidade e a sua expansão, foram ainda mais intensos e determinantes os conflitos em torno do espaço, dados singularmente por contradições econômicas, isto é, de classe. A especulação imobiliária, abordada também por Paviani (1996, 2010, 2010a, 2010b e 2010c), Penhavel (2013) e indiretamente por Borges (2003), seria um desses motores produtores de clivagens. Em concordância com o autor, sinalizo que a experiência de meu encontro etnográfico respalda sua postura teórica.

Escolher o Setor Noroeste, mudar-se para a região, viver no bairro e desenvolvê-lo é uma experiência multifacetada. A composição desses fenômenos é multiescalar, para me valer de um termo de Sassen (2006), porque carregada por miríades de ordens

sociológicas, com potenciais de combinações das mais diversas, mas nem por isso de todo infinitas.

Morar no bairro envolve uma escolha individual em torno de projetos de estabilidade e de sonhos, envolve ter uma série de capitais que abrem as portas do bairro para que possa ser comprado e envolve uma concatenação de interesses e ações em direção ao que se espera dos apartamentos e do conjunto arquitetônico, por assim dizer, da área. Paralelamente, essas escolhas estão relacionadas a privilégios possuídos e assumidos; estão vinculadas de forma direta a um sistema excludente. A experiência dos moradores, porém, não é em si contraditória, mas é cheia de tramas que vão além ou da exclusão e do conflito, no que me afasto um pouco de Santarém (2003), e dos anúncios harmoniosos que vendem o Setor Noroeste.

Nesse vai e vem epistemológico, de profusão de escalas e discursos, a *luta pelo céu* se constitui como ferramenta conceitual útil. Em Brasília, no Distrito Federal e no Entorno, a disputa não é somente por espaço, exclusivamente por direitos de terra e unicamente por sonhos maiores e mais, ou menos, igualitários. A luta pelo céu é, singularmente, uma luta por recursos, conforto, centralidade, estabilidade, melhores salários, uma luta por privilégios. Situa-se entre a exclusão, o privilégio e a construção dos sonhos.

Desfaço-me, a partir dessa categoria, de maniqueísmos em relação aos moradores e ao Setor Noroeste como um todo. A lógica segundo a qual “uma vez compradores de um apartamento no bairro, para sempre marcados com o rótulo da exclusão” é pouco frutífera. Lutar pelo céu não é, portanto, comprar maldosamente algo em algum lugar. No Distrito Federal, levando-se em conta sua historicidade, seus processos sociológicos e as trajetórias das pessoas que aqui fincaram raízes mais ou menos profundas, é possível dizer que todos compartilham dessa mesma luta, todos lutam pelo céu. De forma desigual, com linguagens diversas, instrumentais simbólicos diferentes, com mais ou menos recursos, todas as pessoas, os grupos e os agentes que negociam um espaço, uma posição, um bocadinho do DF, lutam pelo céu.

Na última parte desta dissertação, aprofundo-me nesse entendimento, enlaçando-o às produções teóricas que encaro como essenciais para sua compreensão. Mais uma vez, sigamos.

PARTE III
A luta pelo céu

*“anunciaram a utopia/
mas foi Brasília
que apareceu/
o que mais
te fascina
em Brasília?/
a cidade ou o poder?/
o céu”*

(Nicolas Behr, em *À procura de uma cidade*)

“Da proposta do plano-piloto resultou a incorporação à cidade do imenso céu do planalto, como parte integrante e onnipresente da própria concepção urbana — os “vazios” são por ele preenchidos; a cidade é deliberadamente aberta aos 360 graus do horizonte que a circunda.”

(Lúcio Costa, em *Brasília Revisitada*)

CAPÍTULO 8

Mobilizações em torno do/contra o Setor Noroeste

Nas duas primeiras partes do meu argumento, procurei traçar algumas das tramas que envolvem a construção do Setor Noroeste bem como do processo de mudança para o bairro. O eixo principal que norteia a análise a partir de agora é ver algumas das implicações e imbricações que essa mudança para o bairro promove (e deixa de promover) em Brasília e no Distrito Federal e Entorno.

As considerações em cima dessa pergunta implicam, a meu ver, mudar a *escala* de reflexão teórica. Se antes o foco da dissertação se dirigiu ao Setor Noroeste em algumas de suas especificidades, meu objetivo agora é ampliar o escopo da análise. Isso quer dizer que de um bairro passamos a enxergar a cidade e todo um território que a envolve e que de algumas relações que acontecem na região vamos em direção a outra miríade de relações com mais feixes e com outros envolvimentos.

*

A ocupação *legítima* do Setor Noroeste por empreendimentos imobiliários é um fenômeno relativamente recente. Quando digo legítimo, refiro-me à circunstância pela qual o bairro é juridicamente resguardado e está incluído no planejamento urbano do DF.

As contestações de sua construção não mais atingem o núcleo de suas propostas urbanísticas e as obras seguem em frente. João Pereira sintetizou essa situação de forma icônica: “assim que os Correios começaram a entregar cartas aqui, já não podíamos mais sair”. Interprete-se: o Noroeste é um local de moradia agora e já recebeu, enfim, seu selo de garantia. Nem sempre, no entanto, esse selo esteve atrelado ao território, como já abordei antes rapidamente.

A legitimidade do bairro foi construída, ao longo do tempo, com base em duas definições: (a) a de *como* seria o bairro e sua ocupação e; (b) de *quem* poderia morar na região. Ambas foram, em maior ou menor medida, objetos de análise acadêmica. Essas análises são meus guias analíticos daqui em diante.

A aprovação do Setor Noroeste como área de expansão da ocupação urbana do DF envolveu, primordialmente, sua aprovação no Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). A primeira versão do documento foi aprovada em 1992, com o objetivo de determinar os rumos de crescimento e desenvolvimento do território do Distrito Federal. O texto original foi atualizado em 2009 e algumas proibições em relação ao povoamento do território distrital foram abolidas, entre elas a restrição de ocupação das terras ao norte do Eixo Monumental e a oeste da Asa Norte, isto é, terras do Setor Noroeste.

O propósito do PDOT, segundo seu art. 3º, é ser “[...] o instrumento básico da política urbana e da orientação dos agentes públicos e privados que atuam no território do Distrito Federal.” (Lei Compl. 803/2009). Com esse objetivo em vista, são definidos, por meio de encontros, reuniões e audiências públicas, o planejamento, as diretrizes e padrões de uso para o DF. São modulados Coeficientes, como o CFam⁵⁷, e mapas⁵⁸, conforme toda sorte de especialidades.

Com o PDOT se estabelece, enfim, um documento *técnico*, isto é, composto por regimes de justificação de diversas ordens dispostos em uma narrativa linear e com propósitos bem delineados. A força desse conjunto é tanto maior quanto mais respaldada por números, índices e planos de ação.

Com o aval do PDOT, suas instruções e seus objetivos, os caminhos da expansão urbana estão, no melhor dos mundos, programados e somente à espera de ser trilhados. A Imagem 21 retrata o escopo geral do Plano, com os textos verbais que mais se destacam – estatisticamente – ao longo de todo o conteúdo. As expressões mais recorrentes são, claro, as ligadas à terra e ao seu uso (lote, área, setor, QI, QE⁵⁹) seguidas aquelas que se relacionam aos modos de se regulá-la (Uso, CFam, Plano, CFab, AE⁶⁰).

57 Coeficiente de aproveitamento máximo, utilizado para estabelecer correlações entre áreas de tipos diferentes (centros, áreas econômicas, praças, etc).

58 Ver, por exemplo, todos os disponíveis no site da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação: <http://www.sedhab.df.gov.br/preservacao-e-planejamento-urbano/pdot.html>. Acesso em: 01 fev. 2016.

59 Quadra interna (QI) e Quadra Externa (QE) são as siglas para quadras de algumas cidades do DF, como Taguatinga e Guará

60 Coeficiente de aproveitamento básico (CFab) e Área especial (AE).

Imagem 21 – Nuvem de palavras do PDOT (2016)⁶¹

O PDOT, entretanto, não é imune a críticas. Aldo Paviani (2010) argumenta que o documento não resolve aquele que seria a principal característica-problema da ocupação do DF: a segregação espacial.

Como já pontuei no capítulo 1, argumenta ele, no que é seguido por Ferreira e Steinberg (2003), Pinheiro Barreto (2010), Penhavel (2013) e Santarém (2013) que as

61 Nuvem gerada com base na ferramenta disponível no site <tagul.com/>. A imagem foi gerada com a retirada de expressões com menos de 20 ocorrências e outras como: de, da, na, para, os, dos, que, com, em, ao, pelo, como, são, se, n^o, desta, pela, sua, nos, às, este, nesta, deste, cuja.

desigualdades econômicas, tão evidentes em outras metrópoles do Brasil, adquirem uma faceta ainda mais excludente em Brasília; aos enclaves de renda se somariam os enclaves geográficos, ou seja, certas porções do território são destinadas a classes sociais específicas. A proposta aprovada em 2009 tem como ponto de partida esse cenário, sem, no entanto, procurar solucioná-lo. Em longo prazo, uma vez seguidas as disposições do PDOT, seriam ainda mais agravados os abismos entre os maiores e os menores detentores de capital na cidade.

Branco sai, Preto Fica (2014), do cineasta Adirley Queiróz, é o retrato fílmico desse argumento. Na obra audiovisual os protagonistas são moradores de Ceilândia e se querem ir a qualquer lugar no Plano Piloto precisam pagar pedágio. A saída da cidade-satélite somente é feita mediante pagamento e não significa, em última instância, que possam ocupar qualquer área além daquela em que nasceram. O lugar dessas pessoas é – incontestavelmente – na Ceilândia ou em qualquer outra região hoje considerada periférica. Embora hiperbólica, a metáfora procura ilustrar um entendimento do panorama urbano do DF, com o qual concordo, em que nem todos podem ser proprietários de todas e quaisquer terras em Brasília.

No modo como foi oficializado, não há, no PDOT, segundo Paviani e todos os demais críticos antes citados, esforço qualquer quanto à alocação de recursos que seria necessária para ir contra a atual tendência segregacionista do território distrital. A proposta administrativa não procura a integração de cidades-satélites às regiões onde se concentram as maiores oportunidades de emprego e, pelo contrário, aprofunda o processo de segregação.

Quem mais gasta com transporte por conta da distância de chegada ao trabalho é quem menos pode, contraditoriamente, pagar por esse custo. Ao arcar com essas despesas de forma desproporcional em relação ao que ganham e em relação ao que ganham os moradores de regiões mais próximas aos seus locais de trabalho, essas pessoas acabam por se verem circunscritas a determinadas áreas de moradia, em tendência de viés centrífugo. (Elias; Medeiros Filho, 2010, Paviani, op.cit., Ferreira Nunes, 2014).

À concentração de renda nas áreas mais centrais, do ponto de vista da localização de empregos e dos valores mais altos de moradia, soma-se o recorte da raça. Santarém

(2013) afirma com razão que o conflito fundiário no Distrito Federal é também um conflito racial; determinadas áreas são ocupadas, maciçamente, por negros e negras.

A Imagem 22 escancara essa configuração, quando cruza informações demográficas, habitacionais e geográficas. No Plano Piloto e nas regiões adjacentes, prevalecem moradores brancos; quanto mais se afasta dessas áreas, mais proporcionalmente negra é a população.

Imagem 22 – Um DF territorialmente racializado (2016)⁶²

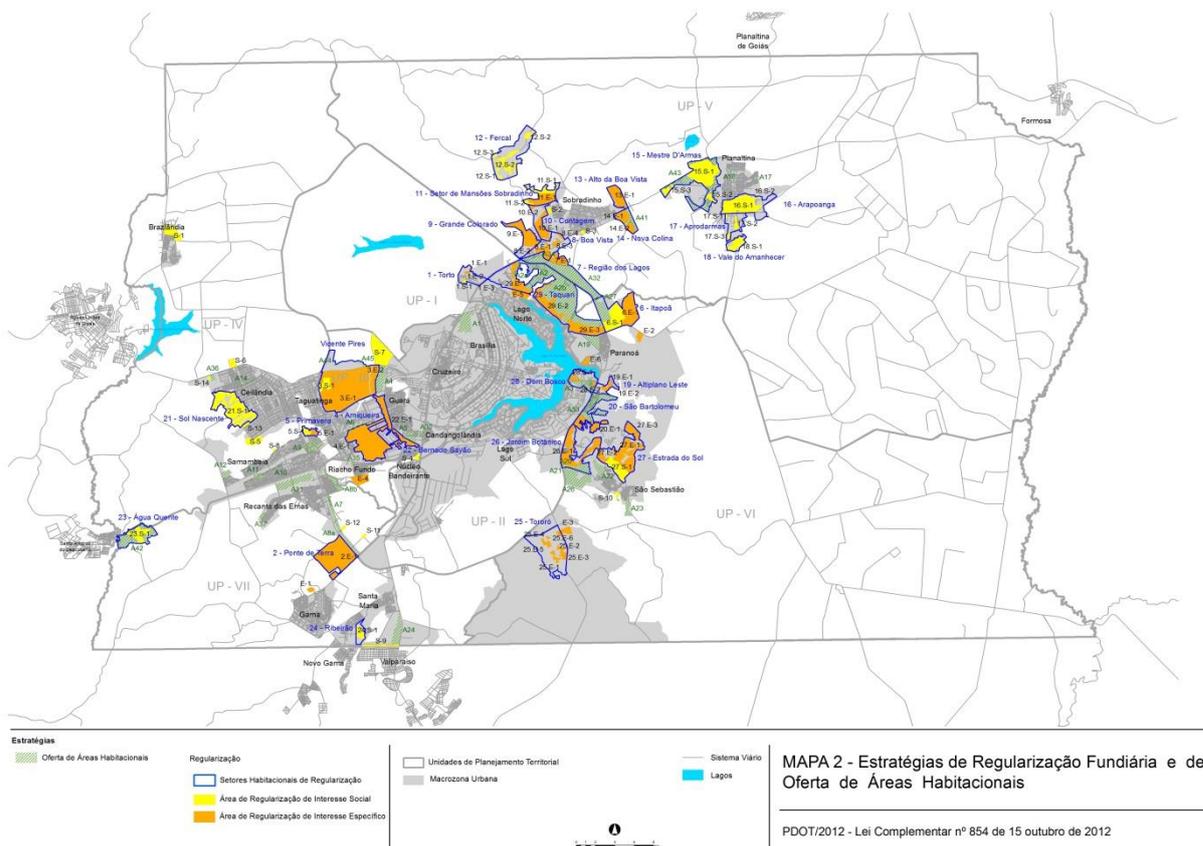


Comparo essa última imagem ao mapa presente no documento completo do PDOT (Imagem 23). O mapa objetiva evidenciar estratégias quanto à expansão de oferta de áreas habitáveis no DF. Por mais que se veja que as cores laranja e amarela prevaleçam, ambas não necessariamente sinalizam temporalmente em que ponto essas Áreas de Interesse serão devidamente regularizadas. As ofertas habitacionais, representadas pelo verde tracejado, estão concentradas em regiões onde moram, majoritariamente, pessoas de maior capital econômico

62 Figura feita com base na ferramenta disponibilizada em: <>. Acesso em: 03 fev. 2016. Para ter acesso a essa visualização em particular, acesse: < <http://patadata.org/maparacial/#lat=-87.169811&lon=84.155172&z=10&o=t>>. Acesso em: 03 fev. 2016.

e que se identificam como brancas. Esses territórios estão “prontos” para serem habitados, enquanto outros estão na esfera do incerto.

Imagem 23 – Sinal Verde para o Noroeste⁶³



*

Com o sinal verde para a construção do Setor Noroeste, é consenso entre críticos que se maximiza o quadro de segregação do DF, estrutural em sua conformação político-territorial e recorrente em análises já sobre os primeiros anos da capital (Epstein, 1973, Andrade, 1967; Carvalho, 1991; Holston, 1993; Ribeiro, 2008; Paviani, op. cit.).

Voltado às camadas médias e superiores, com salários altos e empregos estáveis, o bairro aprofunda enclaves socioeconômicos. Conforme argumentam Pinheiro Barreto

63 Retirado de SEGETH (2012). Disponível em: < <http://www.sedhab.df.gov.br/preservacao-e-planejamento-urbano/pdot.html>>. Acesso em: 03 fev. 2016.

(2010), Giovenardi (2010) e Paviani (op.cit.), a construção do bairro não se dirige a suprir déficits habitacionais no território distrital, uma vez que são as pessoas mais pobres e em situação informal de trabalho que mais dependem de regularização de terras e de opções de moradia. A crítica vai além.

O Noroeste, como afirmo, é pautado no que chamei de *urbanismo verde*. A categoria encontra ressonância na pretensão do bairro em ser uma *ecovila*. Uma ecovila seria uma região autossustentável, no qual o consumo de recursos (naturais, materiais e imateriais) seria mínimo e com o menor impacto possível, com pouco uso de veículos automotores e com relativa autonomia de circulação em relação a espaços ocupados adjacentes. Não fica difícil perceber que, por trás do slogan, há pouco no bairro que faça valer essas características. Embora planejado em conformidade com o Manual Verde (2009), desenvolvido especialmente para a área, o bairro não é autônomo e tampouco gera impactos de menor envergadura.

Os moradores com quem conversei, lembremos, bem ressaltaram o porquê da distinção do Setor Noroeste: a posição e a localização são privilegiadas e, por conseguinte, seus acessos. Ademais, boa parte das pessoas se locomove de lá para seus trabalhos ou atividades de lazer de carro.

O rótulo de ecovila não é, a bem da verdade, reivindicado pelos moradores e pelas moradoras. Em geral, admitem enquanto benesses o que consideram sustentável (os chuveiros, a coleta de água, o aproveitamento de energia), mas não consideram isso motriz em seus estilos de vida.

Pode-se dizer, ainda assim, que o *urbanismo verde* teve – e tem - papel central na legitimação do Setor Noroeste. Schvarsberg (2009) aponta como o discurso ecológico foi assimilado pela mídia brasiliense e como, sobretudo, foi escolhido como contraponto positivo à ocupação indígena do Santuário dos Pajés e aos movimentos contrários ao bairro. As críticas direcionadas ao Setor e às construtoras seriam, nessa ótica, meros atrasos de obras necessárias para a/o capital.

O Setor Noroeste não teria seu crescimento parado, nem seus compradores perderiam seus investimentos, porque além da qualidade ímpar das construções e da reclamada necessidade de sua edificação, seria o bairro exemplo nacional, quiçá mundial, de novos modelos de arquitetura, mais sustentáveis e com olhos voltados para o futuro. Não por

coincidência, o fortalecimento dessa proposta caminhava na direção do que acabou se oficializando no PDOT, ao menos com relação ao território destinado ao Noroeste.

Isso porque, argumentam os críticos antes mencionados, para que certas características do bairro fossem preservadas, outras de outras regiões deveriam ser alteradas. Para que sejam aproveitados ao máximo os recursos do Setor Noroeste, outras regiões são afetadas. A analogia aqui é a de uma pedra jogada na água que, assim que toca a superfície líquida, espalha pequenas ondas, tão mais intensas quanto mais próximas do ponto onde foi jogada. Quanto maior o período de tempo em relação ao contato inicial entre a água e o material rochoso, mais as ondas vão se tornando maiores em extensão e menores em intensidade. A preservação de uma escala de recursos implica, afinal, alterações em outras escalas.

É claro, nem tudo ainda “funciona” devidamente no bairro. Grande parte da atuação da Amonor era em reuniões cuja principal pauta era infraestrutura, e isso me reiterava sempre João Pereira, assim como também confirmaram Alberto Matos e Gregório Bastos. Se nos tempos de seca, tudo segue sem muitos contratempos na rotina do Noroeste, o mesmo não pode ser dito quando começam as chuvas no DF. Muitas das preocupações alardeadas por eles eram precauções “para quando chovesse”. Reclamavam que o bairro ainda não foi contemplado com todos os recursos que estavam planejados para estarem já prontos nesse momento. Se chove, as ruas ficam alagadas e os carros, por exemplo, não podem passar.

“Como ir trabalhar desse jeito? Como deixar minhas crianças aqui?”, me disse Matos certa vez. Lembremos também que na carta que dirige à diretoria da Amonor, Pereira ressalta o quanto trabalhou para evitar que insuficiências em infraestrutura prejudicassem a todos.

O Noroeste, de fato, ainda se vê às voltas com obstáculos incomuns para seus atuais moradores. A maioria das reportagens feitas com os compradores e com as construtoras⁶⁴ foca em alguns dos problemas vivenciados cotidianamente e nas

64 Disponíveis em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/07/moradores-do-setor-noroeste-no-df-reclamam-da-falta-de-infraestrutura.html>>; <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2012/04/obras-no-setor-noroeste-provoca-assoreamento-no-lago-paranoa-no-df.html>>; <<http://noticias.r7.com/distrito-federal/bairro-de-brasilia-que-ja-teve-metro-quadrado-entres-outras-mais-caros-do-brasil-sofre-com-falta-de-estrutura-e-desvalorizacao-25022015>>;

promessas não cumpridas pela administração pública e pelos empreendimentos imobiliários. Não à toa o mote político da ação da Associação de Moradores é “ir atrás dos sonhos que foram vendidos”, trabalhando para que a falta de energia, de água e de encanamento e que alagamentos fiquem no campo do inadmissível. “Você vê todo dia isso na TV e não é num bairro como o nosso”, comentou Bernardo quando o entrevistei.

Todos esses percalços são encarados por aqueles e aquelas críticos à construção do Setor Noroeste, no entanto, como temporários. A convivência com inundações e com os desconfortos de um apartamento ainda não completamente equipado é ocasional, enquanto alguns danos decorrentes da instalação do Setor Noroeste nos moldes como vêm sendo feita tendem a ser mais perenes.

Algumas matérias jornalísticas também já cobriram tal perspectiva. Com a construção do bairro, o Plano Piloto como um todo passa a ser afetado, em especial o Lago Paranoá e o Parque Nacional⁶⁵. Conforme argumentou um assessor da Secretaria de Estado de Estão do Território e Habitação (SEGETH) do DF, em conversa que tive em agosto de 2015: “O Noroeste está encravado entre reservas ambientais; muito do estrago já está feito, embora algumas melhorias possam minimizá-los; se a drenagem do bairro não for feita e não forem pensadas alternativas, estaremos ferrados”.

Com o agente público também concordam Paviani (op.cit.), Pinheiro Barreto (2010), Giovenardi (2010) e Penhavel (2013), alegando que o ecossistema do DF fica prejudicado com o Setor Noroeste, porque afeta *ambientalmente* o território, com desequilíbrios ocasionados na vegetação, nos padrões pluviométricos e mesmo na amplitude térmica de Brasília.

*

<<http://vejabrasil.abril.com.br/brasil/materia/terra-prometida-3058>>;
<<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/especial/2010/brasil-50-anos/2010/04/15/brasil-revive-clima-da-inauguracao-em-polemico-setor-que-promete-ser-o-1-bairro-ecologico-do-pais.jhtm>>. Acesso em 02 jan. 2016.

65 Disponíveis em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2012/04/obras-no-setor-noroeste-provoca-assoreamento-no-lago-paranoa-no-df.html>>
<<https://urbanistasporbrasil.wordpress.com/2014/12/21/o-gdf-e-as-inundacoes-em-brasil/>>. Acesso em 02 fev. 2016.

Ressalte-se fortemente que o Setor Noroeste, além do mais, é habitado por povos indígenas. Melhor dizendo, o Santuário dos Pajés e as famílias indígenas que nele vivem hoje estão ladeados por um bairro que os envolve⁶⁶. Em visita ao Setor Noroeste ainda em 2014, encontrei-me com Estela, indígena Tuxá e moradora da Terra desde a década de 80. Após mencionar minha pesquisa com os moradores, ela comentou: “esses blocos aí, dia a dia estão comendo cada vez a gente, vindo pra cima.” Complementou depois, com uma gargalhada: “mas bem que, juntando dinheirinho, eu queria uma terra aí”.

A ocupação do Santuário data antes mesmo da inauguração de Brasília e certamente muito antes da sugestão feita por Lúcio Costa (1987) para que as terras pudessem ser habitáveis, isto é, habitáveis para determinadas pessoas. Brayner (2013) e Crevels (2014) fizeram ambas suas dissertações de mestrado com base em encontros etnográficos no Santuário dos Pajés e mostram as tramas do conflito entre indígenas e empreendedores imobiliários pelo direito de ocupação do/a território/área. Mais do que isso, resgatam as origens de ocupação indígena na região e, atrelando esse processo histórico aos modos de vida dessas populações, argumentam que a disputa pela terra ali é substancialmente uma contenda de valores.

Viver no Santuário dos Pajés não é, dessa forma, somente ocupar uma terra; é ocupar, acima de tudo, uma terra de determinadas formas, com ela criando relações particulares. Trata-se de território cultural, simbólico e sagrado, território que não se compra.

A argumentação não chega a ser descartada pela Amonor e seus agentes, tampouco pela ADEMI e pelo Sinduscon. Ainda assim, por mais que sejam considerados os indígenas habitantes tradicionais das terras onde hoje está sendo construído o bairro, nem por isso são eles moradores legítimos da área. Legitimidade, como bem mostra Ramos (2010), é uma categoria conectada a valores de aceitação: algo é legítimo porque é admitido como possível dentro de e compatível com um universo moral.

Morar legitimamente no Santuário implica, a partir daí, que aquela porção de território não pode ser comercializável e que a infraestrutura do bairro será, por isso, “comprometida”. A W9, por exemplo, uma das vias planejadas para acomodar o tráfego no bairro, atravessa o território indígena. Sobre isso Matos, ex-presidente da Amonor,

66 Cf. foto 27.

comentou que “a via vai ficar pronta assim que os indígenas saírem e eles, eles não vão demorar, não podem demorar”. Apesar de dita informalmente em um café que tomamos juntos a frase tem seu peso.

Os indígenas não “podem” demorar, porque não pertencem, em alguma medida, àquele projeto urbanístico. Mesmo que não seja essa opinião corrente entre os moradores, como exemplifiquei pelas narrativas dos Montenegro e dos Santos, a opinião levada a cabo por aqueles que negociam institucionalmente a área é de que os indígenas, mais hora, menos hora, deixarão o Noroeste.

Uma vez mais, os indígenas ficam de fora da *luta pelo céu*, ou antes participam dela pelo tratamento conferido a direitos adquiridos coletivamente. Os indígenas não são considerados agentes legítimos da disputa pelo território. Foram alvo dos ataques da Polícia Militar e das construtoras com obras na região ainda em 2011, relatados por Crevels, Brayner e também por Furtado (2011, 2012) em documentários produzidos sobre o Santuário dos Pajés.

Apesar do respaldo dado pela FUNAI e de acordo com os procedimentos burocráticos necessários para admissão do Santuário enquanto Terra Indígena, as obras do Setor Noroeste, embora contestadas, somente tiveram seu ritmo diminuído em poucos momentos desde a aprovação da versão final do PDOT. As construtoras somente pararam seus trabalhos quando politicamente impedidas por movimentos de resistência, organizados por indígenas e apoiadores, como o *Santuário Não se Move!*.

Em decisão de 2011, por exemplo, a ação movida pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) com vistas a embargar a continuidade das obras não foi considerada justificável. Diz nota do próprio Tribunal de Justiça (TJ)

Na ação, o MPDFT aponta diversas irregularidades no projeto de criação do setor: 1º) Que o parcelamento do solo estaria sendo implementado ao arrepio do Decreto Distrital 10.829/87, que consagrou o projeto urbanístico "Brasília Revisitada", de autoria do urbanista Lúcio Costa, por estar sendo construído em área diversa da prevista no projeto; 2º) Que a planta urbanística mencionada no referido decreto seria também diversa da adotada pelo urbanista Lúcio Costa; 3º) Que o novo bairro estaria sendo edificado em área bucólica, o que seria vedado pelo tombamento, o que poderia levar Brasília a perder o título de "patrimônio cultural da humanidade"; 4º) Que o início das obras de terraplanagem e drenagem pluvial realizadas na área seriam responsáveis pelo agravamento das inundações pluviais ocorridas na Asa Norte, e, em especial, destaca o alagamento ocorrido no Condomínio Green Park, na 911 Norte.

Como resposta o juiz da Vara do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano e Fundiário disse

É crível que a implantação do Setor Noroeste possa gerar desequilíbrio ecológico imediato na bacia do Lago Paranoá. Isso, porém, não é suficiente para que se paralise as obras. Toda ação humana produz impacto no meio ambiente. O que define se a obra pode ou não ser realizada é o caráter intolerável da intervenção, a ausência de providências mitigadoras ou de compensação. Há que se ponderar tais fatores, até porque a construção do setor irá contemplar a necessidade de moradia de diversas pessoas, por óbvio. Em outros termos: existem benefícios sociais relevantes. Embora a questão ambiental seja preocupante e mereça ser analisada detidamente pelos órgãos competentes quando do acompanhamento do desenvolvimento da cidade, no caso concreto, deve a Caesb ser compelida a realizar as obras prometidas para evitar os danos ambientais decorrentes do incremento populacional na mencionada região. A razoabilidade, portanto, está em permitir a continuidade das obras, sem prejuízo de impor à Caesb a adoção de medidas mitigadoras e compensatórias, nos termos do próprio estudo apresentado por ela⁶⁷

A decisão foi promulgada no auge das reivindicações indígenas⁶⁸ pela permanência em suas terras. Contra todos os pesos e argumentos contrários ao modelo de construção do bairro, venceu, no entanto, a continuidade do Setor Noroeste. “As construtoras precisam cumprir os prazos estabelecidos em contrato com seus clientes⁶⁹”, afirmou na ocasião o presidente da ADEMI-DF. A entidade foi uma das participantes do evento de inauguração das pistas de travessia do Parque Burle Marx e é das principais agentes com interesses no Noroeste.

*

Grande parte dos movimentos em torno do bairro e pelo bairro se assenta, pois, nesses dois pilares que cimentam sua legitimidade: *como* é e *será* o Setor Noroeste e *quem* poderá morar nele ou lutar por ele. Esses pilares não são estanques.

Em algum momento, o IBAMA e o MPDFT tiveram voz quanto aos rumos que poderiam tomar as construções. Hoje, a capacidade que têm para propor regras é bem menor. No

67 Disponível em: <http://www2.tjdft.jus.br/noticias/noticia.asp?codigo=15868>>. Acesso em: 03 fev. 2016.

68 Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2011/11/04/interna_cidadesdf,276957/manifestantes-enfrentam-policiais-para-impedir-obras-no-noroeste.shtml. Acesso em: 02 fev. 2016.

69 Cf. nota 67

futuro, quem dirá que não poderão ampliar o escopo de suas ações? A ADEMI se mantém desde então com vigor na defesa de seus propósitos, bem como a Terracap e as construtoras. Continuarão assim, aumentarão suas intervenções ou passarão a ser mais secundárias? A Amonor, antes menor, agora pauta a defesa “do sonho que precisa virar realidade”. Como será daqui para frente? Os indígenas foram agredidos em seu território durante o avanço das construtoras sobre o Santuário. Agora, pouco podem fazer a não ser esperar por propostas de diálogo; antes envolvidos em conflito, suas vozes são mantidas no silêncio.

O que esse processo de conflito e de legitimação do Setor Noroeste permite refletir, entre muitas outras coisas, é que recursos em luta são enlaçados por procedimentos de inclusão e exclusão. Alcançá-los demanda estabelecer, na prática do dia a dia e diante de certa instabilidade diante do que querem outros agentes, o que se pretende disputar, o que se pode disputar e quem vai consigo disputar certas coisas. Acontece que esses processos acontecem entre outros muitos processos e são a eles conectados. Esclareço.

Boa parte das pessoas que entrevistei me disse que o Setor Noroeste é, acima de tudo, um bairro de recursos; são os confortos, os acessos e os privilégios. Em minha pesquisa de campo, ainda, muitos afirmaram constantemente que não havia sido fácil chegar aonde chegaram, embora soubessem que haviam perseguido trilhas mais leves que a de muitos outros. Acrescentaram que, além do mais, é sempre possível mirar mais alto e firmar outros objetivos.

Os moradores, as moradoras e os agentes interessados na construção do bairro perseguem, para me pautar pelo uso nativo, recursos. Valem-se, para isso, de uma série de discursos, relações e capitais. Isso implica restringir quais são aqueles potencialmente melhores para acessar determinadas realidades pretendidas e que outros agentes terão que ser retirados do caminho para isso.

A luta pelo céu atravessa esses processos. No Distrito Federal, o céu é um bem tangível e, de alguma forma, comercializável. Não se pode, é claro, comprar uma parte do céu, quase como uma indulgência em pleno século XXI, mas se pode comprar um meio de vê-lo e dele desfrutar melhor. Uma cobertura no Setor Noroeste é uma composição que tem como oferta ápice a vista do horizonte quase infinito e do céu pronto para ser tocado com os dedos, como tentou fazê-lo Rosa.

Na próxima parte, avanço no exame teórico da categoria, procurando correlacioná-la a outras realidades etnográficas que são úteis, a meu ver, para o quadro que objetivo compor.

CAPÍTULO 9

Um céu distinto

“Vamos atrás dos sonhos que nos venderam.”

Foram muitas as vezes que repeti a frase ao longo da dissertação. Mais presente nos discursos de agentes ligados a grupos como a Amonor e a ADEMI, nem por isso não foi enunciada em outras conversas. O bairro não é considerado *ainda* completo, apesar de todas as evoluções que já foram conquistadas, razão pela qual é preciso levar a cabo conjuntos de esforços em direção às mudanças pretendidas. Torna-se possível aí, inclusive, desviar-se dos primeiros roteiros de planejamento da região.

Gregório Bastos, na caminhada que fizemos no Burle Marx, referida no capítulo 6, mencionou que o Parque seria totalmente diferente do previsto e seria ainda melhor, porque em conformidade ao que querem as pessoas que moram no Setor Noroeste, as quais serão, “por legítimo direito”, serão seus usuários de todo o dia. Antes uma coisa, o local pode se tornar outra, melhor e mais próxima ao que desejam os moradores.

Ir atrás dos sonhos vendidos, logo, pode não ser cobrar exatamente aquilo que foi pago. O raciocínio é gramaticalmente econômico, uma vez que os apartamentos foram negociados com benesses incluídas. Se elas não vieram ainda, que venham o mais rápido possível. Com juros.

Dito isso, a questão de fundo do capítulo anterior permanece aqui. Continuo seguindo as trilhas do processo de construção do Setor Noroeste e de mudança de pessoas para novos imóveis por elas sonhados. Continuo a perseguir as implicações e as imbricações construídas ao longo do tempo em que o bairro vem se estabelecendo.

*

Esse processo de compra de um apartamento e de mudança para uma realidade considerada melhor não é único. Fraser (2000) se propõe, em *Inventing Oasis*, a esquadrinhar propagandas de empreendimentos imobiliários em Shangai, na China. O material que utiliza foi produzido na década de 90. O fio lógico que sustenta a narrativa

dos anúncios é inequívoco: para escolher um novo local de moradia na cidade chinesa, prefira aqueles que tenham características de um *oásis*.

Oasis is the element that seems to conjure privacy, putting a *cushion* between itself and the clamorous world of commerce and transport – urban life. [...] oasis should be seen as one focal point on a continuum of personal interaction that ranges from peace and quiet (*ningjing*) to the boisterous entertainment (*renao*) beloved by many Shanghai's 13 million inhabitants. [...] advertisements portray these concepts in a shifting combination of *solitude* and *connection*⁷⁰. (FRASER, 2000, p.27, grifo meu)

As considerações de Fraser são semelhantes às que fiz no capítulo 5, em que me aprofundei nos anúncio de venda do Noroeste. Em Brasília são vendidos sonhos e uma vida eternamente feliz; em Shanghai um oásis de vida simultaneamente tranquila e integrada.

Daí ser possível, em ambas as situações, fugir de aspectos considerados negativos da cidade em que se vive e alcançar os benefícios positivos dela. Não se está, no entanto, fora da rotina mais central da vida urbana, isto é, a integração com o comércio, com o trabalho e com o lazer é evidente, nem, por outro lado, vivem-se os infortúnios dessa vida mais central. O oásis representa essa mediação.

O Setor Noroeste pode ser visto desse modo. Os prédios e as superquadras seguem os moldes dos construídos nas Asas Norte e Sul e no Sudoeste. Suas minúcias são, entretanto, aperfeiçoadas. Um chuveiro, uma sauna, um espaço gourmet (Foto 29), uma brinquedoteca.

Além do mais, dê um pulo e você está na W7 Norte e dela consegue acesso ao Eixo Monumental, à W3 Norte e ao Lago Norte, dê outro e você está na EPIA, podendo atravessar o Distrito Federal e chegar, rapidamente, aonde quer que se queira. A conexão urbana é, ademais, aprofundada pelo verde do bairro. O Parque Burle Marx, tudo bem, ainda não foi inaugurado, mas poucos duvidam que será e que, quando for, integrará parte da rotina dos moradores.

70 O oásis é o elemento que parece evocar a privacidade, *mediando* as relações entre si e o mundo clamoroso de comércio e transportes – da vida urbana. [...] O oásis deve ser visto como um ponto focal em um continuum de interação pessoal que varia da paz e tranquilidade (*ningjing*) para o entretenimento turbulento (*renao*) amado por muitos dos 13 milhões de habitantes de Shanghai. [...] As propagandas retratam esses conceitos em uma combinações fluidas de *solidão* e *conexão*.

Assim o bairro se torna uma composição ideal ao público que dele quer se tornar parte. É a justa medida entre o que se deseja, o que se pode ter e o que se oferta; a combinação que encaixa as ambições e os projetos individuais e familiares com o que há de melhor em Brasília. A família, tão consagrada em suas vidas, pode ter uma vida de outro modo impossível na capital federal; almoços e jantares em conjunto ficam mais facilitados, bem como os programas culturais. Vida doméstica e vida além dos apartamentos se tornam uma experiência singular e positiva. Poucas são as contradições: não se passa tempo demais nos ônibus, tempo demais no trânsito, tempo demais para buscar os filhos; o espaço disponível nos prédios permite o desfrutar e não só o morar.

Foto 29 – Um bairro com o que há de melhor



Tempo e espaço são, em suma, variáveis centrais para o estilo de vida experienciado no Setor Noroeste. Com o bairro, a conjunção entre ambos é outra. Em última instância, é em cima dessa configuração espaço-tempo que as pessoas estão traçando seus planos ao se mudar para a região. A noção vai além do (coeficiente de) aproveitamento máximo que se pode ter de uma e de outra.

Ao passar menos tempo no trânsito quando volta para jantar, Rosa diz, por exemplo, que vive de modo semelhante aos seus pais. Entretanto, ao ter instalados aquecedores, máquina de secar louças e aparelhos de ar condicionado em seu apartamento, vive melhor, não só em relação aos seus ascendentes, mas também relativamente à maioria daqueles que estão para além do bairro.

Da mesma forma que o passado é resgatado, o futuro é vivido, futuro daqueles que a antecederam e futuro daqueles que um dia, quiçá, poderão ter, se a cidade evoluir cartesianamente, as benesses que hoje já ela e sua família possuem. Como marca Fraser, a nostalgia desponta aí como coerente: “[it] is the vehicle for reassurance that moving up in their worlds does not mean losing the institutional and personal anchors for one’s life: they can be constituted anew.”⁷¹ (2000, p.42).

*

Como esse espaço-tempo pode ser adquirido? Essa aquisição vem em detrimento de quem e do quê?

Bem sabemos que o espaço urbano, o tecido geográfico da cidade, não é de todo fluído e instável. Argumentou Lefebvre (2011) que a cidade como a conhecemos hoje é produto direto da industrialização capitalista nos séculos XVII, XVIII e XVIII.

Cidades quase sempre existiram (Roma, Atenas e Jerusalém estão aí para provar). Com a emergência do capitalismo como modo de produção hegemônico, no entanto, as cidades se remodelaram em suas funções. Grosso modo, a instalação de indústrias mobilizou contingentes de trabalhadores que lhe serviriam de mão-de-obra; a população agora concentrada não tinha terras à disposição para o próprio sustento e consumo. Produção e consumo ocorrem, portanto, em um único espaço, heterogêneo e fragmentado, é claro, mas com redes de circulação em comum e em constante comunicação. A segregação urbana teria vez nesse processo segundo formatações dadas, sobretudo, por *estratégias de classe*.

71 [...] é o veículo que garante que mover-se para cima em seus mundos não significa perder as âncoras institucionais e pessoais de uma vida: elas podem ser constituídas de novo (tradução minha).

Estratégia de classe típica significa uma sequência de atos ordenados, planejados, com um único objetivo? Não. O caráter de classe parece tanto mais profundo quanto diversas ações coordenadas, centradas sobre objetivos diversos, convergiram no entanto para um objetivo final. Evidente que todos esses Notáveis [em referência ao século XVIII] não se propuseram a abrir um caminho para a especulação; alguns deles, homens de boa vontade, filantropos, humanistas, parecem mesmo desejar o contrário. Nem por isso deixaram de estender sobre a Cidade a mobilização da riqueza da terra, a entrada do solo e do alojamento, sem restrição, para a troca e o valor de troca. Com as implicações especulativas. (p.24) [...] esboça-se uma *estratégia global* (isto é, um sistema unitário e um urbanismo já total). Uns farão entrar para a prática e concretizarão em ato a sociedade de consumo dirigida. Construirão nas apenas centros comerciais como centros de consumo privilegiados: a cidade renovada. Imporão, tornando-a “legível”, uma ideologia da felicidade através do consumo, a alegria através do urbanismo adaptado à sua nova missão. Este urbanismo programa uma cotidianidade geradora de satisfações [...] Todas as condições se reúnem assim para que exista uma dominação perfeita, para uma exploração apurada das pessoas, ao mesmo tempo como produtores, como consumidores de produtos, como consumidores de espaço. A convergência desses projetos comporta portanto os maiores perigos. Ela apresenta *politicamente* o problema da sociedade urbana. É possível que novas contradições surjam [...], perturbando a convergência. Se uma estratégia unitária se constituísse e fosse bem sucedida, isso talvez seria irreparável. (p. 32-33).

Uma das preocupações centrais no argumento de Henri Lefebvre é a apropriação do espaço urbano por classes determinadas. A citação deixa claro, contudo, que esse procedimento não é, necessariamente, intencionado, mas que nem por isso deixa de ser *coordenado*. As classes sociais se constituem através de esforços heterogêneos culminando em objetivos definidos de aumento de riqueza e de privilégios. Não são todos que vão chegar a determinados estágios de sucesso e de acumulação, mas o saldo geral é incontestavelmente positivo – para esses grupos.

A construção dessa positividade implica, por outro lado, que uma parcela da população seja excluída de alguns espaços, expropriada de onde estão. Essa expropriação, como atualiza Harvey (2012), não precisa ser desencadeada por expulsões conflituosas, como a que pretendiam empreendedores imobiliários e agentes públicos com as ações violentas disparadas contra indígenas do Santuário dos Pajés. Pode ocorrer de modo mais lento e sutil, por exemplo, com o crescimento dos valores médios de aluguel e compra a partir da chegada de centros comerciais, de shoppings, de alguma indústria ou de um bairro caro próximo. Preços maiores acabam por induzir mudanças: não podendo pagar por determinada região, migra-se para outra, em geral mais distante do centro produtor da cidade. Em Brasília, dirige-se cada vez mais para longe do Plano Piloto e em direção ao Entorno.

A felicidade de alguns, nos termos do sociólogo francês, é conquistada na medida em que é extraída da vida urbana que outros habitantes têm. No mundo do consumo, segundo ele, isso fica suavizado, no foco das aparências, com dominantes e dominados aparentemente todos vivendo a mesma lógica caótica das cidades. Esse retrato, por mais que possa hoje soar demasiadamente esquemático e rígido, tem relevância empírica e teórica.

Olhemos para os anúncios do Setor Noroeste e para o que me disseram meus anfitriões de pesquisa. Do lado das propagandas, não se menciona nada conflituoso, mesmo implicitamente. Segue o mesmo no discurso de corretores e de empreendedores quando querem anunciar suas obras. Entre aqueles com que me encontrei o conflito já aparece em algum nível, elevando-se até aquele do discurso de pessoas ligadas à Amonor e agora à Câmara Comunitária, em que todos e todas podem, a qualquer momento, ser acionados para auxiliar na construção do bairro – com exceção dos povos indígenas ali ao lado. Por mais, todavia, que haja evidência de disputa e momentos em que isso desponta claramente, o saldo final é que o Noroeste está sendo construído, a despeito das resistências de populações minoritárias.

Concordo com o autor. Aliás, não vejo muito como discordar no caso de Brasília e do Distrito Federal. Não há dúvidas de que o espaço urbano da capital é segregado e polinuclear (Paviani, 1996, 2010a), ou seja, opera em razões distintas na configuração de usos e de fluxos. Trabalho muitas horas em X, moro (ou durmo) menos tempo em Y, divirto-me quase nunca em Z é a regra geral para boa parte das pessoas que têm renda incompatível com os valores correntes no Setor Noroeste e mesmo em regiões como Taguatinga e Guará, menos caras, mas não por isso baratas.

Os Montenegro e os Santos afirmaram, lembremos, ser favoráveis à manutenção dos indígenas ao seu redor e concordaram, como já mencionei, que são famílias privilegiadas quanto aos recursos dos quais dispõem e dispuseram em vida. Ainda assim, moram no Setor Noroeste e confirmam a lógica segregacionista do espaço urbano.

Intencionalmente ou não, ancorando-me em Lefebvre, ocupam-se de modo privatista e excludente de porções do território, valendo-se da acumulação de capitais somente possibilitada pela ausência de outros que não têm como acumulá-los. Indo mais além com esse raciocínio, eu, como morador da Asa Norte, faço parte dos mesmos processos,

embora em níveis diferentes, bem como quase todos que comigo são detentores - provisórios ou não - de um imóvel na Asa Norte, na Asa Sul, no Sudoeste e em Águas Claras. Todos estamos envolvidos nas tessituras da *luta pelo céu*.

Às afirmações de Lefebvre acrescento algumas noções que considero (novamente com o perdão antecipado pelo uso de um trocadilho) capitais para meu argumento. Tanto quanto na consideração de Thompson deixada páginas atrás⁷², Pierre Bourdieu (2013) considera as classes sociais não como entidades estanques, senão como redes de relações.

A classe social não é definida por uma propriedade (mesmo que se tratasse da mais determinante, tal como o volume e a estrutura do capital), nem por uma soma de *propriedades* (sexo, idade, origem social ou étnica - por exemplo, parcela de brancos e de negros, de indígenas e de imigrantes, etc. -, remunerações, nível de instrução, etc.), tampouco por uma cadeia de propriedades, todas elas ordenadas a partir de uma propriedade fundamental - a posição nas relações de produção -, em uma relação de causa e efeito, de condicionante a condicionado, mas pela estrutura das relações entre todas as propriedades pertinentes que confere seu valor próprio a cada uma delas e aos efeitos que ela exerce sobre as práticas (p.101).

Em redes, as classes operam com lógicas que se sobrepõem em circuitos por vezes contraditórios. Exemplo disso são os condomínios horizontais no DF, estudados por Patriota de Moura (2010). A categoria "condomínios", mostra a autora, abarca uma pluralidade de projetos urbanos, indo desde aqueles que são menos estruturados quanto à saneamento, iluminação e bens públicos (quadras de lazer, escolas e parques) até aqueles de luxo, que se aproximam dos enclaves fortificados, analisados por Caldeira (2000), isto é, murados, com grandes aparatos de segurança e de vigia e com mecanismos de controle de moradores.

Quando, no entanto, a luta é pela regularização de um condomínio, uniões que se suporiam inesperadas ocorrem; em alguma medida, os interesse são vertidos a um objetivo em comum, a legalização das terras, não importando tanto como são os condomínios que lutam com esse propósito. Em alguns momentos, a depender do jogo que se joga, das regras que se quer fazer valer, classes entram - propositalmente ou não

72 Cf. página 136

– em acordo (temporário). Para o bom entendimento desse jogo, continuemos com Bourdieu

A configuração singular de uma classe particular de bens ou práticas – ou seja, um balanço, elaborado, em determinado momento, da luta das classes, cujo pretexto é precisamente esta classe particular de bens ou práticas [...] é a forma assumida, *neste campo*, pelo capital objetivado (propriedades) e incorporado (*habitus*) que define propriamente falando a classe social e constitui o princípio de produção de práticas distintivas, ou seja, classificadas e classificantes; ele representa o estado do sistema de propriedades que transformam a classe em um princípio de explicação e de classificação universal, definindo a posição ocupada em todos os campos possíveis. [...] [daí], obedecendo à preocupação de recompor as unidades mais homogêneas do ponto de vista das condições de produção dos *habitus*, no tocante às condições elementares da existência e dos condicionamentos que elas impõem, é possível construir um espaço, cujas três dimensões fundamentais sejam definidas pelo volume e estrutura do capital, assim como pela evolução no tempo dessas propriedades – manifestada por sua trajetória passada e seu potencial no espaço social (2013, p. 107).

Estar em uma classe, portanto, é estar inserido em uma rede de relações objetivas e determinadas pelo modo como se arranjam propriedades sociais em relação a outras classes. O capital é aí moeda de troca principal, porque reconhecido como fator para o desenvolvimento segundo contornos específicos de determinadas relações sociais. Suas três variáveis elementares – volume, estrutura e tempo – criam as regras dos conflitos sociais e, sobretudo, quem pode ou não participar dessas disputas.

João Pereira, ex-presidente da Amonor, é funcionário público aposentado, com ensino superior completo e sem nenhum emprego formal no momento. Faz parte, nos termos de Bourdieu, do grupo de pessoas com capital econômico de médio a elevado, com tempo disponível e capital cultural alto. As possibilidades de ação que têm são bem maiores quando o que está em jogo são os rumos do Setor Noroeste. Embora não se possa crer dedutivamente que por tais bases vá sempre participar diretamente dos processos de negociação em torno do bairro, o cerne da questão é que as redes nas quais ele é agente permitem sua ação.

Retomando mais profundamente a discussão iniciada na parte II, a noção de recursos como utilizada no Setor Noroeste se aproxima da noção de capital concebida pelo sociólogo francês. Ter recursos é ter um bom emprego, vir de uma família financeiramente autônoma, ter estabilidade profissional, investimentos feitos, tempo para se divertir e para se dedicar aos filhos. Ter recursos é, singularmente, dispor de

capitais determinados que abrem margem para uma vida distinta da que se teve no passado, da que tiveram os familiares e da que têm tantos outros da mesma cidade. Formulando: a distribuição de recursos/capitais a que tem acesso o grupo de moradores torna possível a compra de um apartamento no Noroeste.

Com uma unidade doméstica própria, outros recursos podem ser mobilizados/distribuídos para que seus projetos de vida sigam em frente e para o alto; nesse processo, o uso por parte dessas pessoas de seus recursos (e aqui agrego as outras acepções já trabalhadas anteriormente) inviabiliza outros grupos de ocuparem aquele espaço, por não compartilharem, além do mais e acima de tudo, certos valores em comum que são compatíveis com a ocupação do bairro.

Digo isso porque, como apreendi de minha experiência etnográfica, importam tanto os recursos acumulados como o que se pretende fazer com eles. As famílias moradoras do Santuário dos Pajés não contam com capital suficiente para comprar um apartamento na região e muito menos para comprar qualquer porção de terra da área onde hoje se constrói o bairro. A compra de um apartamento não figura no seu *campo de possibilidades* (Velho, 1994), dado pelas relações construídas interna e externamente ao grupo. Não custa lembrar que esse campo, é claro, não é previamente constituído; é fruto de concatenações historicamente desenvolvidas e em processo de transformação.

Como bairro que procura se afirmar com valores comuns, como bem deixam claro seus anúncios, o Setor Noroeste reclama aquilo que Thevenot (2002) chama de *regimes de justificação*, noção trazida no capítulo em que me dedico a fornecer o quadro geral de movimentos que são feitos na construção da região. O propósito de seu artigo *Which road to follow* é analiticamente parecido.

Em torno de uma estrada que será construída na França, quais os contornos que podem tomar sua edificação? Quem participará – quem não – das decisões que levarão ao resultado final e como serão tecidos os laços dessas relações entre os participantes? Que acionamentos serão feitos para legitimar (ou não) a obra construída? Quais, afinal de contas, as imbricações e implicações de uma estrada?

A road is a tool for going from one place to another. That is the end of the story. But what happens if shepherds use the highway for their cattle? Or tourists use off-road vehicles on unpaved roads intended only for shepherds to go to their

mountain pastures and so to limit the impact on wildlife? When the arguments start, the toleration found within the regime of intentional action is no longer acceptable. The issue has to be settled by talking of conventional qualification and shifts into the regime of justification. (THEVENOT, 2002, p. 16)⁷³

Pelas palavras do próprio autor, os paralelos com o Setor Noroeste ficam claros. Um bairro ocupado por camadas médias pode se transformar em muitos espaços diferentes a depender do que se desenrola com o passar do tempo. As ações que buscam intervir nesse processo precisam, segundo Thevenot, de *esforços de coordenação* e de *equivalência valorativa*. Com objetivos em vista, formulados de antemão e também no cotidiano dos conflitos pelo que se luta, são necessárias alianças entre agentes que, a princípio, podem se manter à distância ou em oposição uns aos outros, apesar de interesses congruentes. Lado a lado dos interesses, valores em relação ao que ser para uma estrada ou para um bairro precisam estar afinados.

O *urbanismo verde* prega a “sustentabilidade” da área, mas até que ponto são admitidos certos sacrifícios para que o selo cole definitivamente como insígnia distintiva? A APUB aceita sair do Parque Burle Marx, transferindo sua pista de pouso e decolagem para outro lugar? Os moradores concordam com a restrição de acesso a boa parte do Parque como medida de contenção de danos ao seu patrimônio? Os afinamentos não são necessariamente e sempre os mesmos, embora facilitem conquistas para os grupos em disputa na medida em que são mais coerentes.

Os regimes de justificação congregam, na visão de Thevenot, as mobilizações realizadas e idealizadas pelos agentes na concretização de suas propostas. Abarcam não somente humanos ou não humanos e indivíduos ou grupos. A noção vai em direção à ideia de coordenação, empregada pelo próprio autor. As justificativas construídas em relação a algo são instáveis e fluídas no tempo e de acordo com quem as integra, o que não nos leva a crer, no entanto, que emergem do vácuo e que não são determinadas por condições particulares, como aquelas que são produzidas pela distribuição e pelo uso dos recursos. Coordenar esforços, no fim das contas, é tentar se apoderar,

73 A estrada uma ferramenta para ir de um lugar para outro. Isto é o fim da história . Mas o que acontece se os pastores usam a rodovia para o seu gado? Ou turistas usam veículos off-road em estradas não pavimentadas destinadas apenas para os pastores para ir as suas pastagens na montanha, para assim limitar o impacto sobre a vida selvagem? Quando os embates começam, a tolerância encontrada dentro do regime da ação intencional é não é mais aceitável. O problema tem de ser resolvido pela qualificação convencional e por mudanças em direção ao regime de justificação (tradução minha).

conjuntamente, de disputas entre a instabilidade e a procura pela permanência, de se aprofundar na luta cotidiana sabendo que o cenário de hoje pode não ser o de amanhã.

Presente em toda essa disputa territorial-demográfica-histórica-simbólica está o céu. Se nos pautarmos diretamente em Marx (1985), quando a referência imediata de uma compra ou quando aquela que mais se destaca discursivamente na vivência cotidiana é o céu, a reflexão subsequente é de que estaríamos diante de um caso de fetichização e alienação.

O céu não seria uma mercadoria com custo específico, tampouco seria vendável e não poderia fazer parte do esquema de produção, isto é, seria, no máximo, representação de materialidade outra que não a evidente no nível do discurso. O céu poderia, nesse sentido, ser um modo de se “limpar” a compra de um apartamento da exploração/expropriação que criou condições para o surgimento dessa alternativa urbana. Ou poderia ser equivalente simbólico de todos os capitais acumulados pelas pessoas que o “conquistaram”. Resumidamente, o céu não seria algo que se compra, troca-se, negocia-se ou que se pode acumular.

Em Brasília, no entanto, o céu é categoria corrente e não é tão somente ilusão daqueles que dele se valem. Embora concorde que não possa ser definido *precisamente* como mercadoria, encaro o céu como elemento central na disputa pelo espaço no DF. Categoria nativa, turística, propagandística, o céu é sociológico, porque agrega as experiências urbanas coletivas e media formas de apropriação do espaço. Um apartamento pode não ser escolhido como objeto de compra porque somente o céu disponível é melhor, mas que se dirá de um apartamento equipado e cujo horizonte é distinto? Como um dos anúncios (Imagem 25) do bairro mesmo enuncia textualmente

O lazer na cobertura Mondo foi planejado para que todos possam ter acesso aos lugares mais nobres do prédio. Separado em duas partes: uma para privacidade dos moradores, a outra para reunir e receber os amigos. No Mondo, você e seus convidados terão um terraço gastronômico com vista 180º de horizonte livre [...]74.

Constitui-se, portanto, como bem tangível (Imagem 26) e como fator de diferenciação. Entre os céus e os grandes e luxuosos apartamentos, as fronteiras são quase

74 Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BAr7It5hkb0/>. Acesso em: 20 fev. 2016;

inexistentes, o que não ocorre, segundo dizem os moradores e as moradoras, em qualquer outro lugar de Brasília, mesmo naqueles mais caros e com maior área livre disponível, como, por exemplo, nas mansões do Lago Sul. No Noroeste, a visão da cidade é *do alto e de perto*.

O céu como elemento de disputa envolve, primordialmente, uma luta por espaços mais centrais e com mais acessos ao que é considerado, por camadas médias altas, relevante no tecido urbano: pequenas distâncias entre o trabalho e a residência e locais de uso frequente, (como supermercados, a escola dos filhos, o bar da sexta-feira, o restaurante de domingo, o parque de sábado) e obstáculos mínimos nesses trechos. O sonho das pessoas com que me encontrei é estar perto daquilo que mais é constante em suas vidas e que, uma vez ao lado e próximo, permite rotinas (e rotas) mais tranquilas.

À proximidade se soma o horizonte. O céu é algo que está disponível a todos? Sim. Olhe para o alto e o veja. Lúcio Costa defendeu, desde o início (1957), que as construções da capital não se elevassem a partir do limite máximo de onde se torna mais aprazível a contemplação do firmamento.

A experiência urbana seria aqui única, porque aperfeiçoada com a vida nos apartamentos, nas superquadras e com a “natureza” envolvendo todos os outros aspectos da vida. Alguns anos depois (1987), já na ocasião do tombamento, o céu continuou a ser protagonista (Anexo I). Retomando minhas afirmações anteriores, o céu do Setor Noroeste não é aquele que está, necessariamente, sobre todos os habitantes do Distrito Federal.

Imagem 24 - Um horizonte de conforto⁷⁵

Um céu particular e distinto se estende sobre os apartamentos e sobre a vida dessas pessoas. Harvey (2012) é particularmente instigante nesse aspecto. Em especial, faço referência ao foco dado pelo sociólogo aos *urban commons*. Os *espaços comuns urbanos* são de caráter polivalente. Sua posse e seu uso são públicos e não têm, por definição, restrição de acesso. Sua distribuição, entretanto, é fragmentada e desigual. Uma praça, por exemplo, pode ser de livre acesso, até o momento em que chegar até ela demanda tempo e custos inatingíveis para determinados grupos sociais. Pública, sua utilização se torna privada, restrita a quem a ela pode chegar.

⁷⁵ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/BAr7It5hkb0/>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

Imagem 25 – Anúncio da construtora Villela e Carvalho. O que é ou não mensurável?⁷⁶



Esse processo de apropriação privada, entretanto, não está circunscrito àqueles bens que se tomam inicialmente por tangíveis; contempla outros contextos. “The better the common qualities a social group creates, the more likely it is to be raided and appropriated by private profit maximizing interests (HARVEY, 2012, p.68)⁷⁷.

⁷⁶ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/5FlqveBkfi/>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

⁷⁷ Quanto melhores são as qualidades comuns que um grupo social cria, tão mais provável de serem invadidas e apropriadas por interesses que procuram maximizar seus lucros privados (tradução minha).

O apelo de Harvey é crítico em relação ao que interpreta como confusão de correntes teóricas de fundo liberal que encaram o Estado e o Mercado como entidades opostas, em geral atribuindo viés negativo e desestabilizador a tudo que se considera ter origem em organismos estatais. A privatização seria, nesses moldes, considerada tarefa essencial para a regulação mais próxima do ideal possível. O autor, devedor dos diagnósticos de Lefebvre, de Marx e de Engels (2008), argumenta que há mais sincronia entre lucros privados e concessões públicas do que normalmente se supõe.

O céu de Brasília, a meu ver, segue essa linha de raciocínio. Embora pare – de forma física e simbólica – sobre todos, constituindo-se como bem público, passa por processos de apropriação e venda.

The common is not to be construed, therefore, as a particular kind of thing, asset or even social process, but as an unstable and malleable social relation between a particular self-defined social group and those aspects of its actually existing or yet-to-be-created social and/or physical environment deemed crucial to its life and livelihood. There is, in effect, a social practice of *commoning*. This practice produces or establishes a social relation with a common whose uses are either exclusive to a social group or partially or fully open to all and sundry. At the heart of the practice of commoning lies the principle that the relation between the social group and that aspect of the environment being treated as a common shall be both collective and non-commodified - off-limits to the logic of market exchange and market valuations. (HARVEY, 2012, p.73, grifo no original) ⁷⁸

Por parte das pessoas que estão mais no *alto* e mais próximas do céu, este se torna mais tangível e particular. Torna-se mais distinto. Em Águas Claras, cujos prédios são igualmente confortáveis como os do Setor Noroeste, espaçosos e equipados de modos semelhantes, o céu está logo ali, a um dedo de distância. Moradores e moradoras estão nas alturas (Imagem 27).

⁷⁸ O comum não deve ser interpretado, portanto, como um determinado tipo de coisa, de ativos ou até mesmo como um processo social, mas como uma relação social instável e maleável entre um grupo social autodefinido em particular e os aspectos de sua realidade existente ou considerados cruciais para a sua vida e para o seu sustento físico e/ou social ainda-a-serem-criados. Há, com efeito, uma prática social de comunitarização. Essa prática produz ou estabelece uma relação social com um comum cujos usos são ou exclusivos a um grupo social ou parcialmente ou totalmente abertos a todas as pessoas. No seio da prática de comunitarização se encontra o princípio de que a relação entre o grupo social e aquele aspecto do ambiente que está sendo tratado como comum deve ser tanto coletiva quanto não comercializável – externa aos limites das lógicas das trocas e das avaliações de mercado (tradução minha).

Entretanto, o bairro não está tão *perto* quanto deveria e poderia estar em relação às necessidades e aos desejos das pessoas que podem comprar imóveis ali. A proximidade sonhada, na luta própria de Brasília, é horizontal-vertical.

Voltemos a Harvey...

If we regard space as absolute, it becomes a “thing in itself” with an existence independent of matter. It then possesses a structure that we can use to pigeonhole or individuate phenomena. This view of relative space proposes that space be understood as a relationship between objects that exists only because objects exist and relate to each other. There is another sense in which space can be viewed as relative, and I choose to call this relational space—space regarded in the manner of Leibniz, as being contained in objects in the sense that an object can be said to exist only insofar as it contains and represents within itself relationships to other objects (HARVEY, 1973, p. 13)⁷⁹.

E tomemos um pouco de Bourdieu

The reified social space (that is, space that is physically created and objectivized) is thus presented as the distribution in the physical space of different sorts of goods or services and also individual agents and physically located groups (as bodies linked to a permanent place) and endowed with opportunities for appropriation of these more or less important goods and services (in accordance with their capital and the physical distance from these goods, which also depend on their capital). It is in the relation between the distribution of the agents and the distribution of the goods in the space that the value of the different regions of reified social space is defined (BOURDIEU, 1997, p.161)⁸⁰.

Como tratado por Bourdieu, o espaço não pertence ao âmbito estritamente geográfico. O uso é, antes, metafórico, naquilo que serve de ilustração dos modos pelos quais se arranjam as classes sociais e os diferentes tipos de capitais. Seguindo os princípios

79 Se tomamos o espaço como absoluto, ele se torna uma "coisa em si", com uma existência independente da matéria. O espaço, então, é uma estrutura que podemos usar para classificar ou individualizar fenômenos. Este ponto de vista em que espaço é relativo propõe que o espaço pode ser entendida como uma relação entre objetos que existe apenas porque existem objetos e estão relacionados uns aos outros. Há outro sentido em que o espaço pode ser visto como relativo, e eu opto por chamá-lo de espaço relacional - espaço considerado nos termos de Leibniz, como estando nos objetos, no sentido de que um objeto pode ser somente considerado existente na medida em que contém e representa em si relacionamentos com outros objetos (tradução minha).

80 O espaço social reificado (isto é, o espaço que está fisicamente criado e objetivado) é assim apresentado como a distribuição no espaço físico de diferentes tipos de bens ou serviços e também de agentes individuais e de grupos fisicamente localizados (como corpos conectados a um lugar fixo) e dotado de oportunidades de apropriação desses bens e serviços mais ou menos importantes (de acordo com o seu capital e com a distância física em relação a esses produtos, que também dependem de seu capital). É na relação entre a distribuição dos agentes e a distribuição dos bens no espaço que o valor das diferentes regiões do espaço social reificado é definido (tradução minha).

teóricos de Bourdieu acerca do espaço e os conjugando à proposta analítica de Harvey em relação à cidade, a articulação entre classe e espaço e, sobretudo, espaço urbano, fica mais clara. As desigualdades provenientes do arranjo classista encontram paralelo no terreno urbano, pelas possibilidades abertas – e em constante transformação – pelos recursos que são utilizados coletiva e individualmente com o objetivo de intervir nas formas de organização da cidade.

Imagem 26 – O céu em Águas Claras. Você nas alturas⁸¹.



81 Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/BA99RSBhkcR/>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

Daí que o espaço não é absoluto e é configurado a partir de relações desenvolvidas a partir, com e por ele. Trata-se, afinal de contas, da *produção social do espaço urbano*, como argumenta Lefebvre (1992). Essa produção tem a ver com modos de expropriação e apropriação, isto é, com formas desiguais de circulação e distribuição de bens, ou melhor me valendo da categoria nativa, de recursos.

A mensagem que se oferece a possíveis compradores é sintética na narrativa que faz – explícita e implicitamente – desses processos: “[...] Morar no ponto alto do Noroeste, com vista única e privilegiada de Brasília. Isto é Audace. O cenário do entardecer visto da cobertura é apenas um dos diferenciais que esse empreendimento tem. O Audace está pronto para morar” (VILELA & CARVALHO, 2015)

Daí que no DF, enfim, as relações conflituosas de luta pelo espaço não estão circunscritas àquelas que ocorrem somente no chão. Daí que processos centrífugos da expansão urbana do território distrital envolvem relações *qualificadas* (THEVENOT, 2002) pelo céu e pelo que se dá tanto no alto enquanto embaixo.

O paralelo com a narrativa etnográfica de Zhang (2010) é direto. Na obra *In Search of Paradise*, a antropóloga analisa novas moradias e novos estilos de vida de Kunming, metrópole chinesa com cerca de 3 milhões de habitantes. Seu foco são as camadas médias e as novas regiões ocupadas por essas pessoas. Entre as muitas contribuições relevantes trazidas em seu argumento, a noção de *espacialização da classe* é aquela que mais tem a dizer sobre o Setor Noroeste.

Com o conceito, o intuito de Zhang é unir as perspectivas da cultura e da economia sobre o espaço. A ocupação de determinada área é feita, segundo mostra em sua etnografia, por pessoas com certos estilos de vida e detentoras de um conjunto de posses suficientemente necessário para a aquisição desse espaço. Em um país de abertura capitalista recente, esse fenômeno é ainda mais agudo, porque em relação às propriedades coletivas geridas pelo Estado chinês ganham proeminência as residências individuais. Uma residência própria se torna, nesse sentido, algo que está diretamente relacionado à conquista de liberdades individuais.

The connection between private space and personal freedom is important [...]. Owning one's own home, spatially and socially detached from the danwei⁸² and from the neighbors, is taken as a form of true liberation because it enables one to break away from various social constraints and surveillance. The crux [here] is that buying a home is buying a class status, and that community membership is all about class membership (ZHANG, 2010, p. 130)⁸³

O ato de consumir é um ato de prova de liberdade. Na China Contemporânea, consumir é, também, tomar posse de determinado espaço e torná-lo seu, privatizá-lo em conformidade ao que se pretende para a própria vida e a um estilo de vida que se imagina único. Ocupando um espaço, as camadas médias chinesas estão lhe atribuindo um viés de classe.

Em Brasília, a situação é similar. Embora a configuração mais homogênea de classe nunca tenha existido como na China de Mao e seja o Brasil um país capitalista sem nenhuma descontinuidade histórica nesse ponto, quem se muda para o Setor Noroeste procura fazer, daquele espaço, um espaço de classe. Com raízes históricas distintas, o processo de ocupação é semelhante.

Na região antes ocupada por indígenas e por pessoas sem residência fixa ou moradia própria, essas pessoas constroem um ambiente único, a ser habitado, no mínimo, por camadas médias. Trata-se de um espaço que se torna – objetiva e subjetivamente-, por inúmeras formas de legitimação, distinto e próprio. Em relação à metrópole chinesa, Zhang afirma, quando se debruça sobre as propagandas imobiliárias: “Developers thus can market town houses (including small private gardens as a ‘perfect, independent space that allows one to touch the sky and the earth’ (2010, p. 130)⁸⁴.”

Tomando como base a narrativa da antropóloga, penso que o Setor Noroeste pode ser entendido pela ótica da espacialização. Pelas idiosincrasias que apresenta, entretanto, é mais válido falar de *reclassificação do espaço*.

82 *Danwei* é o termo que designa a forma de organização social comum ao período maoísta chinês. Trata-se de agrupamentos espaciais onde se vive, trabalha-se e se tem todas as necessidades culturais atendidas sem que sejam necessários grandes deslocamentos e custos.

83 A conexão entre o espaço privado e a liberdade pessoal é importante [...]. Possuir sua própria casa, espacial e socialmente destacada do *danwei* e dos vizinhos, é ato considerado como uma forma de verdadeira libertação porque permite o rompimento com vários constrangimentos e vigilâncias sociais. O ponto crucial [aqui] é que a compra de uma casa é a compra de um status de classe, e que aderir a uma comunidade é o mesmo que aderir a uma classe (tradução minha).

84 Os empreendedores, portanto, podem comercializar casas da cidade (incluindo pequenos jardins privados, vendidos como um espaço independente "perfeito, que permite tocar o céu e a terra") (tradução minha).

Por essa noção, entendo os processos de intervenção e subjetivação de determinado meio, que envolvem significações e agências de múltiplas ordens. Aproveitando-me ainda do duplo sentido da palavra “classificar”, afirmo que espaços em disputa, em especial como o da região onde hoje é “realidade” o Noroeste, são classificados porque imbuídos de novas qualidades (ecológicas, urbanas, arquitetônicas, etc) e, sobretudo, porque são ocupados por classes sociais em particular.

Quando um determinado grupo de pessoas aporta em determinado lugar, tornando-o seu, particularizando-o, distingue-o dos demais e o reclassifica. As qualidades das quais são portadores e das quais fazem uso (recursos) se tornam as qualidades daquele espaço, assim como as qualidades daquele espaço são incorporadas ao seu conjunto de valores de vida. Onde se mora e como se mora são chaves de entendimento que qualificam os estilos de vida das pessoas.

O espaço é configurado como composição, em que são levadas à frente miríades de significados e projetos, ou seja, sonhos, em direção ao céu. Com ele, sintetiza-se um passado e um futuro em uma narrativa de escolhas bem sucedidas por parte dos moradores e das moradoras do Setor Noroeste. Do céu de muitos, caminha-se para o de poucos; com os sonhos de alguns, grupos são – simbólica e fisicamente – expropriados. A faceta da segregação se preenche de outros significados, ou antes, de novos horizontes.

Do sexto andar de seu prédio, no seu quarto bem equipado, iluminado e com a temperatura agradável para se enfrentar a seca brasiliense, Rosa, apontando para o céu e o esticando para todo o Plano Piloto que dali víamos, disse:

- Vê lá se isso não é uma maravilha?

CONCLUSÃO

Mediações, intervenções e legitimações

A ilha da Utopia tem duzentos mil passos em sua maior largura, situada na parte média. Esta largura diminui gradual e sistematicamente do centro para as duas extremidades, de maneira que a ilha inteira se arredonda em um semicírculo de quinhentas milhas de arco, apresentando a forma de um crescente, cujos cornos estão afastados onze mil passos aproximadamente.

[...] Se se der crédito às tradições, aliás plenamente justificadas pela configuração do país, esta terra não foi sempre uma ilha. Chamava-se antigamente Abraxa e se ligava ao continente; Utopus apoderou-se dela, e deu-lhe seu nome. Este conquistador teve bastante gênio para humanizar uma população grosseira e selvagem e para formar um povo que ultrapassa hoje todos os outros em civilização. Desde que a vitória o fez dono deste país, mandou cortar um istmo de quinze mil passos que o ligava ao continente; e a terra de Abraxa tornou-se, assim, a ilha da Utopia. Utopus empregou, no acabamento dessa obra gigantesca, os soldados do seu exército, assim como os indígenas, a fim de que estes não olhassem. O trabalho imposto pelo vencedor como uma humilhação e um ultraje. Milhares de braços foram então postos em movimento e o êxito, em breve, coroava o empreendimento. Os povos vizinhos que, antes, haviam taxado esta obra de vaidade e loucura, tomaram-se de espanto e de terror (Morus, 2001, p. 22-23).

*

Tanto como Utopia, Brasília foi planejada. Planejada para ser a capital do país. Não foi o primeiro projeto, mas foi o único, de fato, efetivado territorialmente. Desde a Inconfidência Mineira, nos idos do século XVIII, aventava-se politicamente a possibilidade de construção de uma nova cidade que se tornasse centro político-administrativo do Brasil. As antigas capitais Salvador e Rio de Janeiro foram vistas durante muito tempo, segundo aqueles favoráveis a esses projetos, como cidades caóticas, desorganizadas e impróprias para uma nação que objetivasse ordem e desenvolvimento. Surgidas “espontaneamente”, isto é, sem princípios, projetos e planos para sua urbanização, seriam obras do descaso e de um país sempre com um pé no passado.

Uma capital deveria representar o avesso disso. Totalmente planejada, cada centímetro quadrado de sua área urbana serviria a um propósito. Vidal (2009) sinaliza que quase todos os processos de mudança institucional do Brasil foram igualmente acompanhados por sugestões de mudança em relação à capital do país. Do Brasil Colônia ao Império à

República e em quase todas as constituições oficializadas, haviam dispositivos que estipulavam a necessidade de transformação do Brasil por meio de uma nova sede. Constituíram durante muito tempo o que se convencionou chamar de *mudancismo*.

Foi somente no século XX, no entanto, e já nos idos dos anos 40 e 50 que Brasília foi se tornando possibilidade concreta. Embora quase sempre associada à genialidade de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer e ao espírito desbravador de Juscelino Kubitschek (três Utopus em terras brasileiras), as raízes históricas e ideológicas da capital são bem menos individuais. Entrelaçam-se ao projeto coletivo modernista em voga na época e se ancoram, além do mais, na mesma tradição mudancista iniciada alguns séculos antes.

Holston (1993) demonstra, nesse ponto, o quanto arquitetos, engenheiros e planejadores do modernismo arquitetônico eram fascinados pela perspectiva de verem suas obras e propostas aplicadas no chamado “Terceiro Mundo”. Com cidades menos “desenvolvidas” e com democracias ou em consolidação ou inexistentes, o terreno seria fértil para pôr a prova o fio lógico da narrativa modernista: a configuração espacial engendra configurações sociais. O Brasil e Brasília representam no mundo, no que também me ancore em Vidal, uma das confluências dessas perspectivas.

Pegue um avião. Voe sobre nossas cidades do século XIX, sobre aqueles imensos sítios incrustados com fileiras e fileiras de casas sem coração, marcados por canyons de ruas sem alma. Olhe para baixo e julgue por si mesmo. Afirmo que tais coisas são os signos de uma trágica desnaturalização do trabalho humano. São prova de que os homens, subjugados pelo titânico crescimento da máquina, sucumbiram às maquinações de um mundo impulsionado pelo dinheiro. (Le Corbusier, 1967, p. 341 apud Holston, 1993, p. 47)

Um dos principais expoentes do movimento modernista na arquitetura, senão o principal, Le Corbusier foi o redator da Carta de Atenas, publicada em 1933 durante o 4º Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM). Tais Congressos serviram para a formulação e, sobretudo, para a articulação de arquitetos de todo o mundo em torno de princípios considerados necessários para o futuro das cidades.

O diagnóstico: os espaços urbanos estariam condenados a servir à lógica do capital e, por isso, contrárias ao que via como ideal para a vida urbana. Sua organização sendo uma expressão de anseios produtivos e de consumo, não haveria espaço para o lazer, para o desfrute e para a convivência pública.

A solução: para se opor ao capital como fio condutor da organização urbana, as cidades deveriam, conforme o consenso da Carta (1933), ater-se a quatro funções básicas: habitar, trabalhar, circular e se divertir. Brasília foi uma tentativa concreta dessas premissas.

Longe de querer resgatar todo o processo de idealização e construção da capital, iniciativa já realizada por Epstein (1973) e pelo próprio Holston (1993), cabe aqui pontuar o que considero como ponto de *encruzilhada* na história da capital federal. Essa encruzilhada está fortemente vinculada à ideia do *novo*. Do mesmo modo como Brasília foi construída com o que era considerado mais moderno em técnicas de construção e planejamento, seria a capital uma cidade voltada a um novo Brasil.

Uma cidade planejada, construída segundo determinados contornos e objetivos, seria a alavanca necessária para o país emergir das águas profundas do atraso e para trilhar de uma vez por todas os caminhos do progresso. Uma nova cidade em uma sociedade considerada retrógrada seria uma mola propulsora para o salto necessário que o Brasil deveria dar em direção ao futuro. Um novo espaço fomentaria novas relações sociais e políticas, engendraria, enfim, uma nova nação.

Brasília, como já mencionei no primeiro capítulo, seria o centro exemplar a partir do qual todo o restante se atualiza e se qualifica. A cidade desponta, desde os primeiros croquis e desde as primeiras ideias em torno da mudança de capital, como uma ruptura com o passado. Com a transferência de governo para o Planalto Central, migraríamos do país agrário-latifundiário-feudal-e-colonizado para a potência industrial-capitalista-desenvolvida. Lembro aqui das considerações de Ribeiro (2008). Não à toa, uma vez construída a capital, operários, comerciantes, faxineiras e lavadeiras deveriam voltar para o lugar de onde vieram. Para um novo início, velhos “problemas” tinham de sumir de cena.

O surgimento de Brasília está, portanto, intrinsecamente ligado, por um lado, ao *obscurecimento* do conflito, de pessoas e valores não condizentes com certas ideias de progresso e, de outro, a certa ruptura com o “arcaico”. Afastar determinadas classes seria, no máximo, um mal necessário em um projeto de médio a longo prazo.

Em *Conterrâneos Velhos de Guerra* (1992), Lúcio Costa e Oscar Niemeyer são perguntados sobre mortes ocorridas durante as obras de Brasília e sobre a segregação

entre o Plano Piloto e as cidades-satélites. Isso não estaria, afinal de contas, em oposição aos ideais modernistas? Ambos tergiversam, mas acabam dizendo que, se mortes ocorreram e se alguns detalhes fugiram do plano, isso se deve à própria estrutura desigual do Brasil. Tais “desvios” seriam, na verdade, incorreções no percurso iniciado com Brasília, percurso que, ao fim e ao cabo, foi bem-sucedido. Acrescento: com mortes e contornos bem direcionados.

Eis que Brasília não criou algumas das benesses que dela se esperavam. Classes não passaram a conviver harmonicamente no país. Desigualdades estruturais não foram desmanteladas. Não seguiu, pois, a linearidade proposta por Morus (2001) em *A Utopia*. Espaço geográfico e espaço urbano não foram o suficiente para criar uma nova e revolucionária sociedade. Diferentemente de Amarouta, capital de Utopia, Brasília enraizou-se com o Brasil que deveria suplantar e passou a ser parte integrante de sua narrativa.

Em um país histórica e socialmente desigual, Holston (1993) argumenta, Brasília não poderia ser muito diferente, uma vez que as bases econômicas e produtivas do Brasil não foram transformadas concomitantemente. Por conta de seu planejamento e de certos engessamentos em relação a sua ocupação urbana, no entanto, a capital levou – e leva - as desigualdades e as exclusões em outras direções. O antropólogo estadunidense parte do pressuposto de que as relações de produção são condutoras do processo de construção do espaço urbano.

Formatado esse espaço, no entanto, abrem-se novas possibilidades, porque diferentes das anteriores, de articulação entre as lógicas de produção, de consumo e de ocupação espacial. Por nunca ser plenamente capturável (Patriota de Moura, 2013), a cidade passa a ser uma composição de relações de múltiplas ordens. Embora haja determinantes, como as relações de classe, são sempre formatadas novas composições espaço-temporais sobre cujos contornos novas relações podem se construir. Isto é, embora haja padrões quanto à distribuição de riquezas e à concentração de capitais, não há lei sociológica que determine a imutabilidade desse processo como parte “natural” da configuração de cidades como Brasília.

Caminho, assim, na mesma direção de Foucault (2008) quando postula seus pressupostos quanto ao poder. O fato de se afirmar que o poder não é possuído e sim

utilizado, não significa o mesmo que dizer que não tem pontos de ancoragem e de concentração. Embora desigualmente distribuído, sua circulação permite reconfigurações e movimentos de resistência. Uma cidade segregada pela classe em seu território não é, até o fim dos tempos, fadada a continuar assim.

*

Encaro essas proposições flexibilizadoras como necessárias em virtude, sobretudo, do modo como encaro o espaço urbano. Sendo a cidade um ambiente de intervenções (Foucault, 2007 apud Roy; Ong, 2011), há limites dentro dos quais o espaço urbano pode ser reorganizado, mas tais limites podem sempre ser modificados e conduzidos pelos agentes e pelas composições que o disputam e procuram modificá-lo.

O obscurecimento não é o produto final de um processo, senão contínuo ao próprio processo de luta pelo céu em Brasília. Indígenas são invisibilizados para que o Setor Noroeste se torne, de uma maneira particular, *legítimo* e ponto pacífico – ou em vistas de ser pacificado – na configuração do espaço urbano da capital.

Localizada onde hoje fica o Lago Paranoá, a Vila Amaury teve que ser abandonada às pressas (Ribeiro, 2008). Seus moradores, operários e suas famílias quando da construção de Brasília, tinham duas opções: ou saíam ou seriam afogados. Saíram. Tão logo terminada a construção da SQN 110 nos anos 80, operários foram expulsos dos casebres em que moravam (Carvalho, 1992). As construtoras, desejosas de economizar com o deslocamento de trabalhadores para o canteiro de obras, aceitaram que trabalhadores vivessem em pleno local de trabalho. Prédios inaugurados, polícia e governo acionado, famílias expulsas. Agentes invisibilizados. Processo de segregação obscurecido, uma vez que são hoje a superquadra residencial, o Lago Paranoá e o Noroeste inquestionáveis. São espaços consolidados da/o capital.

Sobre esses espaços meu argumento é que são atravessados pelo céu e que, em outras palavras, a luta pelo céu é uma luta pelo espaço urbano de Brasília. Luta mediada por esse *urban common* (Harvey, 2013) que, apesar de patrimônio da cidade, pode ser comercializável (Imagens 24, 25 e 26), é elemento das composições espaço-temporais na capital e serve, de forma constitutiva, ao processo de reclassificação do espaço.

A reclassificação é um processo de dupla face, porque atravessada pelo estado das relações de classe em determinada escala de relações e porque pautada por justificações operadas com vistas a qualificar determinados espaços. Os *recursos*, como utilizados no Setor Noroeste, sintetizam essas faces. Com recursos possuídos e adquiridos, podem ser conquistados alguns recursos no bairro, na cidade e para a própria vida. Capitais podem ser assimilados a uma trajetória com base em justificações particulares, engendradas pela conformação particular dos capitais que se possui e que se procura adquirir nas disputas com outros agentes. Para se alcançar uma porção do céu em particular e torná-lo distinto dos demais, é preciso se mobilizar em /pela terra e torná-la, o mais intensamente possível, exclusiva de um determinado grupo de pessoas.

Daí ser possível que os moradores do Setor Noroeste se afirmem tanto privilegiados quanto merecedores do apartamento que compraram. A segregação e a qualificação do espaço são um e o mesmo processo. Conquistar uma posição melhor de acesso à Brasília, ao trabalho, à escola, ao consumo (habitar, divertir-se, circular e trabalhar) envolve, e dificilmente há quem tenha negado isso em meus encontros, fortalecer a espacialização segregada das classes no território distrital.

Para moradores e moradoras, no entanto, esse processo se entrelaça aos seus projetos pessoais e a suas escolhas em meio a campos de possibilidades. “Não seria nada não fossem Deus, meus pais, meu emprego, minha família e o suor que todo dia deixo no banho”, me disse Bernardo em nossa conversa. O modo como conquistou o horizonte qualificado a que todo dia dedica algumas horas em seu apartamento é aqui sinteticamente definido. Bernardo se movimentou enquanto agente e com outros agentes e conquistou um espaço, entreviu nele e se reclassificou. Tornou um pouco mais dele um céu que é de todos.

*

Acredito ser possível, por último, pensar a luta pelo céu em Brasília também como uma luta pela *centralidade* (Frúgoli Jr, 2000). Ter o horizonte e o firmamento mais próximos de si e da própria família é estar, como mencionei, *do alto* e *de perto*. Proximidade relativa, é claro, porque permeada por objetivos definidos por relações de classe. Em

termos de escala, o *perto* engendra processos de expropriação calcados nas classes e, sobretudo, em valores que tecem seus conteúdos.

Em reportagem sobre o Setor Noroeste, um representante do Sindicato da Habitação do Distrito Federal (SICOVI-DF) assim disse

A mobilidade da população está muito difícil hoje. Por isso a localização é muito valorizada. Um apartamento em Águas Claras, por exemplo, jamais terá o metro quadrado tão valorizado quanto os do Noroeste, Sudoeste, e até mesmo da Asa Sul e Asa Norte. Essa é uma máxima do mercado imobiliário, quanto mais próximo do centro, mais é valorizado [...]85.

No Noroeste, estar mais bem posicionado e localizado tem a ver, em última instância, com os projetos estáveis perseguidos pelas pessoas que nele compraram um apartamento. Tem a ver com suas escolhas. Estar perto e do alto implica ser mais protagonista na/da produção do espaço urbano. Em outras palavras, implica ter mais oportunidades nos processos que definem e redefinem o que é mais relevante e o que é legítimo construir em determinado território. Um/a agente que mora no Setor Noroeste consegue mobilizar muitos recursos em prol do que pode ser, em última instância, definido como central para a ocupação urbana do DF como um todo.

Compreender processos de redefinição de centralidade é tarefa imprescindível do ponto de vista teórico porque conectadas ao que Roy e Ong (2011) chamam de “mundos de práticas”. Algo ser mais central (ou não) depende de lugar para lugar, cidade para cidade e dos que formam esses lugares e essas cidades. Tais processos se imbricam, entretanto, de outros tantos que são similares em outras escalas.

A luta pela centralidade requer que sejam acionados recursos multiescalares e formadas e reconfiguradas a todo o momento composições as mais flexíveis a ponto de poderem ser modificadas e as mais concretas a ponto de terem significados na prática/práxis das pessoas. Cidades exigem que nosso olhar em direção às práticas seja o mais multifacetado e multifocado possível. A luta pela centralidade requer, do ponto de vista analítico, o que Lefebvre (2011) reivindicou para o urbanismo: a capacidade de se

85 Disponível em: <<http://noticias.r7.com/distrito-federal/sudoeste-e-noroeste-estao-entre-os-bairros-mais-caros-do-brasil-17092013>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

sobrepor a diagnósticos e análises parcelares que pecam em ver processos de maior abrangência e significância.

REFERÊNCIAS

DADOS ESTATÍSTICOS, MATERIAIS GOVERNAMENTAIS E LEGISLAÇÃO

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cidades. Brasília. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/232NU>. Acesso em 06 jul. 2015.

DISTRITO FEDERAL Lei Complementar n. 803, de 25 abril de 2009. Aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.sedhab.df.gov.br/images/pdot/leis/lei-complementar-803-25-04-2009.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

DISTRITO FEDERAL. Decreto N° 10.829 de 14 de Outubro de 1987, relativo a regulamentação da preservação da concepção urbanística de Brasília. Disponível em: <http://www.brasiliapatrimoniadahumanidade.df.gov.br/legislacao/DISTRITAL/2_DECRETETO_10.829-87/Dec_10829-87_Preservacao_da_concepcao_urbanistica_de_Brasilia.pdf>. Acesso em 05 out. 2015.

DISTRITO FEDERAL. Portaria N° 314, de 8 de Outubro de 1992, publicada no Diário Oficial do GDF em 9 de Outubro de 1992, que trata da proteção do conjunto urbanístico tombado do Plano Piloto. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_314_de_8_de_outubro_de_1992.pdf. Acesso em: 05 out. 2015.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação. *Mapas*. 2015. Disponível em: <<http://www.sedhab.df.gov.br/component/content/article/284-mapas/281-mapas.html>>, Acesso em 29 jul. 2015.

DISTRITO FEDERAL. Terracap. *Manual Verde do Setor Noroeste*, 74p. 2009. Disponível em: <http://www.terracap.df.gov.br/internet/arquivos/0044103478.pdf>. Acesso em 06 jul. 2015.

FILMES

ANDRADE, Joaquim Pedro de. Brasília. *Contradições de uma cidade nova*. Direção de Joaquim Pedro de Andrade, Produção de Filmes do Serro (RJ) e montagem de Bárbara Riedel. Brasil, 1967, 23 min.

BRAYNER, Thais Nogueira. *É terra indígena porque é sagrada: Santuário dos Pajés-Brasília/DF*. 2013. 145p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2013.

CARVALHO, Vladimir. *Conterrâneos Velhos de Guerra*. [Documentário]. Direção de Vladimir Carvalho, montagem de Eduardo Leone. Brasil, 1992, 153 min.

FURTADO, José. *Sagrada Terra Especulada*. Dirigido e montado por José Furtado e produzido por Centro de Mídia Independente. Brasil, 2011, 70 min.

FURTADO, José. *A Ditadura da Especulação*. Dirigido e montado por José Furtado e produzido por Centro de Mídia Independente e Coletivo Muruá. Brasil, 2012, 13 min.

QUEIROZ, Adirley. *Branco sai, preto fica*. Dirigido e produzido por Adirley Queiroz. Brasil, 2014, 93 min.

MATERIAL BIBLIOGRÁFICO

BARBOSA FERREIRA, Ignez Costa; STEINBERGER, Marília. O Modelo de Gestão de Brasília no âmbito da problemática urbana nacional. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 28., Caxambú, 2003. *Anais...* Caxambú: ANPOCS, 2003.

BATESON, Gregory. *Naven: um esboço dos problemas sugeridos por um retrato compósito, realizado a partir de três perspectivas, da cultura de uma tribo da Nova Guiné*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

BEHR, Nicolas. À procura de Brasília. *Revista Piauí*, São Paulo, v., n.70, jul. 2012. Disponível em: <<http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-70/poesia-nicolas-behr/a-procura-de-uma-cidade>>. Acesso em: 07 out. 2015.

BIGGS, Michael. *Self-Fulfilling Prophecies*. In: The Oxford Handbook. Disponível em: <<http://users.ox.ac.uk/~sfos0060/prophecies.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2016.

BORGES, Antonádia. *Tempo de Brasília: etnografando lugares-eventos da política*. Rio de Janeiro: Relume Damará, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2013, 560p.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos do lugar. In: BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, p. 15-166.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Tradução de Frank Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Editora 34, Edusp, 2000.

CASSEMIRO, Bruno Cesar Medeiros. *Urbanidades e Ruralidades em Brasília*. História da transformação de Vicente Pires – DF: chácaras, condomínios e cidade. 2012. 122p. Monografia (Bacharelado em Antropologia Social). Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2012.

CIAM. Carta de Atenas. 1933. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

COSTA, Lúcio. O relatório do Plano Piloto de Brasília [edição em várias línguas]. *Módulo*, n. 8, 1957.

COSTA, Lúcio. *Brasília Revisitada*. In: Anexo I do Decreto nº 10.829/1987 - GDF e da Portaria nº 314/1992 – Iphan, 1987.

CREVELS, Christian Ferreira. *A semente pesada nas terras da discórdia: o Santuário dos Pajés e o signo móvel.* 2014. 117 p. Monografia (Bacharelado em Antropologia Social) Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2014.

DOYLE, Gabriel Henrique Colela. *Percepções de operários sobre o espaço que edificam: três casos no Setor Noroeste.* 2013. 89 p. Monografia (Bacharelado em Antropologia Social). Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2013.

ELIAS, Gabriel Santos; MEDEIROS FILHO, João Telésforo. A Luta pelo Passe Livre sob a perspectiva do Direito à Cidade no Distrito Federal. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANDHEP, 6., Brasília, 2010. **Anais...** Brasília: ANPHED, 2010, 26 p.

ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2008. Mundo do Trabalho – Coleção Marx-Engels.

EPSTEIN, David. *Brasília, plan and reality: a study of planned and spontaneous urban development.* Berkeley: University of California Press, 1973.

FERREIRA, Marcílio Mendes; GOROVITZ, Matheus. *A invenção da superquadra: o conceito de Unidade de Vizinhança em Brasília.* IPHAN, 2008. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PubDivCol_InvencaoDaSuperquadra_m.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2016.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território e População:* curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo, Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica.* Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FRASER, David. Inventing Oasis: Luxury Housing Advertisements and Reconfiguring Domestic Space in Shanghai. In: DAVIS, DEBORAH [ed.]. *The Consumer Revolution in China.* Oakland, California, University of California Press, 2000, p. 25-53.

FRÚGOLI JR, Heitor. *Centralidade em SP: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole.* 2. ed. São Paulo: Edusp, 2000.

FRÚGOLI JR., Heitor; ANDRADE, Luciana Teixeira de; PEIXOTO, Fernanda Arêas [orgs.]. *As cidades e seus agentes: práticas e representações.* Belo Horizonte: PUC Minas; São Paulo: Edusp, 2006.

GEERTZ, Clifford. *Negara: o Estado-Teatro no século XIX.* Lisboa: Difel.

GIOVENARDI, Eugênio. Impactos Socioambientais do crescimento urbano no DF. In: PAVIANI, Aldo et al. [org]. *Brasília aos 50 anos: da capital à metrópole.* Brasília: Editora UnB, 2010, p. 427-456.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

HARVEY, David. *Rebel Cities: from the right to the city to the urban revolution.* Londres, Nova Iorque: Verso, 2012.

HOLSTON, James. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia.* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

JACOBS, Jane. *The Death and Life of the Great American Cities*. New York : Vintage Books, 1961.

LANNES, Paulo. Terra prometida. **Veja Brasília**, Brasília, 15 ago. 2014. Cidade. Disponível em: <<http://vejabrasil.abril.com.br/brasil/materia/terra-prometida-3058>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

LATOURE, Bruno. *Jamais Fomos Modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LATOURE, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas sociedade afora*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LATOURE, Bruno. *Reagregando o social: introdução à teoria do Ator-Rede*. Salvador: Edufba; Bauru, SP: Edusc, 2012.

LEFEBVRE, Henri. *The Production of the Space*. Hoboken, New Jersey, EUA: Wiley-Blackwell, 1992.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro Editora, 2011.

MACHADO, Lia Zanotta; DE MAGALHÃES, Themis Quezado. Imagens do espaço: imagens da vida. In: **PAVIANI, Aldo** [org]. *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 2010, p. 285-322.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Coral Gardens And Their Magic: A Study of the Methods of Tilling the Soil and of Agricultural Rites in the Trobriand Islands*. Mineola, NY: Dover Publications, 1978.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Volume I.

MERTON, Robert K. The Self-Fulfilling Prophecy. **The Antioch Review**, Yellow Springs, Ohio, EUA, v.8, n.2, p.193-210. Disponível em: <<http://entrepreneurscommunicate.pbworks.com/f/Merton.+Self+Fulfilling+Profecy.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2016.

MORUS, Tomás. *A Utopia*. Domínio Público, 2001, 62 p. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000070.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2016.

NUNES, Brasilmar Ferreira. Brasília na rede das cidades globais: apontando uma tendência. **Revista Sociologia e Estado**, v.29, n.3, p. 941-961, set./dez. 2014.

O NOROESTE. Jornal impresso, ed. 4, ano 2, jun. 2015. 4p. Disponível em http://media.wix.com/ugd/917d26_9aa3c04b87ab4ad88ed04bbeb842bd54.pdf. Acesso em 06 jul. 2015.

O NOROESTE. Jornal impresso, ed. 5, ano 2, ago. 2015. 8p. Disponível em: <http://media.wix.com/ugd/917d26_31c5f2410dad48cf90622d1557b314b8.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2016.

O NOROESTE. Jornal impresso, ed. 7, ano 2, dez. 2015. 8p. Disponível em: < http://media.wix.com/ugd/917d26_c932566825c044c59ff4c0f8951cd362.pdf >. Acesso em: 11 jan. 2016.

PATRIOTA DE MOURA, Cristina. Condomínios horizontais no DF: elementos e composições. *Revista Antropolítica*, n.29, p.47-68, 2010.

PATRIOTA DE MOURA, Cristina. *Condomínios no Brasil Central: expansão urbana e antropologia.* Brasília: Letras Livres, Editora Universidade de Brasília, 2012.

PATRIOTA DE MOURA, Cristina. Condomínios e *Gated Communities*: por uma antropologia das novas composições urbanas. *Anuário Antropológico*, v. 32, n. 2, p. 209-232, dez. 2010.

PATRIOTA DE MOURA, Cristina. O urbano e suas múltiplas dimensões. *Anuário Antropológico*, v. 38, n. 2, p. 9-15, dez. 2013.

PAVIANI, Aldo [org]. *Brasília, moradia e exclusão.* Brasília: Editora UnB, 1996.

PAVIANI, Aldo [org]. *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão.* 2. ed. Brasília: Editora UnB, 2010.

PAVIANI, Aldo et al. [org]. *Brasília 50 anos: da capital à metrópole.* Brasília: Editora UnB, 2010a.

PAVIANI, Aldo. *Brasília, a metrópole em crise: ensaios sobre urbanização.* 2. Ed. Brasília: Editora UnB, 2010b.

PENHAVEL, Pedro Felix do Carmo. *Urbanização por expropriação: o caso do Setor Noroeste (Brasília-DF).* 2013. 99 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, 2013.

PINHEIRO BARRETO, Frederico Flósculo. Cenários Futuros da Metrópole. In: PAVIANI, Aldo et al. [org]. *Brasília aos 50 anos: da capital à metrópole.* Brasília: Editora UnB, 2010, p. 343-368.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred R. *Estrutura e função na sociedade primitiva.* Petrópolis: Vozes, 1973.

RAMOS, Paola Novaes. *A pertinência do conceito de legitimidade para organizações políticas: modelos racionais-legais europeus, Tahuantinsuyu e sociedade Tupinambá em perspectiva comparada.* 2010. 319 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Sociais- Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *O capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília.* Brasília: Editora UnB, 2008.

ROY, Ananya; ONG, Aihwa [org]. *Worlding Cities: Asian Experiments and the Art of Being Global.* Wiley-Blackwell, 2011.

SANTARÉM, Paulo Henrique da Silva. *A Cidade Brasília (DFE): conflitos sociais e espaciais significados na raça.* 2013. 158 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2013.

SASSEN, Saskia. *Territory, authority, rights: from medieval to global assemblages.* Princeton: Princeton University Press, 2006.

SCHVARSBURG, Alan. *A construção do bairro Setor Noroeste feita pelo Correio Braziliense.* 2009. 59 p. Monografia (Bacharelado em Jornalismo). Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – Comunicação social, Centro Universitário de Brasília, 2009.

SIMMEL, Georg. *On Individuality and Social Forms.* Chicago, University of Chicago Press, 1972. 412p.

TJDFT. Juiz nega pedido de paralisação das obras do Setor Noroeste. **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios**, Brasília, 05 maio 2011. Disponível em: <<http://www2.tjdft.jus.br/noticias/noticia.asp?codigo=15868>>. Acesso em: 03 fev. 2016.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas.* Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea.* Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

VELHO, Gilberto. Os mundos de Copacabana. In: VELHO, Gilberto (Org.). *Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal.* Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p.11-23.

VIDAL, Laurent. *De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX).* Tradução de Florence Maria Davret. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

ZHANG, Li. *In Search of Paradise: middle-class living in a Chinese metropolis.* Londres: Cornell University Press, 2010.

REPORTAGENS

BERTOLOTTO, Rodrigo. Brasília revive clima da inauguração em polêmico setor que promete ser o 1º bairro ecológico do país. UOL Notícias, Brasília, 15 abril 2010. Brasília, 50 anos. Disponível em: <[http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/especial/2010/brasil-50-anos/2010/04/15/brasilia-revive-clima-da-inauguracao-em-polemico-setor-que-promete-ser-o-1-bairro-ecologico-do-pais.jhtm](http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/especial/2010/brasil-50-anos/2010/04/15/brasil-50-anos-2010-04-15/brasilia-revive-clima-da-inauguracao-em-polemico-setor-que-promete-ser-o-1-bairro-ecologico-do-pais.jhtm)>. Acesso em: 20 fev. 2016.

G1/DF. Obras no Setor Noroeste provocam assoreamento no Lago Paranoá. **G1/DF**, Brasília, 05 abril 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2012/04/obras-no-setor-noroeste-provoca-assoreamento-no-lago-paranoa-no-df.html>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

G1/DF. Moradores do Setor Noroeste, no DF, reclamam da falta de infraestrutura. **G1/DF**, Brasília, 15 jul. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/07/moradores-do-setor-noroeste-no-df-reclamam-da-falta-de-infraestrutura.html>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

G1/DF. DF iguala recorde de calor e tem umidade menor do que a do Saara. **G1/DF**, Brasília, 25 set. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/09/df-igual-recorde-de-calor-e-tem-umidade-menor-do-que-do-saara.html>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

G1/DF. Com 36,4 °C, DF volta a bater recorde de temperatura; umidade chega a 11%. **G1/DF**, Brasília 18 out. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/10/com-364-c-df-volta-bater-recorde-de-temperatura-umidade-chega-11.html>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

MACHADO, Roberta. Manifestantes enfrentam policiais para impedir obras no Noroeste. **Correio Braziliense**, Brasília, 04 nov. 2011. Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2011/11/04/interna_cidadesdf,276957/manifestantes-enfrentam-policiais-para-impedir-obras-no-noroeste.shtml. Acesso em: 02 fev. 2016

PARANHOS, Thaís; PINHEIRO, Roberta. Proposta de 'tombamento' do céu de Brasília ganha força e adeptos na cidade. **Correio Braziliense**, Brasília, 23 abril 2014. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/04/23/interna_cidadesdf,424235/proposta-de-tombamento-do-ceu-de-brasilia-ganha-forca-e-adeptos-na-cidade.shtml>. Acesso em: 20 fev. 2016.

R7. Bairro de Brasília que já teve metro quadrado entre os mais caros do Brasil sofre com falta de estrutura e desvalorização. **R7**, Brasília, 25 fev. 2015. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/distrito-federal/bairro-de-brasilia-que-ja-teve-metro-quadrado-entre-os-mais-caros-do-brasil-sofre-com-falta-de-estrutura-e-desvalorizacao-25022015>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

R7. Sudoeste e Noroeste estão entre os bairros mais caros do Brasil. **R7**. Brasília, 17 set. 2013. Disponível em: <http://noticias.r7.com/distrito-federal/sudoeste-e-noroeste-estao-entre-os-bairros-mais-caros-do-brasil-17092013>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

SOARES, Thiago. Estudo mostra que setor de vendas do DF volta a crescer. **Correio Braziliense**, Brasília, 27 jun. 2015. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/06/27/interna_cidadesdf,488089/estudo-mostra-que-setor-de-vendas-do-df-volta-a-crescer.shtml>. Acesso em 06 jul. 2015.

ANEXOS

Anexo 1 - Brasília Revisitada - 1985/87

Agradeço ao Governador José Aparecido de Oliveira bem como ao seu Secretário de Viação e Obras Carlos Magalhães por esta oportunidade de ainda fazer algumas ponderações.

Brasília vive hoje um momento decisivo. Nos trinta anos decorridos desde a apresentação do plano-piloto ao júri internacional que escolheria a proposta a ser implantada (10/III/57) a cidade consolidou-se, de fato, como capital definitiva do país.

Vendo Brasília atualmente, o que surpreende, mais que as alterações, é exatamente a semelhança entre o que existe e a concepção original.

É evidente que uma cidade inaugurada há pouco mais de 25 anos está no começo de sua existência, passada a fase de consolidação a vitalidade urbana é manifesta e crescente, sobretudo agora, com o restabelecimento do poder civil que a gerou — Brasília preenche suas áreas ainda desocupadas e quer se expandir.

Não menos evidente é o fato de que — por todas as razões — a capital é histórica de nascença, o que não apenas justifica mas exige que se preserve, para as gerações futuras, as características fundamentais que a singularizam.

É exatamente na concomitância destas duas contingências que reside a peculiaridade do momento crucial que Brasília hoje atravessa: de um lado, como crescer assegurando a permanência do testemunho da proposta original, de outro, como preservá-la sem cortar o impulso vital inerente a uma cidade tão jovem.

"A liberação do acesso ao concurso reduziu de certo modo a consulta àquilo que de fato importa, ou seja, a concepção urbanística da cidade propriamente dita, porque esta não será, no caso, uma decorrência do planejamento regional, mas a causa dele, a sua fundação é que dará ensejo ao ulterior desenvolvimento planejado da região. Trata-se de um ato deliberado de posse, de um gesto de sentido ainda desbravador nos moldes da tradição colonial. E o que se indaga é como, no entender de cada concorrente, uma tal cidade deve ser concebida."(introdução à memória descritiva do plano-piloto)

Assim, o plano-piloto (como de resto as outras propostas apresentadas) foi, na realidade, uma concepção já traduzida em termos de projeto urbano, e não apenas uma definição preliminar de partido e diretrizes gerais relativas a uso e ocupação do solo, e isto porque o objetivo era a transferência da capital — e não a elaboração de projeto — em 3 anos.

"Se a sugestão é válida, estes dados, conquanto sumários na sua aparência, já serão suficientes, pois revelarão que apesar da espontaneidade original, ela foi, depois, intensamente pensada e resolvida." (memória descritiva do plano piloto).

CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS DO PLANO-PILOTO

1 - A interação de quatro escalas urbanas

A concepção urbana de Brasília se traduz em quatro escalas distintas: a monumental, a residencial, a gregária e a bucólica.

A presença da escala monumental — "não no sentido da ostentação, mas no sentido da expressão palpável, por assim dizer, consciente daquilo que vale e significa" — conferiu à cidade nascente, desde seus primórdios, a marca inelutável de efetiva capital do país.

A escala residencial, com a proposta inovadora da Superquadra, a serenidade urbana assegurada pelo gabarito uniforme de seis pavimentos, o chão livre e acessível a todos através do uso generalizado dos pilotis e o franco predomínio do verde, trouxe consigo o embrião de uma nova maneira de viver, própria de Brasília e inteiramente diversa das demais cidades brasileiras.

A escala gregária, prevista para o centro da cidade — até hoje ainda em grande parte desocupado — teve a intenção de criar um espaço urbano mais densamente utilizado e propício ao encontro.

As extensas áreas livres, a serem densamente arborizadas ou guardando a cobertura vegetal nativa, diretamente contígua a áreas edificadas, marcam a presença da escala bucólica.

A escala monumental comanda o eixo retilíneo — Eixo Monumental — e foi introduzida através da aplicação da "técnica milenar dos terraplenos" (Praça dos Três Poderes, Esplanada dos Ministérios), da disposição disciplinada porém rica das massas

edificadas, das referências verticais do Congresso Nacional e da Torre de Televisão e do canteiro central gramado e livre da ocupação que atravessa a cidade do nascente ao poente.

As Superquadras residenciais, intercaladas pelas Entrequadras (comércio local, recreio, equipamentos de uso comum) se sucedem, regular e linearmente dispostas ao longo dos 6 km de cada ramo do eixo arqueado - Eixo Rodoviário-Residencial. A escala definida por esta sequência entrosa-se com a escala monumental não apenas pelo gabarito das edificações como pela definição geométrica do território de cada quadra através da arborização densa da faixa verde que a delimita e lhe confere cunho de "pátio interno" urbano.

A escala gregária surge, logicamente, em torno da interseção dos dois eixos, a Plataforma Rodoviária, elemento de vital importância na concepção da cidade e que se tornou, além do mais, o ponto de ligação de Brasília com as cidades satélites. No centro urbano, a densidade de ocupação se previu maior e os gabaritos mais altos, à exceção dos dois Setores de Diversões.

E a intervenção da escala bucólica no ritmo e na harmonia dos espaços urbanos se faz sentir na passagem, sem transição, do ocupado para o não-ocupado — em lugar de muralhas, a cidade se propôs delimitada por áreas livres arborizadas.

2 - A estrutura viária

O plano de Brasília teve a expressa intenção de trazer até o centro urbano a fluência de tráfego própria, até então, das rodovias; quem conheceu o que era a situação do trânsito no Rio de Janeiro, por exemplo, na época, entenderá talvez melhor a vontade de desafogo viário, a ideia de se poder atravessar a cidade de ponta a ponta livre de engarrafamentos.

O que permanece incompreensível é até hoje não existir - pelo menos na área urbana - um serviço de ônibus municipal impecável, que se beneficie das facilidades existentes (apenas a título de exemplo: as pistas laterais do Eixo Rodoviário -Residencial — destinadas prioritariamente ao transporte coletivo — tem mão nos dois sentidos; no entanto sua utilização pelos ônibus só se faz numa direção em cada uma delas). Bem

como não se ter ainda introduzido o sistema de "transferência" que se impõe para que o passageiro não seja onerado indevidamente.

A estrutura viária da cidade funciona como arcabouço integrador das várias escalas urbanas.

3 - A questão residencial

O plano-piloto optou por concentrar a população próximo ao centro (Eixo Rodoviário-Residencial), através da criação de áreas de vizinhança que só admitem habitação multifamiliar; mas habitação multifamiliar não na forma de apartamentos construídos em terrenos inadequados e constringendo os moradores das residências vizinhas, como geralmente ocorre.

A proposta de Brasília mudou a imagem de "morar em apartamento", e isto porque morar em apartamento na Superquadra significa dispor de chão livre e gramados generosos contíguos à "casa" numa escala que um lote individual normal não tem possibilidade de oferecer.

E prevaleceu a ideia de distribuir a ocupação residencial em áreas definidas "a priori" para apartamentos (Superquadras) e para casas isoladas — estas, mais afastadas do centro.

4 - Orla do lago

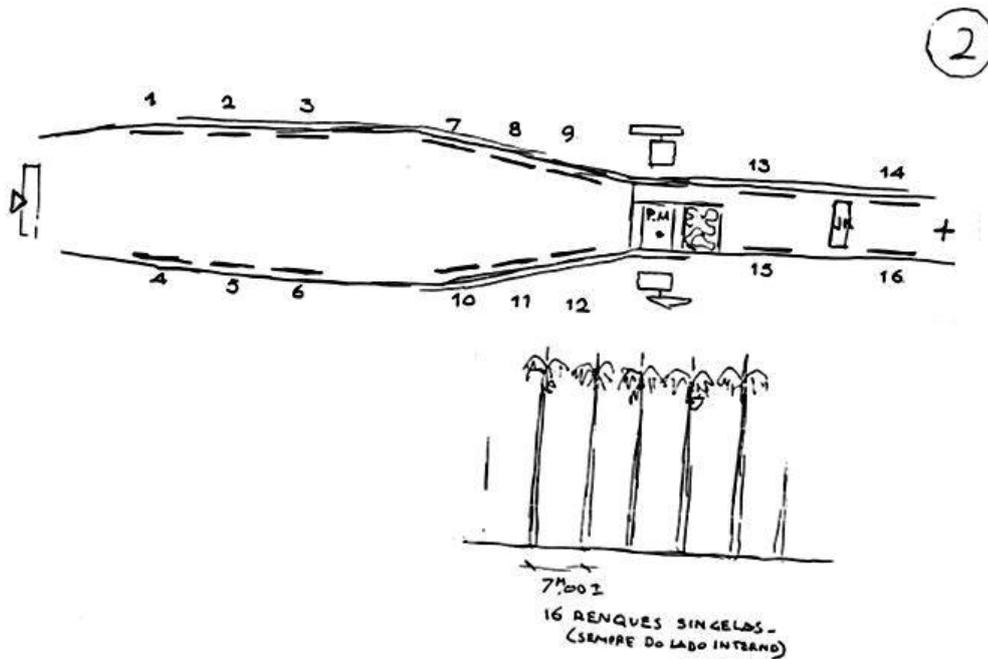
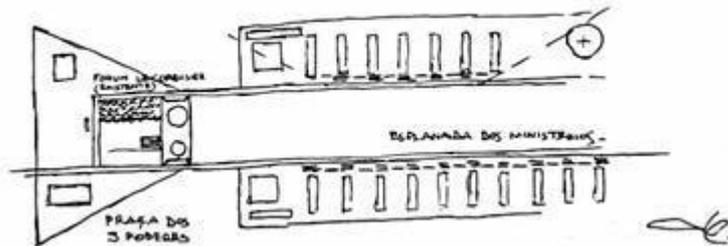
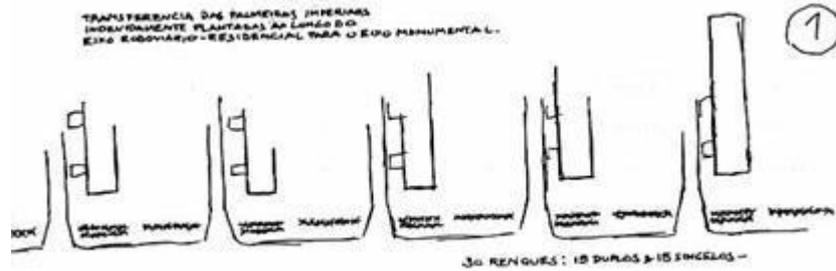
O Plano-piloto refuga a imagem tradicional no Brasil da barreira edificada ao longo da água; a orla do lago se pretendeu de livre acesso a todos, apenas privatizada no caso dos clubes. É onde prevalece a escala bucólica.

5 - A importância do paisagismo

"De uma parte, técnica rodoviária; de outra técnica paisagística de parques e jardins." (memória descritiva do plano-piloto).

A memória descritiva do plano deixou clara a importância da volumetria paisagística na interação das quatro escalas urbanas da cidade; o canteiro central da Esplanada gramado, as cercaduras verdes das Superquadras, a massa densamente arborizada prevista para os Setores Culturais (ainda até hoje desprovidos de vegetação).

Dáí a importância da remoção — enquanto é tempo — das palmeiras imperiais indevidamente plantadas ao longo do Eixo Rodoviário-Residencial para o Eixo Monumental; as razões desta impugnação foram claramente explicadas em dois pareceres anexados a este relato.



São de recomendar, ainda, providências imediatas para a criação de massas compactas de araucária na área abaixo do terrapleno da Praça dos Três Poderes, para que seu verde

escuro sirva de fundo e valorize o branco dos palácios, bem como o plantio de renques de pau-rei no entorno direto do edifício do Tribunal de Contas da União — imperdoável aberração no local onde se encontra — a fim de atenuar sua lamentável interferência visual no conjunto da Praça.

6 - A presença do céu.

Da proposta do plano-piloto resultou a incorporação à cidade do imenso céu do planalto, como parte integrante e omnipresente da própria concepção urbana — os "vazios" são por ele preenchidos; a cidade é deliberadamente aberta aos 360 graus do horizonte que a circunda.

7 - O não alastramento suburbano

A implantação de Brasília, partiu do pressuposto que sua expansão se faria através de cidades satélites, e não da ocupação urbana gradativa das áreas contíguas ao núcleo original. Previa-se a alternância definida de áreas urbanas e áreas rurais — proposição contrária à ideia do alastramento suburbano extenso e rasteiro.

Assim, a partir do surgimento precoce e improvisado das cidades satélites, prevaleceu até agora a intenção de manter entre estes núcleos e a capital uma larga faixa verde, destinada a uso rural.

Tal abordagem teve como consequência positiva a manutenção, ao longo de todos esses anos, da feição original de Brasília. Mas, em contrapartida, a longa distância entre as satélites e o "Plano Piloto" isolou demais a matriz dos dois terços de sua população metropolitana que reside nos núcleos periféricos, além de gerar problemas de custo para o transporte coletivo.

Daí a proposta apresentada no início do atual governo da implantação de Quadras Econômicas — ou Comunitárias — ao longo das vias de ligação entre Brasília e as cidades satélites, sendo mantida a destinação das áreas aos fundos desta orla urbanizada à cultura hortogranjeira.

COMPLEMENTAÇÃO E PRESERVAÇÃO

Complementar e preservar estas características significa, por conseguinte:

1 - Proceder ao tombamento do conjunto urbanístico-arquitetônico da Praça dos Três Poderes, incluindo-se os palácios do Itamarati e da Justiça, de vez que constituem sua vinculação arquitetônica com a Esplanada dos Ministérios, cuja perspectiva ficará valorizada com a transferência das palmeiras imperiais.

2 - Manter os gabaritos vigentes nos dois eixos e em seu entorno direto (até os Setores de Grandes Áreas, inclusive), permanecendo não edificáveis as áreas livres diretamente contíguas, e baixa a densidades, com gabaritos igualmente baixos, nas áreas onde já é prevista ocupação entre a cidade e a orla do lago. Isto é fundamental.

Brasília, a capital, deverá manter-se "diferente" de todas as demais cidades do país: não terá apartamentos de moradia em edifícios altos; o gabarito residencial não deverá ultrapassar os seis pavimentos iniciais, sempre soltos do chão. Este será o traço diferenciador — gabarito alto no centro comercial, mas deliberadamente contido nas áreas residenciais, a fim de restabelecer, em ambiente moderno, escala humana mais próxima da nossa vida doméstica e familiar tradicional.

3 - Garantir a estrutura das unidades de vizinhança do Eixo Rodoviário - Residencial, mantendo a entrada única nas Superquadras, a interrupção das vias que lhes dão acesso — para evitar tráfego de passagem — bem como ocupando devidamente as Entrequadras não comerciais com instalações para esporte e recreio e demais equipamentos de interesse comunitário, sobretudo escolas públicas destinadas ao ensino médio. Proibir a vedação das áreas cobertas de acesso aos prédios (pilotis) e dos parqueamentos — cobertos ou não.

4 - Reexaminar os projetos dos setores centrais, sobretudo os ainda pouco edificados, no sentido de propiciar a efetiva existência da escala gregária — além da Rodoviária e dos dois Setores de Diversões — prevendo percursos contínuos e animados para pedestres e circulação de veículos dentro dos vários quarteirões, cuja ocupação deve, em princípio, voltar-se mais para as vias internas do que para as periféricas.

Neste mesmo sentido, não insistir na excessiva setorização de usos no centro urbano — aliás, de um modo geral, nas áreas não residenciais da cidade, excetuando o centro

cívico. O que o plano propôs foi apenas a predominância de certos usos, como ocorre naturalmente nas cidades espontâneas.

5 - Providenciar as articulações viárias necessárias para fazer prevalecer na cidade de hoje a mesma clareza e fluência viárias contidas no risco original e, paralelamente, "arrematar" a cidade como um todo (recomendo neste sentido consulta ao trabalho "Brasília 57-85")

6 - Proceder urgentemente às obras de recuperação da Plataforma Rodoviária, que devem ser coordenadas por arquiteto identificado com o projeto original, a ser mantido com rigorosa fidelidade.

7 - Acabar devidamente e manter sempre limpos os logradouros de estar. A começar pelas duas pracinhas da Plataforma Rodoviária — cuidar das plantas, dos bancos e do permanente funcionamento das fontes.

ADENSAMENTO E EXPANSÃO URBANA DO "PLANO PILOTO"

Uma vez assegurada a proteção do que se pretende preservar, trata-se agora de verificar onde pode convir ocupação — predominantemente residencial — em áreas próximas do "Plano Piloto", ou seja, na bacia do Paranoá, e de que forma tal ocupação deve ser conduzida para integrar-se ao que já existe, na forma e no espírito, ratificando a caracterização de cidade parque — "derramada e concisa" — sugerida como traço urbano diferenciador da capital.

Como já foi mencionado, a primeira proposição neste sentido foi a implantação intermitente de sequências de Quadras Econômicas ao longo das vias de ligação entre Brasília e as cidades satélites. A proposta visou aproximar de Brasília as populações de menor renda, hoje praticamente expulsas da cidade — apesar da intenção do plano original ter sido a oposta - e, ao mesmo tempo, dar também a elas acesso à maneira de viver própria da cidade e introduzida pela superquadra.

Na Quadra Econômica — espécie de "pré-moldado" urbano — a disposição escalonada dos blocos (pilotis e três pavimentos) ao longo da trama viária losangular abre, no interior de cada quadra espaço livre para instalação dos complementos da moradia: lugar para jogos ao ar livre, "áreas de encontro" cobertas para os moços e para os velhos, creche, jardim de infância. A existência deste "quintal comum", com a quase totalidade

de chão aberta ao uso de todos, e desses complementos ou "extensões da habitação", ensejando desafogo de tensões, possibilitam convívio doméstico em clima de descontração, mesmo em apartamentos mínimos, além de assegurar boa densidade populacional (cerca de 500 hab./ha). Ao mesmo tempo, essa implantação compacta reduz sensivelmente o custo da infraestrutura urbana uma vez que não compromete grandes superfícies.

Quando, ao longo das vias de ligação, for fisicamente inviável a implantação de Quadras Econômicas, podem ser admitidos núcleos residenciais multifamiliares de outro tipo, desde que com gabarito máximo de pilotis e quatro pavimentos e taxa de ocupação do terreno análogas às das quadras. Em qualquer caso, deve ser reservada faixa contígua à estrada para densa arborização.

Chegando a Brasília propriamente dita, seis áreas comportam ocupação residencial multifamiliar; sendo diretamente vinculadas ao "Plano Piloto" passam, por conseguinte, a interferir no jogo das escalas urbanas.

As duas primeiras (A e B), na parte oeste da cidade, resultam da distância excessiva entre a Praça Municipal e a Estrada Parque Indústria e Abastecimento decorrente do deslocamento do conjunto urbano em direção ao lago recomendado por Sir William Holford no julgamento do concurso.

A terceira (C), já proposta em 1984, está ligada à intenção de se fixar a Vila Planalto.

A quarta (D), é sugerida pela existência de centros comerciais consolidados na área fronteira.

E as duas últimas (E e F) visam abrir perspectiva futura de maior oferta habitacional multifamiliar em áreas que, embora afastadas, vinculam-se ao núcleo original tanto através da presença do lago como pelas duas pontes que se pretende construir (a primeira pessoa a me alertar para tal possibilidade foi o economista Eduardo Sobral, mais de 10 anos atrás). Poderiam ser chamadas "Asas Novas" — Asa Nova Sul e Asa Nova Norte.

Na implantação dos dois novos bairros a oeste — Oeste Sul e Oeste Norte — foram previstas Quadras Econômicas (pilotis e três pavimentos) para responder à demanda habitacional popular e Superquadras (pilotis e seis pavimentos) para classe média,

articuladas entre si por pequenos centros de bairro, com ocupação mais densa, gabaritos mais baixos (dois pavimentos sem pilotis) e uso misto.

A ideia de se implantar um renque de pequenas Quadras (240x240m) com gabarito de quatro pavimentos sobre pilotis ao longo da via localizada entre a Vila Planalto e o Palácio da Alvorada (área C) surgiu como única forma realista de, uma vez admitida a fixação da Vila, barrar de fato a gradual expansão de parcelamento em lotes individuais naquela direção, o que interferiria de forma não apenas inadequada mas desastrosa com a escala monumental tão próxima; à primeira vista, a presença destas quadras — Quadras Planalto — pode parecer contraditória com a recomendação de se manterem baixos a densidade e os gabaritos nas áreas onde é admitida ocupação entre o "Plano Piloto" e a orla do lago; na realidade, entretanto, o gabarito uniforme de quatro pavimentos ao longo de cerca de 1.000 metros cria uma dominante horizontal serena que, aliada à presença — indispensável — dos enquadramentos arborizados das Quadras assegura a harmonia do conjunto com seu entorno.

A ocupação residencial da quarta área (D) só é admissível na forma de renque singelo de pequenas quadras (como as Quadras Planalto, com pilotis e quatro pavimentos) ou de Quadras Econômicas (pilotis e três pavimentos). Em razão da localização desta área, a fim de evitar interferência negativa com o Eixo Rodoviário sul, além do gabarito ser mais baixo, toda a extensão de terreno compreendida entre as novas quadras e o Eixo deve permanecer não edificada ou destinada a usos que impliquem em baixa densidade de ocupação, e sempre cobertas de verde para diluir no arvoredo as construções.

A área E — Asa Nova Sul — sugere ocupação linear, também na forma de pequenas quadras como as Quadras Planalto, com gabarito uniforme de 4 pavimentos sobre pilotis e cercadura arborizada.

Já na área F, muito mais extensa e com topografia peculiar, a ocupação deve prever Quadras Econômicas ou conjuntos geminados para atender à população de menor renda, e considerar a eventual possibilidade de fixação, em termos adequados, da atual Vila Paranoá. Os demais núcleos de edifícios residenciais devem ser soltos do chão, tendo, no máximo, 4 pavimentos e com gabarito de preferência uniforme para que se mantenha, apesar da ocupação, a serenidade da linha do horizonte, sendo cada conjunto,

— desta vez de fato e de saída — emoldurado por farta arborização. Os centros de bairro, mais densamente ocupados, devem sempre ter gabaritos mais baixos.

Nessas "Asas Novas", mesmo quando de configuração diversificada, deve também prevalecer a mesma conotação de cidade parque, vale dizer, pilotis livres, predomínio de verde, gabaritos baixos.

Convém ainda destinar parte da Asa Nova Norte a parcelamento em lotes individuais, aproveitando os caprichos da topografia, respeitada a proteção arborizada dos córregos e nascentes. Assim, esta expansão futura atenderá às três faixas de renda.

No intuito de tornar a área das "Mansões" criadas por Israel Pinheiro economicamente mais adequadas, propõe-se admitir nelas uso condominial, onde metade da área original, ou seja, 10.000 m², seriam preservados para a casa matriz, podendo a outra metade comportar até 5 novas unidades, todas com entrada comum — independentemente ou não da entrada principal — e constituindo um só conjunto embora sendo, eventualmente, delimitadas por cercas vivas; seria também admissível nessas áreas a instalação de clubes de recreio.

E convém insistir no atendimento à necessidade de habitação popular através da implantação, em grande escala, de Quadras Econômicas, apelando inclusive para as possibilidades da fabricação em série, dentro da tecnologia desenvolvida pelo arquiteto João Filgueiras Lima, e que já conta com fábrica montada em Brasília.

Tudo depende, em última análise, de decisão convicta neste sentido — os meios de fazer acabam aparecendo. Como capital, cabe a Brasília inovar na matéria, mostrando ao país que existe esta alternativa aos tristes aglomerados monótonos de casinhas pseudo-isoladas que proliferam, e se tornaram a imagem melancólica do BNH.

Se computado o custo verdadeiro de cada unidade residencial — incluindo terreno, infraestrutura urbana e construção dos blocos de apartamentos e dos "complementos da moradia", cai por terra a ideia da casa isolada ser a solução economicamente mais viável para o problema da habitação popular. Tanto assim que em países com Cuba e China, onde o caixa é único e o dinheiro pouco, não se cogita de assentamentos residenciais rasteiros, até mesmo em áreas rurais. Além do que, o lote mínimo, com janelas

confrontando e seu quintal inexistente porque em geral ocupado por outra família, nada tem a ver com a imagem romântica que se propaga da "casa própria".

Em todo o caso, para atendimento à demanda popular nos moldes tradicionais — lotes individuais — existe o projeto Samambaia, elaborado por técnicos do GDF na administração passada, inclusive com esta intenção.

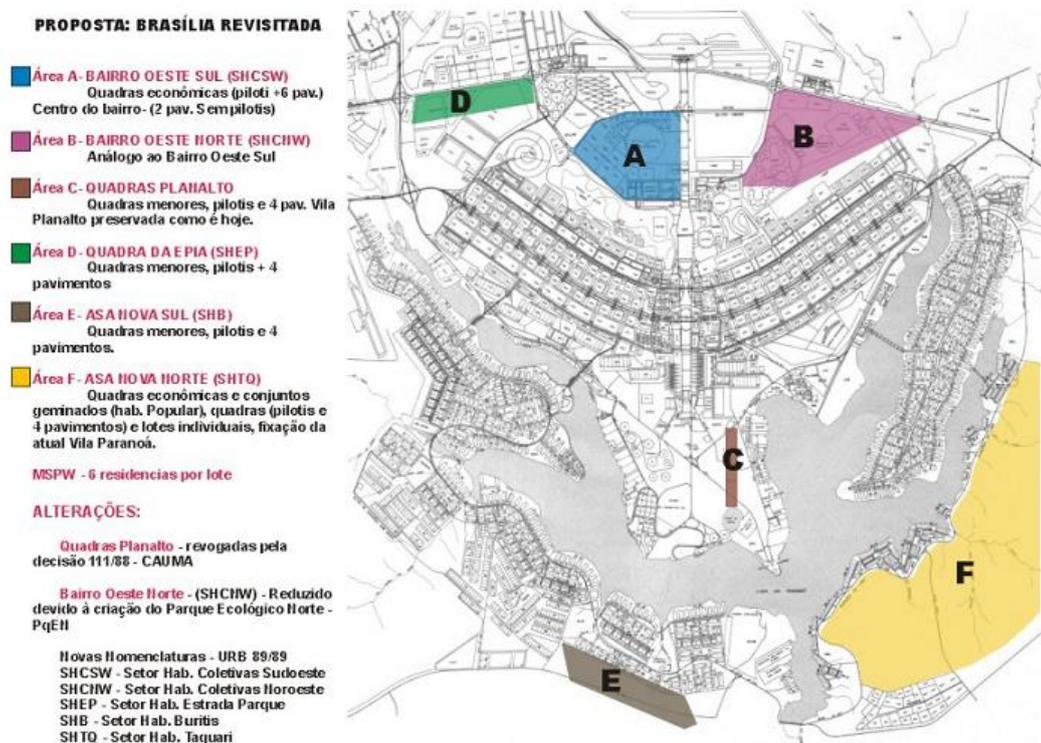
CONCLUSÃO

O "quantum" populacional atingido pela abertura à ocupação dessas novas áreas, pelos adensamentos previstos, pela ocupação residencial multifamiliar nas margens das vias de ligação entre Brasília e as satélites, pelo adensamento controlado destes núcleos e pela implantação da Samambaia, deve ser considerado a população limite para a capital federal, a fim de não desvirtuar a função primeira — político-administrativa — que lhe deu origem. A Brasília não interessa ser grande metrópole.

Como nossa estrutura econômico-social induz à migração de populações carentes para os grandes centros urbanos, é essencial pensar-se desde já no desenvolvimento, em áreas próximas à capital de núcleos industriais capazes de absorver, na medida do possível, essas migrações com efetiva oferta de trabalho. Brasília não é, no caso, uma simples miragem. Cidade fundamentalmente político-administrativa e de prestação de serviços, a demanda de mão de obra, sobretudo não qualificada, é necessariamente menor embora a proximidade do poder central crie a ilusão de facilidades que, de fato, não existem.

Quanto ao escalonamento, no tempo, das implantações aqui sugeridas cabe ao Departamento de Urbanismo da Secretaria de Viação e Obras coordenar os estudos a serem feitos conjuntamente com as demais Secretarias e concessionárias de serviços públicos a fim de definir com segurança o melhor procedimento, bem como as tecnologias a serem utilizadas, tendo em vista o abastecimento de água e energia, o transporte, o saneamento e a preservação do meio ambiente, o controle da poluição do Lago Paranoá e a proteção da área a ser ocupada pela futura represa do São Bartolomeu — integrando, enfim, como um todo, as novas proposições e o planejamento do território do Distrito Federal.

Finalmente, o importante ao se pensar na complementação, na preservação, no adensamento ou na expansão de Brasília é não perder de vista a postura original, é estar-se imbuído de lucidez e sensibilidade no trato dos problemas urbanos; é perceber que coisas maiores e coisas menores têm importância análoga, consideradas cada uma em sua escala; é enfrentar os inúmeros problemas do dia a dia com disposição, firmeza e flexibilidade; é tanto saber dizer não como dizer sim na busca contínua da resposta adequada, — tarefa tantas vezes ingrata e inglória para os técnicos que participam dedicadamente de sucessivas administrações; é fazer prevalecer o senso comum, fugindo das teorizações acadêmicas e protelatórias, e da improvisação irresponsável. É lembra-se que a cidade foi pensada "para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade viva e aprazível, própria ao devaneio e à especulação intelectual, capaz de tornar-se, com o tempo, além de centro de governo e administração, num foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis do país."



O plano-piloto de Brasília não se propôs visões prospectivas de esperanto tecnológico, nem tampouco resultou de promiscuidade urbanística, ou de elaborada e falsa "espontaneidade".

Brasília é a expressão de um determinado conceito urbanístico, tem filiação certa, não é uma cidade bastarda. O seu "facies" urbano é o de uma cidade inventada que se assumiu na sua singularidade e adquiriu personalidade própria graças à arquitetura de Oscar Niemeyer e à sua gente.

Anexo 2 - Carta de João Pereira à Diretoria da Amonor

Brasília, 20 de Fevereiro de 2015⁸⁶

DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO NOROESTE

Senhores,

Conforme informado na reunião da diretoria, ocorrida em 19.02.2015, e dada a falta de **convergência**, fator preponderante e que sempre manteve forte a Associação, venho pelo presente, colocar à disposição, o cargo de Presidente da Instituição.

A Amonor sempre pautou-se pela lisura e transparência em suas ações, as decisões sempre foram feitas de forma aberta e colegiada. A participação em eventos públicos ou privados sempre foram precedidas da presença, de no mínimo, 2 (dois) de seus membros.

Minha **divergência** tem como base a participação da Amonor na Câmara Comunitária do Noroeste, que será criada e da qual participaram entidades como: Ademi, Sinduscon, Associação Comercial do Noroeste (não existente), Associação de Condomínios do Noroeste (não existente).

Entidades como Ademi e Sinduscon já tiveram a oportunidade de provar que querem o bem estar do nosso bairro e até hoje não fizeram **nenhum** movimento em prol disso, aliás as suas afiliadas, as construtoras, os corretores tem [sic] feito exatamente o contrário – **elas têm obstruído a qualidade de vida no bairro.**

Relativo a criação/participação da Amonor na Câmara Comunitária, ao final do ano de 2104, numa reunião da Diretoria, fomos informados que a tal Câmara seria criada. Isso me pareceu bastante estranho: como que uma organização deste porte está sendo criada e a Amonor, nem sequer foi chamada a discutir.

Quem, e em que momento, assegurou a participação da Amonor, se isso sequer chegou a ser apreciado pela Diretoria?

⁸⁶ A carta segue como a recebi por e-mail, com os destaques feitos pelo próprio autor. As únicas exceções se dão pelo nome fictício e pela formatação, feita de acordo com o padrão deste texto.

Não vejo nada de errado entre a Amonor participar de qualquer movimento que venha trazer benefícios para o nosso bairro, mas **interesses particulares, de dirigentes** das entidades patrocinadoras da criação dessa Câmara são **escusos, como se poderá observar no Relatório de Auditoria do TCDF (Pista de Ultraleves criada dentro do Parque Burle Marx e Kartódromo)**, enquanto que os nossos, pelo menos até a presente data, sempre foram muito **transparentes**. Trilhamos o caminho da independência, do livre arbítrio e nunca precisamos ser **subservientes** a este ou aquele grupo, político ou econômico e, **aliar-se a essas organizações, com essas pessoas é retrocesso** e isso macula e destrói nossa principal força – **a autonomia**.

Para quem desconhece o inteiro teor do Relatório de Auditoria do TCDF, veja a síntese sobre ambos:

Conclusões do Relatório de Auditoria do TCDF sobre a Pista

Apresentam-se as seguintes conclusões gerais acerca da análise deste achado, que trata da instalação de pista de pouso e decolagem da APUB no interior do Parque Burle Marx:

- a) Da Análise de Riscos e da conclusão da GEOLINE, entende-se que a atividade desenvolvida pela APUB – Centro Aerodesportivo, no interior da área do Parque Burle Marx, vai de encontro à implantação do Setor Noroeste e do Parque, prometido à população pela TERRACAP, uma vez que a presença da pista de pouso e decolagem em seu interior é incompatível com as premissas do projeto executivo e acarreta risco às edificações, aos operários, e, principalmente, à população em geral;
- b) Trata-se de empreendimento de interesse privado, que se utiliza de área pública mediante autorização a título precário, obtida em um cenário anterior, onde não havia a implantação de um bairro habitacional nem de um parque destinado à população no local. As alegações para sua permanência na área do Parque, relativas a convênios de cooperação para monitoramentos aéreos diversos por interesse do Governo, não procedem, uma vez que esses poderiam ser firmados independentemente da área que a APUB ocupasse, caso fosse removida para local mais adequado e seguro;
- c) Não houve obtenção de licenciamento ambiental, e a autorização dada pelo IBRAM não cabe ao objeto e sequer foi publicada, não tendo qualquer validade, tendo havido infração ambiental com a construção da pista;

d) Também não foi encontrada autorização da ANAC para a construção e operação do aeródromo no interior do Parque;

e) No âmbito do Contrato nº 622/11, a pista de pouso e decolagem constitui uma grande interferência aos traçados das vias, ciclovias, entre outros, elementos previstos no Projeto do Parque, sendo mais um empecilho para sua boa execução, uma vez que área foi isolada e cercada devido à existência da pista;

f) A TERRACAP, em sua representação atual, negou conhecimento da origem da pista, no entanto, partiu dela própria a contratação do Projeto Executivo da pista e do EIA/RIMA e Análise de Riscos, contrariando o seu compromisso com os moradores do Noroeste e firmado no Convênio nº 132/2011.

Causas e Efeitos do Relatório de Auditoria do TCDF sobre o Kartódromo

Causas

312. Ação indevida por parte da atual presidente da TERRACAP, Sra. Maruska Lima de Sousa Holanda, ao dar andamento e propor aprovação pela SUGAP/IBRAM à Planta PR 01/01 – IMPLANTAÇÃO – Proposta Parque Burle Marx, que contém alteração não oficial do Projeto do Parque, com a ilegítima previsão de inclusão de kartódromo.

313. Aprovação inválida e ilegítima pelo Superintendente da SUGAP/IBRAM, Sr. Pedro Luiz Cezar Salgado, aos elementos previstos na Planta PR 01/01 – IMPLANTAÇÃO – Proposta Parque Burle Marx, para a inclusão do kartódromo no Parque, sem o Licenciamento Ambiental devido, por constituir-se em atividade potencialmente poluidora em termos de poluição atmosférica, sonora e produção de resíduos sólidos, além de degradar o meio ambiente do Parque.

Efeitos

314. Caso seja dado prosseguimento à implantação do kartódromo indicado na Planta PR 01/01 – IMPLANTAÇÃO – Proposta Parque Burle Marx no lado sul do Parque, nos moldes propostos, os efeitos serão os seguintes:

- caracterização de grave ilegalidade por parte da TERRACAP e do IBRAM, por burla aos princípios da indisponibilidade do interesse público, moralidade, legitimidade, legalidade, motivação, transparência, publicidade, à Lei nº 8.666/93, art. 6º, inciso IX, c/c art. 60 e art. 65, além de infração ambiental pela ausência de licenciamento ambiental, nos termos da Resolução Conama nº 1/86, art. 2º, Resolução Conama nº 237/97, arts. 1º, 8º e 10º, e Lei nº 41/89, arts.16, 18, 43, 44, 46 e 54;
- Exclusão do anel viário, estacionamentos e ciclovias no lado sul do Parque, com prejuízo à execução do objeto do Contrato nº 622/11;
- Perda de grande área prevista para o uso público no lado sul do Parque Burle Marx em termos de vias, ciclovias, calçadas, estacionamentos, equipamentos comunitários, áreas verdes, paisagismo;
- Degradação do meio ambiente e poluição sonora, atmosférica, e liberação de resíduos sólidos no Parque;
- Possível incidência de ações judiciais de caráter indenizatório contra a TERRACAP e o GDF, por parte das empresas construtoras e incorporadoras e dos adquirentes de imóveis do Setor Noroeste, em face de a TERRACAP não honrar os compromissos apresentados no início da implantação do novo setor habitacional, inclusive de entrega do Parque Burle Marx conforme projeto original, o que, à época, contribuiu para a elevação dos preços das projeções e imóveis adquiridos, e, em decorrência, possibilidade d e prejuízos ao Erário.

Hoje, com o conhecimento sobre estes fatos, sinto repulsa por ter estado ao lado dessas pessoas, especialmente de dirigentes da ADEMI, que sabedores de tudo, ainda assim, procuraram nos induzir e manipular para aceitar uma farsa.

Assim fica uma [sic] pergunta no ar:

- ***São estes os parceiros que queremos para a Amonor?***

- *É com essas pessoas que vamos sentar à mesa para buscar soluções para o nosso bairro?*
- *E, fundamentalmente, esta câmara interessa aos moradores do Noroeste?*

Lamento, profundamente, que a Instituição que ajudei a criar tenha escolhido outro caminho, outros parceiros e entendo que a decisão pela participação ou não da Associação, na Câmara Comunitária, deva ser submetida e referendada pelos associados, em uma Assembleia. É o mínimo que se pode fazer para mostrar a transparência e lisura das nossas ações.

Por fim, como fundador da Amonor, gostaria que fosse dado conhecimento desta carta aos Associados.

Agradeço a todos o apoio que recebi durante o período que estive a frente da Amonor, torcendo para que a Associação continue a trilhar os caminhos da autonomia, da verdade e da transparência.

Obrigado a todos.

João Pereira